



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 104

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 7 de Julho de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituídos no decorrer da sessão pelos Srs. Deputados José Lima e Mark Marques)*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 12 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, iniciou-se o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, com a apresentação de um **Voto de Congratulação “pelos resultados alcançados no campeonato de Ténis de Mesa pelo Centro Social do Juncal”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após a apresentação do voto pelo Deputado Abel Moreira, usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*) e Clélio Meneses (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Terminado este ponto, passou-se para as Declarações Políticas.

Para tal usou da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), intervindo no debate os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Clélio Meneses (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

No seguimento da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*) pediu a palavra para defesa da honra.

Ao nível das Intervenções de Interesse Político Relevante prosseguiu-se com o debate iniciado no dia anterior, tendo usado da palavra os Srs. Deputados José Ávila (*PS*), João Costa (*PSD*), Piedade Lalanda (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Proferiram ainda Intervenções de Interesse Político Relevante os Srs. Deputados Alexandre Pascoal (*PS*), tendo, no seguimento da mesma, usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*); e o Sr. Deputado Pedro Medina (*CDS/PP*), após a qual usou da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

De seguida, passou-se à **Agenda da Reunião**.

1. Continuação do debate da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/2011 – “Sistema Portuário dos Açores”.

Durante o debate usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Jorge Macedo (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Apresentaram declarações de voto os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*).

2. Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 43/2011 – “Isenção de taxas moderadoras para os utentes do Serviço Regional de Saúde sem médico de família”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Gomes, usou da palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral (*PS*), tendo o pedido de urgência e dispensa de exame supracitado sido aprovado por unanimidade.

3. Projecto de Resolução n.º 43/2011 – “Isenção de taxas moderadoras para os utentes do Serviço Regional de Saúde sem médico de família”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Pedro Gomes, usaram, posteriormente no debate, a palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*),

Ricardo Cabral (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Domingos Cunha (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Rui Ramos (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

No seguimento da intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes (*PSD*), o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*) pediu a palavra para defesa da honra.

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

4. Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 40/2011 – “Recomenda ao Governo Regional a criação da valência de educação pré-escolar na Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame foi aprovado por unanimidade.

5. Projecto de Resolução n.º 40/2011 – “Recomenda ao Governo Regional a criação da valência de educação pré-escolar na Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, usaram, posteriormente no debate, a palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Costa Pereira (*PSD*), Catarina Furtado (*PS*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 05 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Vamos iniciar os nossos trabalhos. Agradecia que retomassem os vossos lugares, vamos começar com a chamada, Sr. Secretário.

(Eram 10 horas e 12 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Pedro Rebelo Costa

António Lima Cardoso Ventura

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Francisco da Silva Álvares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Deu entrada agora mesmo na mesa um voto de congratulação do CDS/PP, no entanto sei que ele ainda não foi distribuído. O Grupo Parlamentar do CDS/PP foi tratar disso. Vamos aguardar alguns momentos para que esse voto seja distribuído.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Este ano, por diversas vezes e relativamente a diferentes modalidades desportivas, esta Assembleia Legislativa tem destacado os meritórios e importantes resultados alcançados por inúmeras colectividades desta Região.

Mais uma vez aqui estamos, desta feita, para realçar os resultados alcançados pelas atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, Patrícia Maciel e Raquel Andrade, que brilharam a grande altura nos Campeonatos Nacionais de Ténis de Mesa, escalão de cadetes, evento que teve lugar no Continente Português.

Estas jovens do clube sediado na Praia da Vitória sagraram-se campeãs nacionais em pares femininos, sendo que, no caso concreto da atleta Patrícia Maciel, fazendo dupla com uma mesa tenista do Sporting Clube de Portugal, alcançou também o título de campeã nacional em pares mistos.

A somar a todos os outros títulos nacionais alcançados por equipas açorianas esta temporada, os dois êxitos a que agora fazemos referência reforçam a inquestionável qualidade do trabalho em curso ao nível da formação.

As atletas Patrícia Maciel e Raquel Andrade são presenças habituais nas selecções nacionais jovens, a que se juntam resultados de enorme qualidade, tanto no contexto nacional como internacional.

Entre outros, destacamos que Patrícia Maciel, já na temporada 2009/2010, se tinha sagrado campeã nacional de pares femininos de cadetes; alcançou um

primeiro lugar em pares femininos nos Jogos das Ilhas 2011 que se realizaram na Sicília; para além de muitos outros títulos regionais e nacionais.

Já a atleta Raquel Andrade foi Campeã Regional de equipas, por mais do que uma vez; obteve um primeiro lugar individual no sexto Torneio Cidade do Seixal; foi Vice-campeã nacional de equipas e em individual; este ano arrecadou o título de campeã regional de seniores; alcançou um primeiro lugar em pares femininos nos Jogos das Ilhas e agora sagrou-se campeã nacional de pares.

Patrícia Maciel e Raquel Andrade são atletas nascidas e formadas na Região, facto que deve merecer o reconhecimento desta Assembleia.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelas conquistas das atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, Patrícia Maciel e Raquel Andrade, no Campeonato Nacional em pares femininos e pela conquista individual de Patrícia Maciel que, simultaneamente, se sagrou Campeã Nacional em pares mistos.

Deste voto, deve ser dado conhecimento à direcção, técnicos e atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.

O Deputado Regional, Abel Moreira.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir que o Grupo Parlamentar do PS associa-se com muito gosto a este voto. Temos conhecimento da actividade social e desportiva que é desenvolvida naquele lugar da freguesia de Santa Cruz da Praia da Vitória e de facto, além do papel social que tem este Centro Social do Juncal e da aposta no desporto em várias modalidades, tem sobressaído a nível nacional a aposta desde há alguns anos no ténis de mesa. Portanto, é com muito agrado e com muito gosto que este Grupo Parlamentar associa-se ao voto aqui trazido pelo CDS/PP.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se também com gosto ao voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, tendo em conta que estamos perante mais um sucesso evidente das qualidades de açorianos, do seu resultado para além das fronteiras do arquipélago, o que nos parece de facto relevante e merecedor da saudação deste Parlamento.

Estes resultados são no fundo a consequência de um trabalho de vários anos, de grande dedicação e empenho de algumas pessoas e curiosamente as duas atletas em causa são filhas exactamente dos dois grandes dinamizadores do clube: Sr. Roberto Andrade e o Sr. Luís Maciel. O que de facto revela também aqui que há um envolvimento inter-geracional de uma comunidade e de um grupo de pessoas que, com gente da terra, conseguem demonstrar os valores dos Açores. É por isso também que é com grande satisfação que nos associamos a mais este exemplo de qualidade dos açorianos.

Presidente: Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para uma declaração política. Dou para tal a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(O Deputado José Ávila foi substituído pelo Deputado José Lima na Mesa)

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito se tem discutido e aventado hipóteses, sobre as causas do divórcio, cada vez mais evidente, entre cidadãos e cidadãs e a prática política, divórcio este que tem, nos galopantes níveis de abstenção, a sua mais ilustrativa – e perigosa - forma de expressão.

Para os representantes do Bloco Central de interesses - PS e PSD -, a solução final é sempre a mesma: sob a capa eufemística da ‘aproximação dos/as eleitos/as aos eleitores/as’, a resposta milagrosa será mudar as leis eleitorais, para que a repartição dos lugares, na Assembleia da República, seja controlada. Contudo, a resposta a este sério problema está mesmo debaixo dos nossos olhos, por muitas que sejam as manobras de diversão, sobre esta matéria.

Ora, reparem bem, Senhoras e Senhores Deputados:

Veio o Senhor Primeiro Ministro, na apresentação do Programa de Governo, afirmar que quer estabelecer um “contrato de confiança” com o País e, portanto, com os/as Portugueses/as.

Diga-se que é preciso desfaçatez para, no mesmo dia em que quebra uma “promessa solene” – classificação do próprio, durante a última campanha eleitoral – vir falar em ‘confiança’.

De facto, em plena campanha, Passos Coelho afirmou: - Não vou aumentar os impostos; os aumentos previstos no Acordo do Memorando da Troika, são suficientes. Mas, se tal for necessário, o PSD compromete-se a aumentar impostos sobre o consumo e nunca (sublinho, nunca) sobre os rendimentos, pois isto só prejudicaria o País.

O resultado deste compromisso foi aquilo que se viu: a primeira medida deste Governo da República, assenta numa comprovada mentira.

Confiança?! Como se pode ter confiança em pessoas que mentem, no conteúdo e até chegam ao cúmulo de mentir, na forma, pois o roubo de metade do Subsídio de Natal já tinha sido anunciado, em Bruxelas e a Bruxelas, uma semana antes do relatório do INE?

Acontece que para os/as Açorianos/as, quando o mal vem, vem sempre a dobrar; nesse mesmo dia, foram ainda presenteados com a introdução das taxas moderadoras, nos serviços regionais de saúde.

Por coincidência ou não, Carlos César, Presidente do Governo Regional, não quis ficar atrás. Ainda há pouco mais de um ano, a inexistência de taxas moderadoras, na nossa Região, era o exemplo da alma socialista, que pulsava forte, nos Açores, e a prova viva da consciência social desta governação.

Sendo assim, podemos concluir que já não pulsa forte a consciência social, nas hostes socialistas dos Açores. O que ontem era matriz, hoje é lixo. É este o nível da política que os interesses comandam.

Como dizia um cidadão que me interpelou na rua, com um jornal na mão: “Isto é só atacar o pequeno - os de lá e os de cá - e contra os grandes, nada”.

Este cidadão, de forma simples, pôs o dedo na ferida; quer o governo de Sócrates, quer o novel de Passos Coelho, provaram ao que vinham e ao que vêm: a crise é para ser paga pelo povo; a banca, as SGPS, os fundos de investimento, as grandes fortunas, a deslocação de capitais para Off-Shores, as tributações especiais das empresas com grandes lucros, etc, etc, aí, meus senhores, não se toca.

É por isso que é preciso mentir. Não há outra maneira de sacar os votos do povo e servir os grandes interesses financeiros.

Deputado José San-Bento (PS): Fale aí para a sua direita!

A Oradora: A Saúde, aliás, aí está para provar isto mesmo!

Como dizia a presidente do grupo BES não há muito tempo - Saúde, há alguns anos atrás: “A Saúde é o maior negócio do mundo, superior ao das armas e ao da droga”.

Aquilo que Sócrates vinha fazendo devagar, devagarinho, para satisfazer estes interesses, à custa do dinheiro de todos/as nós - as famigeradas Parcerias Público-Privadas -, vêm agora Passos Coelho e Paulo Portas, de TGV, fazê-lo de rajada.

Proliferam os roubos organizados dos Amadora-Sintra, por todo o País, e o povo paga para encher os bolsos dos grupos Melo, BES, BCP e quantos mais vão aparecer. A lógica é esta e nenhuma outra.

Mas, também aqui, o governo socialista de Carlos César segue o mesmo caminho, transformando o rigor e a transparência numa tal obscuridade, que mais parecem os buracos negros que a astrofísica estuda com tanto empenho.

Falo, evidentemente, do buraco negro em que se transformou o negócio do Centro de Radioterapia, nos Açores.

Que fique claro que não está em causa a necessidade imperativa deste serviço, nos Açores. O que repudiamos é a forma escolhida para a sua implementação. Expliquemo-nos:

Em primeiro lugar: - O Governo Regional decidiu-se, em finais de 2008, por uma parceria público-privada, com base num estudo económico que o negócio posterior não confirmou. Em segundo lugar: - o Governo Regional sempre se recusou a tornar público o contrato assinado com o consórcio em causa. Enquanto Grupo Parlamentar, pedimo-lo há um ano atrás, até hoje, sem sucesso. Ou seja, à transparência, o Governo disse nada. Em terceiro lugar: - a trapalhada em que o Governo Regional acabou por transformar a sua decisão política, culminou no muito pouco prestigiante parecer do Tribunal de Contas, o qual levanta dúvidas fundadas, que nem as explicações dadas, nesta Assembleia, pelo Senhor Vice-Presidente do Governo, apenas há dois dias atrás, conseguem esclarecer, cabalmente. Ou seja, rigor, nenhum.

Mas, o mais interessante, Sras. e Srs. Deputados, é a substância do negócio.

O estudo económico, por um lado, e a realidade após a efectivação do contrato, por outro, mostram 2 coisas. Primeiro: que, em termos financeiros, o ganho mensal para o erário público, se cifra em cerca de 6.300 euros por mês. Se isto for verdade (porque não conhecemos os detalhes da encomenda) é de todo injustificável que, um serviço desta importância, seja entregue ao privado e, portanto, sujeito a todas as vicissitudes negociais. Segundo: o pagamento ao privado faz-se de duas maneiras - uma fixa e outra variável, conforme o número de acções. Todos/as nós sabemos que o gigantesco roubo, no Amadora-Sintra, se concretizou exactamente nesta última modalidade. Previsivelmente, os 6.300 euros de poupança mensal estão condenados a submergirem a milhões de euros de derrapagem.

Sabendo nós que derrapagens, até 25%, são bem-vindas, nos Açores (para o PS, PSD e CDS), está tudo dito.

Mas, o mais inacreditável, num estudo económico, cujas conclusões o Governo Regional assume como suas, é nele afirmar-se que e cito: “(...)o estabelecimento de uma Parceria Público Privada apresenta inúmeras

vantagens(...), nomeadamente, o potencial para transferência de riscos do sector público para o sector privado(...)". Fim de citação.

Isto é, perante a inexistência de vantagens financeiras, o Governo Regional decide a sua desresponsabilização pela segurança dos cuidados de saúde prestados, como factor aliciante para entregar, estes mesmos cuidados, a privados.

Conclusão: como qualquer acto médico não é isento de riscos, esta tese tecnocrática é a base para privatizar, a prazo, todo o serviço de saúde.

Desta maneira, a segurança na doença deixa de ser uma garantia do Estado. Aliás, o Governo Regional coloca-a ao nível de qualquer mercadoria, cuja deterioração passa a ser um mero problema de seguros.

Cabe, aqui e agora, perguntar: onde está a consciência social? O que está por detrás deste negócio com a vida e a segurança das pessoas?

É por estas e por aquelas, que os/as cidadãos/ãs se abstêm e se divorciam da política. E não há processo administrativo que ultrapasse o problema.

A verdade, a transparência, o rigor e o respeito são parte, fundamental, da solução.

Disse.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para o debate.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

***Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, gostaria de iniciar a minha intervenção rejeitando em absoluto a sua teoria de que é necessário hoje em dia mentir para ganhar votos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não disse que era essencial! Constatei um facto!

O Orador: A senhora deixou essa insinuação no ar e nós queríamos deixar aqui, de uma forma clara, que essa não é a postura, nunca foi, nem nunca será do Partido Socialista.

Procuramos a confiança das pessoas através do esclarecimento democrático e da persuasão que é a forma como nós entendemos correcta de pedir a confiança aos nossos concidadãos.

Sra. Deputada, a senhora apresentou aqui várias problemáticas, várias questões na sua declaração política e como deve compreender esta figura da declaração política não é a forma mais eficaz de nós podermos prestar o esclarecimento que a senhora pretende e que tem o direito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esta agora! Isto não pode ser assim.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não pode fazer declaração política?

O Orador: Convenhamos que o Partido Socialista, quer no Plenário, quer nas Comissões, tem a toda a abertura para poder esclarecer o Bloco de Esquerda.

Queria dizer-lhe, todavia, face às questões que a senhora referiu no plano nacional, que o PS sempre teve consciência da delicadeza do momento que o país atravessa. Sempre fomos, ao contrário de outros, realistas e sempre fomos por isso plenamente conscientes da gravidade da situação do país.

Deputado Costa Pereira (PSD): Principalmente o José Sócrates.

O Orador: O PS é uma oposição responsável...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oposição?

O Orador: ...construtiva e que honra os seus compromissos.

Todavia, - a nível nacional, a Sra. Deputada falou a nível nacional – Sra. Deputada, penso que é útil nós recordarmos aqui que não fomos nós que dissemos que a crise internacional, as hesitações da Comissão Europeia e dos órgãos europeus eram uma desculpa para a incapacidade do Governo. Também não fomos nós que indexámos o *rating* da dívida soberana da República Portuguesa à credibilidade do Primeiro-ministro, à capacidade reformista do Governo, nem à vontade de mudança dos portugueses. Não foi o PS que teve esse discurso.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E também não foi o PS que disse que era preciso acabar com a brincadeira e não se podia pedir mais sacrifícios aos portugueses. Não fomos

nós que dissemos isso. Portanto, não fomos nós que dissemos que era preciso cortar na despesa...

Deputado João Costa (PSD): Houve muita coisa que os senhores não disseram!

O Orador: ...que era preciso eliminar a gordura do Estado e era preciso cortar na Administração Central e no sector público empresarial. E que, mesmo assim, se fosse necessário, aumentar impostos essa seria a última opção e que mesmo recorrendo a esta última opção seriam prioritários aumentar impostos ao consumo em sede de IVA e em sede dos impostos de vício e só em última opção, dentro da última opção é que seria admissível aumentar os impostos aos rendimentos.

Portanto, é com preocupação que nós constatamos este caminho que o Governo da República tem seguido. Mais do que uma injustiça, nós achamos que o Governo contraditou o essencial daquilo que tinha prometido aos portugueses. E de facto, como a senhora disse, para quem falava num contrato de confiança com os portugueses, penso que estamos entendidos. Infelizmente estamos entendidos.

Podemos dizer, por isso, que este Governo não terá começado da melhor maneira. Mas essa questão já foi também aqui tratada, como sabe, pelo Presidente do meu Grupo Parlamentar, na terça-feira, e portanto não iria avançar mais sobre essa questão.

Queria só também dizer – porque acho que isto é importante Sra. Deputada e Srs. Deputados - porque é bom que fique claro, como já aqui disse, que o PS é um partido que honra os seus compromissos. O Partido Socialista foi de facto um signatário do acordo da Troika. Porém, quando o Governo da República de Passos Coelho e de Paulo Portas fazem os dois gala de que querem ir para além do acordo da Troika é bom que se diga que eles também dizem que é necessário ir muito mais além daquilo que foi o acordo. É bom que se perceba que isto não pode servir para, sob o manto desse acordo e de Memorando, o PSD e o PP implementarem uma agenda liberal que não é uma opção do Partido Socialista.

Deputado João Costa (PSD): Já disseram isso antes ou depois das eleições!

O Orador: É bom que isto fique claro, Sras. e Srs. Deputados: este Programa do Governo da República não é o programa do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Felizmente!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por isso ganhámos as eleições!

O Orador: E isso é bom que fique muito claro, porque há gente que se está a esquecer desse pormenor. Esse acordo e esta assinatura do PS não pode significar que a democracia em Portugal fica suspensa e que o PS se exime de ter o seu papel duma crítica e de uma oposição construtiva, que não abdica dum sentido de escrutínio democrático, que é obrigatório no maior partido oposição. Isso é bom que fique muito claro. Isto é colocar as coisas como elas devem ser.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: E para terminar, Sr. Presidente – termino já, obrigado – só para referir, Sra. Deputada, que para nós, infelizmente quase todos nós aqui neste Parlamento e na nossa sociedade, sabemos bem a importância que é ter um Centro de Radioterapia nos Açores. O PS vê com muita satisfação que o Governo está fortemente empenhado na construção dessa unidade nos Açores. Por isso, nós achamos que esta questão é importante. Como já disse, o PS está disponível para os esclarecimentos que a senhora entender, mas há uma coisa que eu quero aqui deixar muito claro, Sra. Deputada. O Partido Socialista nos Açores – e face às acusações que a senhora fez – não anda aqui ao desbarato com dinheiros públicos e nós só temos 3 parcerias público privadas. Portanto, da parte ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Duas!

O Orador: Neste momento duas, teremos uma terceira.

O Partido Socialista é o partido do Estado Social, Sra. Deputada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E uma das diferenças entre nós e o Bloco de Esquerda é que - infelizmente e a senhora sabe disso, eu acusei-a várias vezes disto aqui neste Parlamento – infelizmente o Bloco de Esquerda encara o Estado Social de uma forma acrítica, o que leva no médio prazo à falência e ao desmantelamento do Estado Social, ou seja, a prazo os senhores são objectivamente um aliado da

direita liberal. Portanto, Sra. Deputada, é bom que se perceba isso. Infelizmente o Bloco de Esquerda não está no lado certo da história...

Deputada Zuraida Soares (BE): O PS é que está!

O Orador: ...e não poderá ajudar o PS a conseguir reformar o Estado Social, garantindo assim a sua sustentabilidade. Isso é uma diferença muito grande.

Tenho dito, Sr. Presidente. Obrigado pela sua condescendência.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual Estado Social? Isso é o discurso mais demagógico que há!

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que as intervenções do Sr. Deputado San-Bento...

(Corte na gravação)

...de proibir a democracia mesmo no centro do debate político nos Açores, dizendo sempre que não se podem apresentar as propostas...

Presidente: Sr. Deputado, veja se consegue ligar o microfone.

O Orador: Já está.

Presidente: Não me diga que anda a avariar o material, Sr. Deputado?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Está-se a chegar, Artur!

O Orador: Não. Está estragado, Sr. Presidente. É responsabilidade sua.

Muito bem.

Sr. Presidente, este episódio...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Qual? O do microfone?

O Orador: ...não vai com certeza diminuir a intensidade do discurso que estava aqui a realizar. É um discurso de indignação contra as intervenções recorrentes do Sr. Deputado San-Bento que aqui está a fazer, no sentido de ser

aqui o caceteiro do regime e de vir aqui impedir os outros de afirmar as suas posições ...

Presidente: Sr. Deputado, vamos ter cuidado com a linguagem.

O Orador: Eu tenho cuidado. O Sr. Presidente tem que chamar a atenção ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

Presidente: A intervenção do Sr. Deputado José San-Bento não merece esse epíteto. Faça favor de continuar.

O Orador: ...ao Sr. Deputado José San-Bento, que pode aqui dizer tudo o que quer com a maior impunidade sem o Sr. Presidente lhe chamar a atenção.

Deputado Guilherme Nunes (PS): O que vale é vir aqui tratar mal os outros!

O Orador: Portanto, considero que neste momento já passou todas as marcas daquilo que é admissível: não se pode apresentar, é demagógico, é um circo. Cada vez que os outros partidos políticos apresentam as suas preocupações legítimas, porque estão aqui escolhidos pelo povo democraticamente como o Sr. Deputado, o Sr. Deputado vem aqui com um discurso perfeitamente demagógico, vem perfeitamente aqui tentar com uma violência verbal...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ...completamente fora de tom e digo-lhe uma coisa: em nome da democracia, digo-lhe, que não admito isso, que falo em liberdade e que defenderei sempre a liberdade dos outros Deputados desta casa se poderem exprimir sobre os assuntos como muito bem entender e o Sr. Deputado não vai conseguir intimidar ninguém neste aspecto. Que fique bem claro isto.

Depois dizer-lhe também em relação às questões que aqui foram levantadas pelo Bloco de Esquerda. Também é uma questão que considero que é absolutamente fundamental, que é vir aqui falar ao fim de 15 dias ou 20 dias que o actual Governo tem de exercício de funções, e dizer que o Governo já está a falhar os seus compromissos eleitorais depois da história lamentável de falhanço de compromissos eleitorais, de forma global, constantemente por parte do Partido Socialista.

Deputados João Costa e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou o senhor já não se recorda do que eram as afirmações e as contradições diárias do Partido Socialista no Governo da República?

O senhor vem aqui fazer um discurso e chamar a atenção porque disse isto ou disse aquilo.

Quantas vezes o Eng. Sócrates disse uma coisa e na semana seguinte aconteceu precisamente o seu contrário?

Deputado Luís Garcia (PSD): Na hora seguinte!

O Orador: Quantas vezes isto aconteceu?

Que demagogia é esta poder agora dizer... Lembra-se do PEC? Depois do PEC I não eram necessárias mais medidas; a seguir veio o PEC II, já não eram necessárias mais medidas... Já viu a contradição total em relação a isto?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Quem é que criticava isso tudo? Quem é que dizia que não ia ser assim? Quem é que dizia que ia ser diferente?

O Orador: É preciso é dizer...

Diga, Sr. Secretário?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão não entre em diálogo. Faça favor de continuar a sua intervenção.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor é que está no uso da palavra. Os apartes são regimentais.

O Orador: A questão fundamental era esta.

Queria deixar aqui, em relação a essa questão das promessas eleitorais, deixar bem afirmado a demagogia total. O senhor e o Partido Socialista é que não deviam utilizar este argumento. Devia ficar agora em recuperação da racionalidade em relação a este assunto, ...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Racionalidade? Logo o senhor a falar de racionalidade!

O Orador: Porque os senhores são os campeões: 6 anos de contradições em relação ao programa eleitoral. Isso é um argumento que não pode...

Da próxima vez venho aqui com uma lista em que lhe vou referenciar 100 ou 200 contradições do programa eleitoral e da prática do Partido Socialista e vou dizer-lhe isso ao longo destes anos todos. Esse não é um argumento utilizável.

Em relação às preocupações da Sra. Deputada do Bloco de Esquerda...

Presidente: Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: Esgotou o meu tempo? Ficou dito aquilo que era fundamental e vou obviamente respeitar a decisão do Sr. Presidente.

Eu também em relação a este assunto aquilo que tinha a dizer, ficou dito.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Se não tem mais nada para dizer, não diga!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenho, tenho! Não tenho é tempo!

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento pede a palavra para?

Deputado José San-Bento (PS): Para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem 3 minutos, Sr. Presidente.

***Deputado José San-Bento (PS):** Será breve, Sr. Presidente.

Obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamento muito a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Na minha opinião completamente despropositada. Tive o cuidado de fundamentar as minhas referências e tive o cuidado de sobretudo ser muito claro em relação a alguns aspectos que se prendem com a política nacional e que me pareceram relevantes. Parecem relevantes para este Grupo Parlamentar num momento em que o Governo, que foi legitimamente eleito e que venceu as eleições, tome as primeiras medidas, contradizendo precisamente tudo aquilo que tinha sido feito.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, era isso que gostava de deixar aqui muito claro e também dizer que, independentemente Sr. Presidente de algumas questões pessoais que possam surgir no âmbito das discussões parlamentares, não irei relevar. Cada um tem o direito de apreciar as pessoas que entender e de escolher as amizades que entender, há alguns aspectos que quero deixar aqui muito claros.

Quero deixar muito claro que da minha parte não aceitarei qualquer tipo de condicionalismo, nem seja concertado ou combinado entre vários Deputados para coarctar a minha capacidade de expressão em nome do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É isso que está aqui em causa e o PS terá sempre na minha pessoa e na pessoa dos meus 29 colegas Deputados, que se entregam de peito aberto à luta, ao escrutínio democrático e ao esclarecimento político.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Presunção e água benta cada um toma a que quer!

O Orador: É isso que nos compete fazer. Portanto, o essencial é isso e o resto não tem qualquer importância e não merece sequer ser referido.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem 3 minutos.

(Pausa)

Presidente: O microfone está avariado, Sr. Deputado.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Vou mudar de cadeira, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão Sr. Deputado San-Bento, o que lhe disse, disse-lhe com a inteira frontalidade só depois de 3 ou 4 intervenções da sua pauta, de uma pauta tremendamente agressiva, que estava a tentar condicionar os Srs. Deputados dos outros partidos no sentido de dizer: “o senhor não deve dizer isso, o senhor agora vem aqui, isso é demagogia, isto é circo, isto é não sei quê...”. Só após o senhor ter feito várias intervenções deste tipo. Digo-lhe uma coisa, fica a saber: cada vez que o senhor fizer uma intervenção nesse sentido – e isto não está combinado com ninguém, está combinado com a minha consciência e a minha

determinação -, quando o senhor baixar a esse nível, pois tenha a certeza que vou baixar ainda mais. Fica assim dito.

Presidente: Mas entretanto veremos se a Câmara deixa que o nível baixe. Nós não estamos aqui, Sras. e Srs. Deputados, isto é para todos, para o nível baixar. Estamos aqui para ser dignos do nosso mandato, para sermos dignos de nós próprios e sermos dignos uns dos outros.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem, Sr. Presidente!

Presidente: Aguardo inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao conteúdo da declaração política da Deputada Zuraida Soares, em nome do Bloco de Esquerda, quero de facto aqui reafirmar o seguinte relativamente ao compromisso de confiança e àquilo que deve ser a transparência da actividade política e a sua ligação aos cidadãos. Sem isso efectivamente não é possível mesmo que nós façamos várias tentativas, nomeadamente reunir em São Miguel ou em Angra do Heroísmo que com certeza será importante, mas mais importante que isso é de facto a coerência, a transparência e a firmeza também na defesa das nossas convicções. Mais importante é de facto isso. E isso efectivamente não se tem passado.

De facto os partidos a que a Deputada Zuraida Soares chamou o bloco central de interesses, mas aos quais eu acrescentaria também o CDS/PP, não têm tido um papel que credibilize a actividade política. E isso tem contribuído para um afastamento generalizado dos cidadãos da vida política que se traduz numa elevada abstenção, mas que se traduz também na não participação na vida quotidiana, nas decisões quotidianas, nas decisões da comunidade. Efectivamente isso tem de ser alterado sob pena de esse afastamento ser cada vez maior e o *rating* da actividade política baixar - não sei muito bem por quem, ou talvez saiba – pelos cidadãos. De facto, corremos esse risco. Corremos esse risco porque efectivamente a mentira é useira e vezeira. Foi no

tempo do Eng. José Sócrates (que de facto nos brindou com um conjunto de incumprimentos, de promessas não cumpridas – hoje era uma coisa, amanhã era outra), mas essa prática de que tantas vezes foi acusado (e com razão!) é hoje, apenas a meia dúzia de dias, depois da tomada de posse do Governo, o retomar de uma prática que foi altamente criticável. É evidente que por este caminho não vamos lá. Não credibilizamos a actividade política ao não cumprirmos aquilo que é o compromisso eleitoral.

Quer dizer: para conquistar votos tudo é possível dizer, tudo é possível fazer, mas depois é o não cumprimento desses compromissos que leva efectivamente ao afastamento dos cidadãos da vida política e isso não pode ser.

Santa paciência!

Enquanto se diz em determinada altura que não há aumento de impostos sobre o rendimento e depois aparece este verdadeiro roubo que foi decidido e que está no Programa do Governo, efectivamente assim não vamos lá. É a descredibilização total da vida política.

Portanto, e para concluir, dizer que efectivamente estas preocupações têm que ser preocupações que são comuns a todos e não apenas a alguns, porque é esta prática da mentira continuada que leva à descredibilização da vida política ...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Eu julgo que posso dizer. Acho que posso dizer.

Vou já concluir, Sr. Presidente.

... e julgo que todos saímos prejudicados com isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito bem, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Relativamente àquilo que foi a intervenção da Sra. Deputada Zuraída Soares e àquilo que tem sido o debate político nestes últimos dias na Região, gostaria de

fazer referência a alguns factos e “factualizando” parece-me que também dou um contributo para ficarem claras as posições políticas que estão aqui em causa.

Primeiro facto: o PS governou o país durante 6 anos.

Segundo facto: colocou o país numa situação de insustentabilidade política e financeira tal que o país teve de recorrer à ajuda externa para pagar salários, para pagar o juro da dívida pública. Uma situação de bancarrota.

A desgovernação socialista colocou o país numa situação lastimável.

Deputado Francisco César (PS): Isso foi o PS ou os mercados?

O Orador: Isto é o facto que resulta da realidade, infelizmente.

Terceiro facto: perante esta insustentabilidade política e financeira do Estado, o Primeiro-ministro percebeu e demitiu-se. O Primeiro-ministro de Portugal percebeu tudo isto e demitiu-se. Não dava mais! Era preciso mudar de rumo, era preciso fazer alguma coisa.

Outro facto: os portugueses perceberam isso.

Outro facto: perceberam isso ao ponto de terem, com a sua vontade e liberdade, dado uma resposta clara ao país com resultado inequívoco, que nos Açores ainda teve mais intensidade.

O povo percebeu que as coisas não são mais as mesmas. Os portugueses perceberam que têm de fazer um grande esforço, que é um esforço a que todos são chamados.

Infelizmente o Primeiro-ministro percebeu, os portugueses perceberam e só quem não percebeu foram alguns políticos que continuam fechados numa redoma de vidro como se a realidade do país fosse a realidade dos seus interesses e estratégias partidárias.

Deputados Duarte Freitas e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso parece-me revelador de um determinado debate político em que o interesse partidário parece exercer naquele sentido e continua-se a ir nesse sentido, independentemente de isso corresponder ou não à realidade.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses faça o favor de continuar.

O Orador: Por isso os termos utilizados são, no mínimo, injustos e estes sim – estes termos utilizados pela Sra. Deputada Zuraída Soares – afectam a política e a confiança dos cidadãos em quem os representam.

Deputada Zuraída Soares (BE): Quais são os termos?

O Orador: Porque dizer que o Primeiro-ministro de Portugal roubou os portugueses é, no mínimo, um exagero discursivo...

Deputada Zuraída Soares (BE): Pergunte aos portugueses como é que eles se sentem!

O Orador: ...que revela uma determinada forma de encarar a política, que esta sim como disse, contribui para o descrédito da política de todos, obviamente como bem percebemos.

O Primeiro-ministro na realidade, e como os portugueses bem sabem, não roubou nada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Coitadinho do Sr. Primeiro-ministro!

O Orador: O Primeiro-ministro limitou-se a fazer aquilo que tinha de ser feito.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

O Orador: Obviamente que se tivesse havido verdade nas contas públicas, se os portugueses e os políticos portugueses soubessem com o que contavam, as coisas podiam ser diferentes. Mas tudo isso é o resultado de uma des governação, é o resultado da falta de credibilidade dos políticos que dizem muitas coisas que não correspondem à realidade, como aconteceu com o Governo de José Sócrates e isto foi a necessidade. Obviamente que custou ao Primeiro-ministro tomar a medida que tomou, vai custar muito mais a quem a vai sofrer, obviamente que sim e todos sabemos disso, mas temos de ter o sentido de responsabilidade de encarar as coisas tal como elas são.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Coitadinho do Sr. Primeiro-Ministro!

O Orador: E a realidade é esta, não é outra. Por muito que quiséssemos a realidade não é outra.

Por outro lado, é importante termos a noção clara de que mais do que os tempos são difíceis, os tempos são diferentes. Agora é jogo novo. A política tem de ser

de facto encarada de uma diferente forma e os portugueses deram essa resposta. Deram a resposta no acto eleitoral e sobretudo estão a dar a resposta na compreensão que estão a ter e na percepção da necessidade da sua disponibilidade para este esforço. Isto é essencial.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: E é este novo rumo da política que temos de estar cientes, porque quer queiram, quer não, a política do “chico espertismo”, a política do pequeno truque, a política da pequena mentirinha, a política da jogadinha acabou.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não acabou, não! O Governo está cheio de chicos espertos!

O Orador: Os portugueses não querem saber mais disso. E vou dar um exemplo.

A política de dizer que há um *superavit* e passar as dívidas para empresas públicas dizendo que não há dívida regional; de passados uns anos, a dívida que era indirecta, que não era reconhecida como pública, passa a ser pública... Este tipo de politiquinha e de politiquice acabou, porque de facto não gerou credibilidade, não gerou confiança nos portugueses, não gerou confiança nos cidadãos e são os cidadãos que exigem um novo método e uma nova forma de intervir.

O Orador: Relativamente à questão do *superavit*...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nada mudou!

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

A questão do *superavit*, hoje ainda entendemos que foi há pouco tempo que diziam isso, de uma forma muito firme, mas se daqui por uns 10 anos vier alguém de outro país ou de outra região e chegar à nossa Região e disser que o político com responsabilidades inventou o conceito de *superavit* para uma Região que tem a dívida que tem, as pessoas vão rir à gargalhada.

Deputado Francisco César (PS): Onde isto chegou, Sr. Deputado!

Deputado José San-Bento (PS): É a chamada fuga para a frente!

O Orador: A realidade é essa. Porque de facto é isso que descredibilizou também a política. É um exemplo pequeno do muito que foi feito para descredibilizar.

Por isso, terminando Sr. Presidente, queria dizer que o tempo que se vive na vida pública e na sociedade portuguesa e açoriana é o tempo da necessidade da verdade, da seriedade, do rigor e da recuperação de um conceito que por parecer do passado muitos políticos não utilizam: o conceito da honra,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ...de honrar o nome, de honrar a palavra, de honrar os eleitos, de honrar a quem representamos. É essencial reerguermos a honra, a honra do cargo que ocupamos e sobretudo dos interesses, dos valores e dos direitos que representamos.

Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Sra. Deputada Zuraida Soares, do Grupo Parlamentar do BE, trouxe aqui a sua declaração política.

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor. Faça favor de continuar Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: Naturalmente trouxe aqui aquele que é o seu ponto de vista sobre a governação de Portugal, sobre a política portuguesa e legitimamente fez as críticas que entendeu que devia fazer.

Naturalmente não concordamos com elas, absolutamente desfasadas. Por isso mesmo e usando um argumento que é recorrente ali da bancada do Partido Socialista e que nós ouvimos várias vezes desta bancada quando a oposição

criticava o Partido Socialista, variadíssimas vezes, repetidamente se levantavam a dizer: “o povo deu-nos maioria, o povo deu-nos maioria absoluta. Os senhores estão aí porque o povo não quis o que os senhores tinham no vosso programa eleitoral. O povo escolheu o nosso programa eleitoral.” Quantas vezes dessa bancada os senhores usaram esse argumento?

Quantas e quantas vezes os senhores usaram esse argumento?

Deputado João Costa (PSD): Ainda ontem!

Deputado Francisco César (PS): E os senhores usaram um argumento contrário!

O Orador: Pois é com esse argumento agora que os senhores vêm contradizer, que não se pode usar. O Governo de Portugal é legítimo e foi eleito pelo povo português, com toda a legitimidade, como os senhores foram. Portanto, é isso que os senhores, por muito que lhes custe, têm de aceitar.

Deputado Francisco César (PS): Quem o viu e quem o vê!

O Orador: Quem dizia que o problema de Portugal era sobretudo um problema de credibilidade, de credibilidade de um governo, de credibilidade de uma política e de credibilidade de um homem: José Sócrates...

Deputado Francisco César (PS): E agora?

O Orador: ...que dizia “eu não governo com o FMI, eu recuso-me a governar com o FMI”. E depois foi José Sócrates que foi assinar o contracto com o FMI. Foi José Sócrates que assinou o contracto em nome de Portugal e do Governo Português. Portanto, era uma questão de credibilidade.

Deputado Francisco César (PS): E agora?

O Orador: E meus amigos, quando uma família está endividada, não consegue pagar ao banco, só tem uma solução: é negociar com esse banco o pagamento da dívida.

Deputado Francisco César (PS): Já não é mau!

O Orador: Foi o que se fez nos trâmites internacionais. Foi o que o governo do Partido Socialista fez e que não pode agora vir passar uma esponja e foi o que responsabilmente o PSD e o CDS fizeram ao comprometerem-se a cumprir o

acordo que José Sócrates assinou para salvar Portugal da bancarrota. É isto que os senhores não se podem nunca esquecer.

Quanto ao Estado Social, Sr. Deputado José San-Bento, o senhor e o Partido Socialista deviam ter vergonha...

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

Deputado José San-Bento (PS): Eu não lhe posso responder!

O Orador: ... de usar aqui esse argumento do Estado Social. Uso só um argumento: os abonos de família que os senhores despudoradamente cortaram e a promessa emblemática do cheque bebé de José Sócrates que o que deixou aos bebés portugueses foi uma dívida de 17 mil euros.

Deputado Berto Messias (PS): Esse debate já passou!

O Orador: Cada bebé que nasce em Portugal levou a defesa do Estado Social de José Sócrates. Uma dívida de 17 mil euros por ter nascido, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado Berto Messias (PS): Esse debate já passou!

O Orador: E permita-me só uma nota, Sr. Deputado, ficou-lhe muito mal, muito mal, a sua vitimização e a sua extrapolação que aí fez da cabala e da conspiração contra si, que é feita pelo Deputado Paulo Estêvão, com a mandante de outros Deputados e que ficou-lhe muito mal a sua vitimização. Eu esperava de si, porque tem grandeza intelectual para o fazer, exactamente o contrário. Eu esperava que se defendesse com galhardia e com combate político aqui em vez de se vir vitimizar e urdir uma teoria da conspiração, Sr. Deputado. Ficou-lhe deveras muito mal e eu tenho pena.

Presidente: Creio não haver mais inscrições. Agora sim, dou a palavra para encerrar o debate à Sra. Deputada Zuraída Soares.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar exactamente por esclarecer o Sr. Deputado José San-Bento, agradecendo-lhe o contributo para o debate da nossa declaração política, que estou muito longe, Sr. Deputado, de fazer parte de qualquer complot, seja ele qual for...

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Deputada, eu não disse isso!

A Oradora: ...dentro ou fora desta casa contra o Sr. Deputado ou contra quem. Não pertenço a nenhum grupo clandestino e a nenhum complot. Os nossos debates normalmente são animados e são quentes, mas daí não vem nenhum mal ao mundo...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: ...e penso que nós os dois somos capazes de conviver com essa bravura do debate.

Deputada Nélia Amaral (PS): Temperatura!

A Oradora: Portanto, complots não, pelo menos não conte comigo para isso. Gostaria também de, enfim, fazer uma síntese, dizendo que a minha intervenção política, a intervenção política do Bloco de Esquerda, pretendia sobretudo partir da identificação de um problema que é o divórcio - já falado aqui nesta Câmara ao longo destes nossos trabalhos dos últimos dias - entre os cidadãos e a política. E para exemplificar a razão desse divórcio peguei em dois exemplos: um nacional e um regional.

Deputado José San-Bento (PS): Mas a senhora não disse só isso!

A Oradora: O exemplo nacional foi a mentira descarada do Primeiro-ministro ao povo português quando, para ganhar votos, - e repito Sr. Deputado José San-Bento - afirmou durante a campanha eleitoral que não lançaria impostos sobre os rendimentos das famílias, quando acabou exactamente por o fazer; e a nível regional referi-me à falta de transparência, de rigor e ao abandono de promessas solenes, como é o caso das taxas moderadoras.

Mas eu queria insistir exactamente no plano regional, que é aquele que mais nos interessa, e no caso o exemplo que trouxe na nossa declaração política da parceria público-privada para o Centro de Radioterapia dos Açores, cuja necessidade absolutamente imperativa, nem o Bloco de Esquerda, nem ninguém com o mínimo de bom senso, porá em causa. Disse-o e repito: o que está em causa para nós é a metodologia e o processo escolhido para implementar esta resposta a uma necessidade concreta.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Claro!

A Oradora: Registo, contudo, que nada do que afirmei – e Sras. e Srs. Deputados eu afirmei, fiz algumas afirmações graves – foi negado e registo também a disponibilidade manifestada pelo Deputado José San-Bento para o Partido Socialista e eventualmente o Governo esclarecer tudo aquilo que nós pretendemos esclarecer.

Deputado José San-Bento (PS): Estamos numa declaração política!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vai esclarecer como?

A Oradora: E registo, Sr. Deputado, porque há um ano que nós estamos há espera da resposta a uma pergunta, a um requerimento. Há um ano, faz no dia 30 deste mês. Portanto, registo a disponibilidade manifestada agora, porque durante um ano ela não existiu.

E para concretizar melhor as acusações que fiz e aquilo que disse da minha declaração política eu gostaria de lembrar o seguinte. A ex-Ministra da Saúde, Ana Jorge, quando tomou posse e iniciou o seu trabalho governativo, a primeira coisa que fez foi acabar com a parceria público-privada do hospital Amadora-Sintra. O seu espírito e o seu ímpeto reformista da altura levou-a até a dizer publicamente que aquele negócio era ruinoso para o Estado e era uma roubalheira. Porquê? Porque os actos médicos apresentados, as facturas de actos médicos apresentados por aquele hospital ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, as facturas!

A Oradora: ...e que era o Estado obrigado a pagar, era um roubo, porque eram falsos, porque não existiam...

Deputado José San-Bento (PS): Não usei essa expressão!

A Oradora: ...e acabou-se com aquela parceria público-privada e a Sra. Ministra fez muito bem. E o Bloco de Esquerda esteve com ela quando ela tomou esta decisão.

Mas aquilo que nós estranhámos é que pouco mais de um ano a seguir a este ímpeto reformista louvável, a mesma Ministra da Saúde não só abriu a porta a futuras parcerias público-privadas, como por exemplo o futuro hospital e parceria público-privada de Vila Franca de Xira e de Santa Maria da Feira, como concretizou outras duas que foram Cascais e Braga.

Atrevo-me a perguntar às Sras. e aos Srs. Deputados o que é que pode justificar a falência de um ímpeto reformista e até moralizador, a tal ética da política de que falava ainda agora o Sr. Deputado Clélio Meneses, da actividade política. Permito-me e atrevo-me a fazer uma relação que começa assim: *subprime*, crise financeira e económica. O Governo da República a precisar de recorrer à banca para se financiar e quem é que estava no mercado? O BES, o BCP e o Grupo Melo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os mesmos “bandidos”!

A Oradora: Os mesmos grupos. Será coincidência? Será um milagre?

Reparem bem, Sras. e Srs. Deputados. Os mesmos grupos que além de cobrarem ao Estado os juros agiotas que nós sabemos – financiava-se o BCE a 1% e cobravam 7 e mais por cento - ... Não! A seguir quiseram a saúde, o negócio da saúde.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou já terminar, Sr. Presidente.

O tal que é o maior negócio do mundo, superior às armas – reparem bem – e superior à droga.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ainda bem!

A Oradora: Isto para dizer que a lógica do processo na República não é diferente da lógica do processo na Região.

E já que estou a manifestar estranhezas permitam-me que manifeste uma outra sobre a parceria público-privada para o Centro de Radioterapia dos Açores. Os Srs. Deputados não acham estranho que num concurso internacional apareça apenas um grupo a responder?

Eu sei que pelo menos há dois a nível nacional, um do Porto e outro de Lisboa. Não acham estranho que nenhum dos dois tenha concorrido a este concurso internacional?

Deputado Domingos Cunha (PS): São os mesmos, Sra. Deputada! São do mesmo ramo!

A Oradora: Não será possível, não é esta lógica de funcionamento que nós costumamos chamar, e justamente noutros ambientes, cartel? É uma pergunta que deixo.

Portanto, a falência face aos negócios; a falência face à lógica dos negócios e dos interesses retira credibilidade à política, legitimidade à política e afasta, sim senhor, os cidadãos e as cidadãs da política, dos políticos e, finalmente, da democracia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Retomamos os nossos trabalhos às 11 horas e 40 minutos. Até já.

(Eram 11 horas e 13 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 11 horas e 48 minutos)

Nós estávamos ao nível das intervenções de interesse político relevante, e na sequência da intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa não tínhamos terminado o debate. Vamos continuar esse debate.

Dou a palavra para esclarecimentos ao Sr. Deputado José Ávila.

***Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Costa, ontem o Sr. Deputado fez aqui algumas afirmações que eu queria refutar. Aliás, vem no seguimento de algumas afirmações bombásticas que o senhor costuma fazer, como foi o caso, por exemplo, que a obra do museu era uma obra ilegal...

Deputado João Costa (PSD): E é!

O Orador: ...como foi o caso da venda dum terreno da Região que também era ilegal, embora depois se provasse que não é bem assim...

Deputado João Costa (PSD): Quem é que provou?

O Orador: ...o senhor nunca foi capaz de se retratar.

O Sr. Deputado vai fazer o favor de me deixar falar, daqui a bocadinho deve ter oportunidade, com certeza.

Mas ontem o Sr. Deputado disse aqui mais algumas coisas que também queria chamar-lhe a atenção.

O senhor disse que a política da coesão era uma aldrabice. Ora bem, como é que o senhor explica se é uma aldrabice, como é que andam Deputados da sua bancada há anos - e eu sou testemunha disso, aliás os meus colegas também são - a lutar para alargar as políticas da coesão às suas ilhas? Há aqui alguma incongruência.

Deputado João Costa (PSD): Posso explicar-lhe!

O Orador: Relativamente a outra questão que o Sr. Deputado também falou, disse que o Governo do PS se tinha limitado a requalificar infra-estruturas construídas pelo PSD e aliás disse outra coisa. Disse, reforçando a ideia da verdade, que o Governo do PS só tinha construído duas ou três obras de raiz.

Oh Sr. Deputado, é verdade que de facto na primeira parte do primeiro mandato do PS foi preciso requalificar algumas infra-estruturas que foram construídas. O senhor aí tem razão: foi o porto comercial; foi a escola básica; foi a aerogare; foi o caso das termas do Carapacho, também a própria piscina do Carapacho; mas, o Sr. Deputado quando diz que foram construídas só duas ou três obras de raiz, o Sr. Deputado tem de reconhecer que faltou à verdade. E se o senhor pudesse tomar nota eu ia-lhe dizendo: fábrica de lacticínios...

Deputado João Costa (PSD): Pensava que a fábrica era da UNICOL!

O Orador: ...central termoeléctrica; lar de idosos da Praia; porto de pescas; casas de aprestos; lota; hotel... Quer mais?

Centro de Apoio ao Visitante à Caldeira; museu; acesso ao mar no Barro Vermelho; lojas RIAC, duas; projecto ARM; estação de infra-sons; parque florestal da Caldeira; vários caminhos agrícolas; furos de captação de água...

Sr. Deputado, além...

Deputado João Costa (PSD): E um bebedouro? Não tem nenhum bebedouro?

O Orador: ...da grande revolução que foi feita na rede viária, como sabe o senhor, o PSD em 20 anos requalificou 26 kms de estrada, em 15 anos os governos do PS já requalificaram 33,5.

Deputado Rui Ramos (PSD): E o porto? E aeroporto?

O Orador: Mas, Sr. Deputado, há outra coisa que também queria chamar a atenção. O Sr. Deputado também disse que trabalhava por dois Deputados, que sozinho trabalhava por dois.

Eu percebo de facto as suas ambições. São legítimas.

Deputado João Costa (PSD): Não são quaisquer dois!

O Orador: Reconheço que são legítimas, é mesmo assim e nestas coisas é preciso ter alguma ambição.

Mas, Sr. Deputado, queria dizer-lhe que não há nenhum Deputado dessa bancada que mereça uma ofensa desta maneira.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado João Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila realmente o senhor não resiste. É mais forte do que o senhor. O senhor não resiste. O senhor tem sempre que fazer transportar a discussão sobre a ilha Graciosa neste Parlamento para a politiquice. O senhor gosta é de politiquice. Gosta é da pequena questão, de falar do bebedouro ou do chafariz... das pequenas coisas. Aquilo que é importante para a Graciosa não é nós andarmos aqui com uma discussão estéril...

Deputado Lizuarte Machado (PS): As obras do porto não são importantes?

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa faça o favor de continuar.

O Orador: Não vou aqui entrar na discussão estéril de quem é que fez mais, quem é que fez menos, quem é que fez e quem é que deixou de fazer, porque isso é o que vos interessa para não discutir os problemas.

Deputada Cecília Pavão (PS): É sempre a mesma coisa.

O Orador: Porque nós tivemos um debate na Rádio Graciosa e de facto aí o senhor já se portou de outra maneira. Falámos durante quase duas horas sobre a ilha: diferentes pontos de vista, diferentes formas de ver os assuntos, cada um explanou os seus e o senhor aí não teve necessidade de entrar na politiquice, porque sabe que os graciosenses estão pouco se importando para essa politiquice.

Mas aqui não! Aqui o senhor acha que brilha na sua bancada. Aliás, o que mostra bem aquilo que é importante na vossa bancada para a discussão destes assuntos.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): É preciso ter muita lata! Latão!

O Orador: O facto de haver Deputados que reclamam legitimamente discriminações positivas que ficaram prejudicadas com o conceito de ilhas de coesão mostra bem ainda mais a aldrabice que é o conceito, porque discrimina pela negativa e põe peso de parecer que estão a beneficiar determinadas ilhas, quando de facto, se calhar, está a prejudicar outras. É uma discussão que certamente havemos de tê-la noutra ocasião e quando eventualmente nós pudermos e tivermos oportunidade de apresentar aos açorianos as nossas propostas para a governação a partir de 2012 e uma diferente visão para a mudança que os Açores precisam.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ui! Daqui uns 3 anos!

O Orador: Mas deixe-me dizer-lhe o que preocupa os graciosenses. O que os graciosenses gostariam que os Deputados da Graciosa discutissem - que os dois Deputados do PS da Graciosa e o Deputado do PSD da Graciosa - nesta casa eventualmente seria como é que nós vamos alterar as coisas na Graciosa para combater a desertificação, que é um assunto que eu ontem já salientei aqui, que está no íntimo dos graciosenses, e com razão, aquilo que mais prejudica a Graciosa. Eu podia falar-lhe que a desertificação está directamente relacionada com a política de transportes de acessibilidades, de mobilidade, de mercado interno.

Veja por exemplo esta política da SATA dos emigrantes. Veja os emigrantes da Graciosa o que sofrem por causa desta política ...

Presidente: Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente, sem prejuízo de me reinscrever.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): O senhor não está neste mundo!

O Orador: Mas veja por exemplo esta história do excesso de bagagem.

Por que é que a Graciosa há-de continuar a ser prejudicada obrigando pessoas a pagar autenticamente mais uma passagem para pagar a diferença de peso que transportam até São Miguel ou até à Terceira e depois até à Graciosa?

Políticas que não se preocupam exactamente com as questões da Graciosa.

Mas deixe-me dizer-lhe só para terminar, Sr. Presidente, mais uma questão que de facto interessa aos graciosenses: são os incentivos à fixação de gentes. Porque o Partido Socialista e o Governo apresentam-nos sempre esta questão como que estão a criar todo o tipo de incentivos à fixação de gentes nas ilhas mais pequenas, mas o resultado é a tal redução de 10% da população nos últimos 10 anos, que é uma década de plena governação do Partido Socialista e desse sucesso todo.

É que a política de fixação de gentes – e para terminar, Sr. Presidente – de jovens por exemplo na Graciosa não se pode fazer ao sabor do favor e do jeitinho...

Presidente: Tem que terminar mesmo, Sr. Deputado.

O Orador: ...porque quando há pessoas que concorrem por exemplo em empregos públicos, quando há um favor e um jeitinho todos os outros que ficam para trás, ficam com muita vontade de se ir embora. É esse um dos estigmas que os senhores têm criado há fixação por exemplo de jovens e que ...

Presidente: Muito obrigado.

O Orador: ...têm que alterar e deve ser alterado para que de facto a Graciosa possa melhorar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda tem a palavra.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de intervir na sequência de ontem da intervenção do Sr. Deputado Artur Lima quando criticou o facto de eu ter comparado a análise dos dados demográficos dos Açores a nível nacional e parece realmente um bocado estapafúrdia esta crítica...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Olhe os termos!

A Oradora: ...porque não se pode fazer análise demográfica sem fazer comparações.

Aliás, basta usar o termo desertificação como foi agora aqui utilizado para se estar a fazer comparações de números. O que é importante realmente é perceber por que é que diminuiu o número de habitantes em alguns concelhos dos Açores. Essa perda ou essa ilusão, como chamou o Sr. Deputado Duarte Freitas, poderia se perguntar se deve à saída de pessoas. Na realidade não se deve propriamente à saída de pessoas, não há aqui uma migração significativa de pessoas dessas ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Elas desapareceram!

A Oradora: Aliás, nem uma emigração mesmo que em alguns casos possam ter ocorrido. O que realmente acontece são dois indicadores, que ontem aqui fiz referência, que são: uma significativa redução do número de nascimentos; uma redução da baixa taxa de mortalidade, particularmente a mortalidade infantil, associada a um aumento da esperança média de vida. E por estranho que pareça esses três indicadores na Região – redução do número de nascimentos e baixa de taxa de mortalidade infantil – são indicadores da melhoria do nível de vida nos Açores. Nós podemos ficar com pena de nascerem menos crianças nos Açores, mas na realidade esse é um indicador de que o nível e a qualidade de vida dos açorianos e a capacidade de decisão das famílias açorianas melhorou significativamente nos últimos anos.

Gostava de perguntar neste teor ao PSD o que é que realmente são as vossas ideias para combater a redução de natalidade nos Açores?

Porque ao olhar à imagem do programa nacional, que fala de uma nova geração de medidas para fomentar a natalidade, a única medida que lá vem inscrita é aquela que já foi aqui referida ontem, a de um visto familiar no Conselho de Ministros. Realmente fica-se a perguntar como é que se consegue estimular a natalidade com um visto familiar no Conselho de Ministros.

Em relação aos Açores o que é que tem sido feito para de alguma maneira, considerando esta mudança demográfica que é própria da evolução e da qualidade de vida nos Açores, o que é que se pode fazer, o que é que tem sido feito nesse sentido? Seja a nível da natalidade, seja a nível da participação das famílias nos Açores. Se nós olharmos, como é que podemos contrariar essa tendência? Porque é que as pessoas têm menos filhos?

Uma das razões porque as pessoas têm menos filhos são os custos directos e indirectos da criança e isso não há duas dúvidas que o aumento da rede de equipamentos de apoio à infância é um dado importante na política regional para ajudar as famílias. Isso não significa impor às famílias terem mais filhos.

Aliás, é também muito interessante verificar que no programa de Governo nacional...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fale do regional!

A Oradora: ...esta política de incentivo à natalidade vem associada ao combate à pobreza. Normalmente as pessoas mais carenciadas são aquelas que têm famílias mais numerosas. Portanto é muito interessante, que associe o incentivo à natalidade...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: ...ao combate à pobreza.

Vou só dar mais algumas notas. Há aqui políticas de apoio às famílias em todas as ilhas; há aqui políticas de apoio particularmente à actividade feminina e a taxa de actividade feminina nos Açores aumentou de forma significativa no sector terciário; há uma real melhoria dos indicadores de conforto em todas as ilhas, basta analisar a estatística do INE a esse nível; há um real aumento da rede de equipamentos sociais. Portanto, quando nós analisamos...

Deputado João Costa (PSD): E o índice de desenvolvimento humano?

A Oradora: ...os equipamentos na área da saúde, na área da educação, na área do turismo em todas as ilhas verificamos que esse investimento do Governo foi muito importante para a fixação dos jovens nas diferentes ilhas.

Claro que nascendo menos crianças... – e é isso que se tem de dizer: o que mudou nos Açores é que há menos crianças que nascem nos Açores...

Presidente: Tem que terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: ... e é por causa disso que a população diminuiu. Não há aqui problemas de autonomia como dizia o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado João Costa (PSD): Só diminuiu nos Açores, Sra. Deputada? É só nas ilhas pequenas?

Presidente: Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

***Deputado José Ávila (PS):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Costa, o senhor quando fala em politiquice o senhor deveria ter mais cuidado. Devolvo-lhe inteiramente essa afirmação para si. Politiquice é aquilo que o senhor faz. Eu ando a trabalhar nesta casa com seriedade e não ando... pelo menos humildade não me falta, a si falta um bocadinho.

É que o senhor tenta desvalorizar o trabalho dos governos do PS, mas isso não pega. Isso não pega porque os graciosenses sabem. O que está a acontecer Sr. Deputado é que os governos do PS, ao contrário daquilo que o senhor afirma, estão a cumprir os seus programas de Governo. O senhor sabe que nesta legislatura já temos setenta e tal por cento dos nossos compromissos eleitorais cumpridos até a este momento. É muito importante o senhor pensar nisso, porque o senhor está habituado abaixo dos 50% na Câmara onde o senhor também foi político.

Mas eu queria dizer que o Sr. Deputado ontem falava em políticas erradas e falou muitas vezes nisso, em políticas erradas na Graciosa. Queria referir aqui que o senhor quando refere e quando crítica o Governo pelas políticas erradas na Graciosa é preciso ter em atenção uma coisa: o senhor está a fazer uma atroz crítica aos seus dirigentes autarcas que governaram aquela ilha durante 30 anos. O senhor nunca se esqueça disso. Eu não era capaz de fazer melhor do que o

senhor está a fazer na crítica que faz, porque o senhor está a falar nos incentivos à natalidade. Podia muito bem falar também nas câmaras onde o senhor andou.

Deputado João Costa (PSD): Lá está com a politiquice!

O Orador: O senhor vai deixar-me falar agora... se quiser.

Relativamente às políticas erradas. Sr. Deputado, foi errado reestruturar a agricultura na Graciosa? Rejuvenescer a classe?

Foi errado construir uma nova fábrica de lacticínios?

Foi errado apostar no melhoramento animal?

O senhor vai ter que me dizer: foi errado apostar nos caminhos agrícolas?

Foi errado dar formação aos agricultores?

Oh Sr. Deputado, se calhar é por isso que hoje temos dos melhores produtores de leite da Região; se calhar é por isso que na Graciosa se consegue maior produtividade e maior rendimento por hectare;...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: ...se calhar é por isso que os agricultores acreditam no futuro e apostam na agricultura. Estão a construir as maiores salas de ordenha dos Açores naquela ilha. É por alguma razão, é porque acreditam no futuro.

Se calhar também é por isso que se está a investir mais na certificação agrícola; se calhar é por isso que houve grandes melhorias na produção de carne.

Sr. Deputado, vamos às pescas. Nas pescas foi errado construir um porto de pescas?

Foi errado construir as casas de aprestos, a nova lota, aumentando a capacidade da produção?

Oh Sr. Deputado, é errado dar formação aos pescadores?

É errado apostar na renovação da frota?

Se calhar é por isso que ainda recentemente a Graciosa foi a quarta melhor ilha em produção de pescado descontando o atum? Se calhar foi por isso, Sr. Deputado?

Se calhar também é por isso, porque temos muitos jovens que vivem exclusivamente da pesca.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Deputado, depois venho outra vez pedir a palavra.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado João Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu identifiquei muito bem onde é que o constrangimento ao desenvolvimento da Graciosa, que leva à saída dos seus jovens, à não fixação de gentes e à desertificação humana, estava a limitar esse desenvolvimento e todas essas capacidades e essas potencialidades que o senhor muito bem aí enalteceu e que a Graciosa, felizmente, tem.

Temos grandes possibilidades de desenvolver a nossa agricultura, diversificá-la e pôr a Graciosa a produzir como produzia, se calhar, alguns produtos antigamente. Temos essas possibilidades, mas não estamos a aproveitar. Temos muito mais para aproveitar que não estamos a aproveitar fruto dessas políticas erradas que os senhores adoptaram nos Açores e que limitaram, que fizeram o constrangimento da ilha Graciosa relativamente a só um mercado, que é o mercado da Terceira e que a Graciosa tem outras potencialidades para se expandir para outros mercados, nomeadamente os mercados do triângulo e não há essa possibilidade de transportes. Porque esse é que é o grande problema que os senhores teimam em não reconhecer como aliás ficou bem patente. O senhor limita-se a mostrar algum do sucesso que eu reconheci. O senhor, que queixa-se muito do que eu escrevo e do que eu digo...

Deputado José Ávila (PS): Não leio!

O Orador: Acho que faz bem em não ler, mas há muita gente que lê, graças a Deus.

Deputado José Ávila (PS): Cada vez menos!

O Orador: E por isso mesmo é que me incentiva a continuar.

Mas recentemente publiquei um artigo onde referi precisamente esse valor da agricultura da Graciosa, o valor do empreendedorismo dos jovens agricultores

da Graciosa e de como eles precisam ainda de mais para poderem expandir e diversificar a sua empresa agrícola.

Mas, Sr. Deputado José Ávila, voltemos à visita do Governo que foi o que nos trouxe aqui inicialmente. O senhor ontem também se fartou aí de enumerar os grandes feitos deste Governo nesta visita. Falou da lota. Muito bem! Ainda bem que temos um novo edifício de lota com mais capacidade. Mas sabe qual é a crítica que faço? Não é o facto de ele existir, é o facto de ele constar de um comunicado do Conselho de Governo de 2006. Portanto, foram 5 anos para aquele edifício ficar feito, porque é essa tal política de governar para o acto eleitoral, de inscrever num comunicado em 2006, depois inscrever o mesmo item num comunicado de 2007 e depois ainda em 2008 de lançar a primeira pedra ou de pôr lá algum projecto apresentado a quem vai beneficiar dessa obra, para um acto eleitoral de 2008. Portanto, foram 5 anos a lota.

Mas posso-lhe dizer mais: parque florestal. Igualmente inscrito no comunicado do Conselho de Governo em 2006. Sabe que estamos em 2011, não sabe?

A estação de monitorização, 5 anos também. Foi inscrita no comunicado do Governo de 2006.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): *Copy/paste!*

O Orador: O porto de Santa Cruz, por exemplo, que o senhor agora se vangloria - ou a Deputada Vera - de estar inscrito no comunicado do Governo a consolidação da parte que falta ou da outra parte, mas no comunicado do Governo de 2006 dizia assim: “mandar elaborar o projecto de consolidação do porto de pescas de Santa Cruz.”

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Não disse de metade, nem disse de um quinto, nem de uma ponta, nem da outra ponta. Era o porto de pescas de Santa Cruz em 2006.

Só muito rapidamente, para terminar: o ponto número seis do comunicado de Conselho de Governo desta visita estatutária já estava ... perdão o ponto número 10 era o ponto número 5 do comunicado de 2010; o ponto número 16 era o ponto 20 do comunicado de 2010; o ponto 17 era o ponto 21 do comunicado de 2010 e 22 do comunicado de 2009; o ponto 19 era o ponto 22

do comunicado de 2010; o ponto 26 era o ponto 18 do comunicado de 2006 e o ponto 28 do comunicado de 2007.

É isto que é governar para o eleitoralismo. Isto é governar a meter em comunicados do Governo pontos que são estratégica e politicamente colocados para iludir as pessoas e é isso que os graciosenses estão cansados: é de ser iludidos e de ser governados para contribuir com o seu voto para a reeleição do Partido Socialista.

É isso que a Graciosa não suporta mais e que leva ao decréscimo da população e ao desacreditar dos graciosenses em que a ilha se possa desenvolver, porque tem capacidades, tem potencialidades e merece ser desenvolvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputados Clélio Meneses e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado. Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para estranhar o adjectivo...

Deputado João Costa (PSD): Primeiro estranha-se!

O Orador: ...usado pela Sra. Deputada Piedade Lalanda, que muitas vezes vem aqui dar lições de moral e de bons costumes, e o adjectivo que teve para classificar foi “estapafúrdio”.

Sra. Deputada não lhe vou devolver naturalmente o mimo, quando, Sra. Deputada, o que eu aqui disse e volto a dizer - como se aumenta o número de filhos vou-me abster de explicar – é que a senhora devia fazer comparações na autonomia, dentro da autonomia, afirmar a autonomia. E o que eu lhe disse foi que ir buscar o interior e o litoral para fazer comparações com os Açores não é correcto. Se é para ser igual aos outros, não precisamos da autonomia que os senhores tanto defendem e apregoam.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Não é igual aos outros! É uma análise democrática!

O Orador: Acalme-se um bocadinho que já lá vou.

Portanto a sua demagogia, a sua formação – que presumo que tem na área e reconheço – a senhora vendeu-a, hipotecou-a à demagogia e ao civismo partidário.

Vou-lhe ler então, Sra. Deputada, está aqui, o vosso Programa do Governo sob o título “Natalidade e rejuvenescimento”.

Primeira frase do programa: “O combate à desertificação, as políticas de fomento e de ordenamento populacional constituem áreas importantes para a atenção do Governo.” Primeira frase, do seu Governo.

Depois: “Impõe-se, pois, para o efeito, entre outros instrumentos, um plano regional para a família e para a infância...” - Onde está? - “...que desenvolva uma estratégia integrada tendo também em consideração as realidades açorianas diferenciadas das ilhas mais pequenas ou de menor densidade populacional.”

Onde se materializa esta medida? Quero que me explique o plano para a família e para a infância e onde se materializa as medidas de discriminação para esta natalidade nas ilhas mais pequenas.

Depois, mais à frente: “A materialização das políticas para o sector ficará concluída com a criação e aprovação do regime de protecção das famílias numerosas.”

Onde está, Sra. Deputada, mais esta medida do Programa do Governo? Responda-me a essa pergunta se faz favor.

E depois, mais à frente vem a respeito das famílias numerosas: “ O reconhecimento da igualdade material, o qual pode ser colocado em crise face ao custo que representa para estas famílias o cuidado e a educação dos filhos. Este regime deverá garantir às famílias com mais filhos igualdade no acesso aos bens económicos, sociais e culturais.”

É isso que o Governo promove? É, Sra. Deputada?

Tem um exemplo bem recente: as taxas moderadoras que falaremos à tarde.

Última frase do Programa do Governo, verdadeiramente emblemática: “De um modo geral todos os objectivos e medidas, nestas áreas, terão em maior atenção as chamadas ilhas de coesão.”

Onde está materializado, Sra. Deputada?

Responda-me a estas perguntinhas todas em vez de vir para aqui fazer demagogia. Responda ao que está aqui.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Já respondi a tudo!

O Orador: Estes planos onde estão; qual a maior atenção às ilhas da coesão; qual a maior atenção às ilhas mais pequenas...

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: ...e qual a credibilidade do cumprimento desse Programa do Governo. Já passou 3 anos, estamos a uns meses – a pouco mais de um ano – do programa, o que é que está por fazer? O que é que fez?

Portanto, a desertificação é culpa sua...

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ...do seu Grupo Parlamentar, do Partido Socialista e do Governo Socialista que não materializou nenhuma destas medidas.

É a isto que a senhora deve responder com seriedade, Sra. Deputada. Fico à espera.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS/PP e PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): É melhor sentar-se e esperar!

Presidente: Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

***Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Vera Bettencourt já ontem fez uma pergunta que o senhor não respondeu. O problema da desertificação, um problema que nos preocupa a todos e o senhor sabe qual é a minha posição sobre isso... mas ontem foi-lhe feita uma pergunta: qual é a solução?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está aqui!

O Orador: Eu queria perguntar se a solução é aquela que queriam em 2004 com as chamadas sociedades de desenvolvimento? Queria saber se era por aí.

Relativamente à questão dos comunicados do Conselho de Governo o Sr. Deputado sabe que eu não me preocupo muito com isso. Com o que eu me preocupo, sinceramente, é com o programa dos 4 anos.

Os programas do Partido Socialista – e já lhe disse isso noutras locais – felizmente na Graciosa têm uma taxa de cumprimento muito elevada.

Ora veja-se: em 2000/2004 faltaram cumprir 3 promessas, que entretanto foram concluídas na legislatura seguinte; em 2004/2008 das 57 promessas que constavam do programa nós não cumprimos 5 (4 dessas já foram cumpridas), taxa de execução - 91,23%; em 2008/2012, legislatura que ainda não acabou, das 69 promessas (como diria o Dr. Mota Amaral, “número curioso”) falta cumprir à volta de 19, temos uma taxa de cumprimento de 72,46%.

Ora bem, isto interessa-me muito mais do que aquilo que sai nos comunicados de Conselho do Governo, porque – como o senhor sabe – há empreendimentos que desde a decisão até à sua conclusão demoram algum tempo.

O Sr. Deputado acha que é muito tempo? Sinceramente eu também acho. É sempre assim. Infelizmente as coisas funcionam assim.

Portanto essa questão, para mim, acho que está perfeitamente esclarecida. O que interessa de facto é cumprir e é para isso que eu luto todos os dias, para que o nosso programa seja cumprido, pelo menos tudo aquilo que for possível. É isso que faço todos os dias.

Mas ainda relativamente às políticas erradas que o senhor tanto fala – aqui e em outros sítios -, o senhor diz que está tudo errado.

Veja-se por exemplo o caso do turismo.

Foi errado construir o hotel de 4 estrelas?

O senhor não queria. O senhor queria fazer um estudo. Lembra-se? Num acto público em que estava na altura o Sr. Eurodeputado Paulo Casaca o senhor disse que era preciso fazer um estudo antes de fazer o hotel. Se calhar estávamos a estudar agora. O hotel não estava feito e o senhor estava a dizer que o hotel tinha aparecido no comunicado de Conselho de Governo e não estava feito. Aí, se calhar, o senhor não ia falar assim dessa maneira.

É errado apoiar o turismo em espaço rural que nós temos lá de alguma qualidade?

Apoiar a restauração, é errado? Criando mais postos de trabalho?

Oh Sr. Deputado, é por isso que a Graciosa é cada vez mais procurada. Nós o ano passado batemos o *record* em visitas, como o senhor sabe e muito bem, mas este ano estamos a crescer outra vez. Já vamos acima dos 57%. Portanto, é sinal que isto é uma boa política, esta política não está errada, Sr. Deputado. O senhor tenha a consciência disso.

O senhor quando fala, por exemplo, em políticas erradas,...

No ambiente, Sr. Deputado, é errado construir um centro de processamento de resíduos? É errado, será errado?

É errado selar as lixeiras a céu aberto?

É errado acabar com o passivo? Por exemplo o passivo dos pneus que andava aí espalhado por essas ilhas todas há anos e anos, há décadas.

É errado apostar na recolha selectiva?

Sr. Deputado é errado apostar num projecto de produção de energia 100% renovável?

É errado implementar o parque natural?

Oh Sr. Deputado, é por isso que já somos reconhecidos pela UNESCO como reserva da BIOSFERA. É por isto, por estas pequenas coisas...

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: ...por estas políticas. É por isso que pertencemos a um arquipélago que é dos melhores para se viver no mundo. É por isso, Sr. Deputado. Portanto, estas políticas não são erradas.

Quando o senhor fala na questão dos transportes é errado apoiar a exportação de produtos da nossa ilha? É errado apoiar a exportação de peixe, em quase 100%?

É errado apoiar a exportação das queijadas, dos alhos, das meloas, dos vinhos, etc.? É errado apoiar?

Estas são as políticas que nós estamos a fazer. O senhor tem é de assumir que é errado apoiar desta maneira.

O senhor talvez não percebeu...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor é que não quer perceber! O senhor é que está errado!

O Orador: ...ou anda aqui e não percebe. Eu queria dizer-lhe...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar já, Sr. Presidente.

O que está errado, Sr. Deputado, é o seu pessimismo. Isso é que está errado. O seu desânimo, a sua incapacidade de ver a realidade, o seu medo de reconhecer aquilo que está feito.

O senhor sabe, Sr. Deputado, o pessimista fica sempre a queixar-se do vento, o optimista aperta as velas, espera que o vento mude e põe-se a caminho.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado João Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila não insista nesse erro. O senhor é que está errado. O senhor volte às minhas intervenções nesta Assembleia e veja se calhar algumas das coisas que eu escrevo. O senhor queixa-se de que eu escrevo, mas não lê o que escrevo, mas ouve muito bem, porque ainda se lembra de uma coisa que terei dito eventualmente num lugar onde estava um Sr. Eurodeputado. Veja se eu não tive sempre uma palavra de apreço por tudo aquilo que tem sido feito em benefício da Graciosa e do desenvolvimento.

Sabe, não há política nenhuma correcta que não se destine às pessoas. Essa é que é a grande verdade. É que sem pessoas, todas as políticas estão erradas. Todas! Se não houver pessoas na Graciosa todo esse manancial e rol de políticas adequadas que o senhor aí referiu, deixaram de estar certas, apesar de nós considerarmos que são eventualmente correctas.

O senhor acabou de dizer uma coisa que me surpreende e devia surpreender ali o Sr. Presidente do Governo, mesmo ele estando nas galerias ou não estando na bancada. O senhor não se preocupa minimamente com os comunicados do Conselho do Governo. Como eu o compreendo!

O senhor não dá importância aos comunicados do Conselho de Governo. Como eu o compreendo!

E é bom que os graciosenses não esqueçam essa sua frase, porque de facto aqueles comunicados servem apenas para iludir e para dar nota de intenções que muitas vezes não se concretizam e limitam-se a ser repetidas.

Para terminar, porque penso que temos de dar espaço também a outros para poderem intervir neste período de tratamento de assuntos políticos e porque somos solidários com os restantes Deputados desta casa, queria-lhe também dizer – e porque o tempo também não cresce, infelizmente – que de facto não há política que não esteja certa quando não se destina à fixação de gentes na Graciosa. Esse é que é o grande crime que tem sido cometido – perdoe-me a expressão – em relação a uma ilha como a Graciosa. É que nós temos todos, independentemente dos partidos e das políticas, de procurar a melhor forma de fixar pessoas na Graciosa e tenho pena – tenho sincera pena – de que o Partido Socialista não se tenha preocupado em ouvir um pouco mais aquilo que diziam os outros e não os ouve apenas porque não são ligados à sua cor partidária.

Quando o Partido Socialista algum dia conseguir distanciar-se da “partidarite” e ouvir a opinião válida de outras pessoas que não estão ligadas ou que não estão nos quadros do Partido Socialista, talvez a política relativamente à Graciosa, a política de fixação de gentes e de combate à desertificação humana pudesse hoje ser outra e pudéssemos hoje estar a discutir outros números. Porque a Sra. Deputada Piedade Lalanda esqueceu-se, ao referir aquela teoria e aquela tese que gosta de demonstrar que sabe ou que estuda – porque às vezes não estará necessariamente correcta –, de referir que de facto os Açores cresceram em população, quem não cresceu foram as ilhas mais pequenas, nomeadamente a Graciosa que foi aquela que perdeu mais população nos últimos 10 anos e é isso que vos devia preocupar a todos. Não era estar aqui a jogar um pingue-pongue daquilo que o senhor acha que está tudo bem feito, mas as pessoas estão saindo de lá.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: E é isso é que não deve continuar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda tem a palavra.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente:

Muito rapidamente eu gostava de responder ao Sr. Deputado Artur Lima, tenho pena que não esteja presente.

Quando disse “estapafúrdio” estava a pensar e depois acabei por não responder à sua explicação científica que apresentou ontem ao dizer que o maior número de famílias seriam as famílias monoparentais. Portanto, é realmente uma explicação estapafúrdia, mas não tive tempo de a justificar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora insiste na sua linguagem!

A Oradora: Agora a questão que se centra – e vou voltar a dizer outra vez a mesma coisa – é que nós temos de distinguir como é que se analisa a diminuição da natalidade ou da fecundidade nos Açores do ponto de vista demográfico e do ponto de vista das políticas sociais, das políticas que podem incentivar o aumento desse fenómeno na Região. E o aumento desse fenómeno na Região, como em qualquer outra parte do país...

Porque isto não se vai inventar nada para os Açores, temos é de pensar nas estratégias que têm sido adoptadas em outros países e na Europa. Note-se que só muito recentemente a taxa de natalidade está a aumentar, nomeadamente na França e na Suécia, porque também viveram períodos de grande diminuição da taxa de natalidade. Portanto não há nada a inventar, há é que pensar em que áreas é que se deve mudar e a Região nestes últimos anos investiu em todas as ilhas. Volto a dizer: na área da saúde, na área da educação, na área da rede de equipamentos de apoio à família, na área do incentivo à criação de emprego e à fixação de quadros. É isso que pode contribuir para o aumento da natalidade. Não há outra forma.

Claro que há outras formas. Há formas de fixar população não natural, população estrangeira ou população que vem residir...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh senhora estão aqui. Que é isto?

A Oradora: ... fora da ilha para outra ilha. Há também formas de incentivar fixação das pessoas com incentivos materiais até no âmbito dos municípios, que podem incentivar o retorno de pessoas, de jovens que se foram formar fora da ilha, através de incentivos locais. É possível.

E daí volto outra vez à mesma ideia inicial: que nós podemos comparar os Açores com o continente porque está nas análises de vários estudos do INE, que uma das grandes diferenças entre os Açores e o continente é que o nosso aumento de população deve-se a um saldo natural e não a um saldo migratório.

Note-se que nos últimos 10 anos em Portugal reduziu para 10% o número de nados-vivos de mães portuguesas. 10% dos nados-vivos em Portugal actualmente são de mães estrangeiras e esse fenómeno ainda não acontece nos Açores, porque a fixação de população estrangeira nos Açores é muito menor. Ou seja, nós crescemos ainda assim à custa do saldo natural.

A taxa de natalidade diminuiu também em São Miguel, só que São Miguel e a Terceira são ilhas maiores, portanto contribuiu ainda com alguma presença de pessoas de fora para um aumento da população.

Temos que perceber é que este fenómeno da redução da taxa de fecundidade é um indicador positivo do aumento da qualidade de vida. Isso é que é importante.

O Sr. Deputado Artur Lima está muito preocupado com o plano. Não são os planos que fazem mudar este indicador. O que faz mudar são as várias políticas que já enumerei, que o Governo Regional tem incentivado nas várias ilhas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estão aqui. Tenha vergonha! Não responde.

A Oradora: ...e que a seu tempo darão resultado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda ao que eu perguntei!

Presidente: Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

***Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou acabar já por aqui, mas de qualquer maneira gostaria que ficasse registado no Diário das Sessões que o Sr. Deputado João Costa não respondeu a nenhuma das perguntas...

Deputado Rui Ramos (PSD): Tal como a senhora Piedade Lalanda não respondeu ao Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: ...feitas quer pela Sra. Deputada Vera Bettencourt ontem e também por mim. Gostava que isso ficasse registado em como ele não foi capaz de responder a nenhuma das perguntas.

Obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para ficar registado que as medidas previstas no Programa do Governo e que eu pedi à Sra. Deputada Piedade Lalanda que me explicasse onde estão implementadas, os planos regionais previstos para o aumento da natalidade e rejuvenescimento, a Sra. Deputada foi incapaz de responder onde os posso encontrar, onde estão implementados.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Isto é um exame!

O Orador: A isto a Sra. Deputada e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista disseram zero. Recusaram-se a responder, foram incapazes de justificar.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Leia o programa! Se está no programa não precisa responder!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não tenho mais inscrições.

Assim sendo vamos dar por encerrado o debate relacionado com esta intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Vamos passar para a intervenção seguinte. Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

(Neste momento, o Deputado José Ávila voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Deputado Alexandre Pascoal (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A aposta do Governo dos Açores em dotar o arquipélago de uma Rede de Centros de Interpretação Ambiental revelou-se uma opção acertada.

Sustenta esta opção, por um lado o facto de 13% do território dos Açores ser composto por áreas classificadas. A Região detém, ainda, 23 Sítios de Interesse Comunitário, assim como 15 Zonas de Protecção Especial. Por outro lado, a preocupação em preservar a identidade e memória histórica das nossas populações, através da requalificação e reabilitação, devidamente adaptado às exigências actuais, de património edificado simbólico e importante da nossa Região.

O objectivo fundamental, desta Rede, passa pela educação e sensibilização dos jovens e da população, em geral, para as questões do Ambiente, ao mesmo tempo que serve para potenciar o chamado Turismo de Natureza.

Esta acção está consubstanciada no programa do X Governo Regional, no qual se prevê uma medida de concertação entre Cultura, Ambiente e Turismo, dando lugar a uma “tríade endógena”, designação utilizada numa intervenção anterior, cujas áreas de actuação estão intimamente ligadas e são, na sua essência, interdependentes.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Rede Regional de Centros de Interpretação Ambiental dos Açores é parte integrante da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza - Azorina, tutelada pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, e é, actualmente, constituída por 11 estruturas, distribuídas pelo Arquipélago.

Da Rede e tendo em conta o todo regional, destaca-se:

o **Centro de Interpretação Ambiental e Cultural do Corvo;**

o **Centro de Interpretação do Boqueirão** nas Flores, reconhecido em diversas publicações nacionais e internacionais e escolhido para integrar o "Guia de Arquitectura de Portugal";

o **Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos**, no Faial, seleccionado como um dos 150 melhores projectos que ilustram o sucesso da aplicação dos co-financiamentos do Fundo para o Desenvolvimento Regional Europeu e dos Fundos de Coesão. Foi, igualmente, o único participante seleccionado em Portugal para integrar o concurso *Regio Stars Awards 2011*, na categoria de “Fotografia de Divulgação de um Projecto co-financiado”, arrecadando o 1º prémio. Em 2009, esteve nomeado para o prémio de Arquitectura Contemporânea - *Mies van der Rohe*, o mais importante na Europa, e mereceu atenção especial na prestigiada revista italiana *Casabella*. De momento, concorre para o prémio do Museu Europeu do Ano 2012;

o **Centro de Visitantes da Gruta das Torres**, no Pico, nomeado em 2007 para o prémio de Arquitectura Contemporânea *Mies van der Rohe*, participou na exposição "Habitar Portugal", arrecadou o 1º lugar no *Prémio Nacional Tektónica/Ordem dos Arquitectos*, em 2009, o qual é atribuído anualmente e promove o reconhecimento público e profissional de novos valores no quadro da arquitectura nacional e foi, ainda, finalista da selecção portuguesa da 5ª Bienal Ibero-Americana de Arquitectura e Urbanismo, realizada em Montevideu, no Uruguai;

o **Centro de Interpretação da Fajã do Santo Cristo**, em São Jorge; o **Centro de Visitantes da Furna do Enxofre** na Graciosa;

o **Centro de Monitorização e Investigação das Furnas** em São Miguel, que recebeu recentemente o prémio internacional de Arquitectura de Pedra 2011, na cidade italiana de Verona, e foi referenciado em diversas revistas da especialidade, nomeadamente, na conceituada revista espanhola *El Croquis*;

e o **Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo** em Santa Maria.

Para além dos exemplos referidos anteriormente, está em fase final de projecto o **Centro de Interpretação Ambiental de Santa Bárbara**, na ilha Terceira. Com a sua conclusão o arquipélago ficará dotado, em todas as ilhas, de infra-estruturas de interpretação ambiental, completando, deste modo, o âmbito regional desta rede.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os projectos que a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar tem vindo a implementar são hoje objecto de referência e merecedores de atenção e destaque, não só pela função que desempenham e para a qual foram concebidos - lugares de divulgação de temas e questões ambientais dos Açores - mas também pela qualidade arquitectónica que edificaram ou, simplesmente, reconverteram. Valorizando, em alguns casos, património edificado associado a etapas económicas importantes que marcaram a história do arquipélago e que, deste modo, e pela sua reabilitação, passam a ser parte integrante do próximo futuro.

Neste sentido e a propósito da publicação do Centro de Interpretação do Boqueirão, da responsabilidade da arquitecta açoriana Ana Laura Vasconcelos, na capa da reconhecida revista coreana “C3”, foi referido que «(...) a arquitectura premiada é uma atitude e um gesto de informação acumulada que, no conjunto, articula substância, forma e função, sem necessariamente ser megalómana, “atrevida”, polémica. Porque, no fim, a obra acaba. O projecto é premiado. O edifício permanece. Mas, na verdade, este é só o primeiro passo para o que se pretende (...) valorizar, com coerência, as circunstâncias culturais, ecológicas e ambientais, dos lugares em causa». (fim de citação)

Outro exemplo desta natureza foi inaugurado no passado dia 01 de Julho e é parte integrante da obra de requalificação das margens da Lagoa das Furnas - o **Centro de Monitorização e Investigação da Lagoa das Furnas**.

Neste caso, o Centro foi premiado pela concepção - uma escultura de pedra colocada na paisagem -, pelo enquadramento com o verde circundante e pela capacidade de relacionar o basalto vulcânico da região com o ambiente natural da Lagoa das Furnas.

Da autoria do Arquitecto Manuel Aires Mateus, este projecto evoca, segundo o próprio, «(...) a paisagem arquitectónica dos Açores em linha de continuidade com as formas e os materiais que moldam a memória colectiva da ilha e do

arquipélago, e do qual são já, pela força do tempo, uma espécie de segunda natureza.»

E como disse, e bem, o Presidente do Governo em dia de inauguração, o tempo é de “orgulho” na concretização de um processo mais abrangente: o de reverter a degradação da bacia hidrográfica das Furnas, pelo esclarecimento dos visitantes para todo o projecto da intervenção em curso na bacia e pelo conhecimento das características singulares do vale das Furnas, sem retirar à Natureza o tempo de que ela precisa.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Centros de Interpretação Ambiental são espaços de memória, que relacionam o passado com o presente, funcionam como um veículo activo na difusão de conhecimento científico e constituem-se como elementos complementares no roteiro turístico e cultural de residentes e visitantes.

Na sua génese está a promoção do conhecimento do património natural das ilhas, de uma forma dinâmica, interactiva, com carácter educativo e científico, de modo a dar a conhecer e, a melhor compreender, as características geológicas e a nossa biodiversidade, através de uma profusa "viagem" aos Açores.

Ao contrário do que, às vezes, é veiculado por quem não sabe interpretar estes sinais, os investimentos de cariz ambiental e/ou culturais, com um forte pendor qualitativo arquitectónico associado, são uma necessidade e têm, pelos exemplos enunciados, comprovado a sua raiz reprodutiva, evidenciada pelo que mais importa: o número de visitantes.

Por aquilo que representam, pelas recentes distinções e pela transversalidade que proporcionam, na tríade já referida – Cultura, Ambiente e Turismo, é oportuno reflectir a repercussão destas obras que, implementadas pelo Governo dos Açores de responsabilidade Socialista, têm contribuído de forma sustentável para dar a conhecer, ao mundo, através de uma simbiose entre o passado e a contemporaneidade, uma dupla vertente do património dos Açores: o natural, e mais recentemente, o património construído.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Aparte inaudível)

O Orador: Isto avariou há pouco e agora já está. Não tem outra leitura a não ser a avaria tecnológica. Sei muito bem, Sr. Presidente, e aguardo que o senhor também diga o que é que vai fazer em Setembro.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Mas podia estar sentado!

O Orador: Pois posso, até Setembro.

Portanto, a questão que o Sr. Deputado Pascoal trouxe aqui – diversas obras, a valorização cultural que é muito importante, a interligação entre a cultura, a natureza e o turismo – tudo isto está muito bem e concordo com esta leitura muito contemporânea de como realmente devem ser vistas as coisas.

Referiu aí muitas zonas do arquipélago, mas não referiu a ilha do Corvo. E não referiu porque não tem nada para referir, porque é a única ilha que não tem um museu, que não vê o seu património defendido e isso o Sr. Deputado não pode referir.

Também em relação àqueles que são os objectos móveis de interesse cultural que o Sr. Presidente considera que são bastante importantes e que é sempre uma aquisição que mesmo em tempo de crise se deve fazer – também estou completamente de acordo com esta teorização -, na ilha do Corvo aquele património está a ser comprado pelos austríacos, pelos alemães. Foi tudo devassado completamente.

O Governo Regional ao longo destes 15 anos o que é que fez? Assobiou para o lado, não fez nada. Tudo aquilo se está a perder.

Quantos objectos é que temos de interesse cultural na ilha do Corvo recuperados e protegidos? Uma manta na ilha das Flores. Muito bem! Ao menos temos uma pequena relíquia protegida. É esta a vossa política cultural na ilha do Corvo.

Realmente é importante que se refira - já o senhor o fez aqui - o itinerário de vastos investimentos. Mesmo hoje vimos nos jornais mais outros investimentos, mas considero é que esta discriminação a que a ilha do Corvo está votada é algo que tenho que reiteradamente chamar a atenção desta Câmara cada vez que se fala de cultura nos Açores. Aproveito mais uma vez esta oportunidade para referenciar aquilo que está a ser feito do ponto de vista de abandono e de negligência que envergonhará esta Região um dia. As coisas já foram compradas, já não estão sequer no país, portanto já desapareceram, porque o Governo Regional não fez nada em relação a essa matéria.

Aliás, apresentei recentemente um projecto de resolução...

Deputada Catarina Furtado (PS): Isso não tem nada a ver!

O Orador: ...para que o Governo Regional comece a fazer qualquer coisa de facto para salvar o pouco que resta. E isto é que acho que é calamitoso e portanto estraga um bocadinho a sua folha de serviço, o seu discurso. Tenho consciência disso, mas também não ficaria de consciência tranquila se não lhe dissesse isto aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Não tenho mais intervenções, assim sendo passamos para a intervenção seguinte. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A independência energética é um desígnio pelo qual devemos lutar, uma vez que esta é uma forma de minimizarmos o défice da nossa balança comercial com o exterior, o que não é fácil de atingir, uma vez que nós, Açorianos,

dependemos e temos necessidade de importar fontes de energia que permitam o desenvolvimento da nossa actividade económica e social.

Neste campo, os combustíveis são fundamentais para atingir os objectivos acima mencionados.

Nos Açores, os mecanismos de fixação dos preços dos combustíveis foram alterados. Na prática mudou, o Governo Regional, de um mecanismo de fixação de preços dos produtos petrolíferos de preços pode-se assim chamar fixos passou para a aplicação duma figura de preços máximos.

A primeira questão que gostaria de deixar prende-se em saber qual o impacto a nível da receita fiscal desta alteração?

Também sabemos que as taxas de ISP são inferiores na Região para compensar o custo de transporte. Também é certo que existe um valor mínimo e um valor máximo a nível desta mesma taxa.

A segunda questão que gostaria de aqui colocar é: qual é a taxa de ISP actualmente em vigor nos Açores?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estando os preços dos produtos petrolíferos elevados, nomeadamente as gasolinas e os gasóleos e existindo no mercado continental esses produtos na linha branca (conhecidos por “low cost”), combustíveis mais baratos, podendo beneficiar os consumidores.

Recentemente a ANAREC denunciou no Parlamento Nacional que não conseguia ter acesso a estes combustíveis mais baratos.

A diferença entre os combustíveis mais baratos e os topo de gama chega a ser de mais de 20 cêntimos por litro, o que num depósito com capacidade superior a 60 litros pode gerar uma poupança no consumidor de mais de 12 euros.

Actualmente são vendidas nos Açores as gasolinas aditivas e superaditivadas, não tendo o consumidor Açoriano a possibilidade de optar por uma solução mais económica.

Impõe-se, por isso, uma maior correcção do mercado, que permita aos consumidores terem uma oferta mais diversificada ao nível dos combustíveis aumentando o seu poder de escolha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nas últimas semanas, o Governo Regional alterou várias vezes o preço dos combustíveis, sendo que em alguns casos, essas alterações contrariavam as alterações no preço do petróleo nos mercados internacionais e a evolução dos preços a nível nacional.

Resolveu, sensivelmente nos últimos quinze dias, fazer uma autêntica manobra de diversão, ora aumentando, ora baixando o preço dos combustíveis nos Açores.

Caça ao imposto é o que parece resultar desta actuação do Governo Regional.

Pergunta-se: neste momento, qual é o nível de execução fiscal do ISP, nos Açores, durante o ano de 2011?

Num momento de tão grandes dificuldades e num bem tão necessário para as famílias, para as empresas e empresários, ser claro e transparente é o mínimo que se exige ao Governo Regional!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições. Agradecia a todos os Srs. Deputados que queiram intervir - com excepção dos líderes dos grupos e representações parlamentares, do Sr. Presidente e no caso o Vice-Presidente do Governo que está em funções dos Assuntos Parlamentares - que se inscrevessem desde já para intervir sobre este ponto.

Não há inscrições, pelos vistos.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

***Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e no sentido de explicar ao Sr. Deputado Pedro Medina aquilo que é a política de formação de preços dos combustíveis nos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Paternalista!

O Orador: Em primeiro lugar, dizer que o valor de referência dos combustíveis é o preço máximo, ou seja, como aliás acontece nos Açores - e que não o referiu, mas que acontece - através de vários revendedores e através da política das empresas ligadas ao sector de proceder descontos sobre o preço que está inclusivamente publicado de venda ao público. Existem diversos consumidores que têm acesso a preços inferiores aos preços referenciados.

Portanto, o que nós estamos a falar é da definição de um preço máximo, não há limitação nenhuma para estabelecimento de preços em relação aos combustíveis.

Nesse contexto a política de *low cost* também aplicada aos combustíveis é uma política comercial das empresas que também se aplica a algumas empresas nos Açores, no âmbito da sua política comercial.

Indo ao cerne da questão, o Sr. Deputado – se me permite – fez aqui uma confusão. Uma confusão entre o preço de venda de referência do preço de venda ao público, no contexto nacional, com o custo de aquisição de combustíveis pela Região.

Nós definimos e anunciámos publicamente que a nossa política de formação de preços de combustíveis assenta em dois princípios básicos: o primeiro é assegurar a todos os açorianos um preço de combustível, por exemplo em relação às gasolinas e ao gasóleo rodoviário, sempre 11% inferior ao preço do continente e para o gasóleo agrícola e pescas sempre, pelo menos, 21% inferior ao preço praticado no continente.

No entanto, o preço de aquisição dos combustíveis nos Açores tem a ver com a fórmula que é o preço público na Europa, ou seja, a Região adquire para cada mês, através do acordo com as empresas fornecedoras de combustível, um preço que é fixo durante todo o mês. O custo para a Região de aquisição de combustíveis é fixo durante o mês e é igual à média ponderada do preço dos combustíveis no mês anterior nos 14 maiores países da Europa. Ou seja, temos como referência de aquisição o preço que se efectua no mês anterior em 14 países da Europa. O que quer dizer que a variação nos mercados internacionais

de aquisição do petróleo reflecte só *a posteriori* no preço pelo qual a Região adquire os combustíveis.

Neste contexto, quando há uma descida nos mercados internacionais a mesma tem um reflexo passado algum tempo no custo para a Região desses mesmos combustíveis. Mas porque nós entendemos que devíamos fazer um esforço adicional através da redução do ISP, do imposto sobre os produtos petrolíferos, é que criámos esse ajustamento imediato, assumindo sempre que o preço público na Europa suba, ou seja, o preço de aquisição suba; se nos mercados internacionais e se no mercado de referência no continente os combustíveis descerem, nós automaticamente descemos o ISP para que os combustíveis também desçam na Região. Isto é, não pode para efeitos de definição do preço da Região olhar para a aquisição...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: ...do *brent* em Londres no dia, quando o valor de aquisição é fixo ao mês e tem como referência a média dos 14 maiores países da Europa, no mês anterior.

Por isso, nesse contexto, tem que incorporar a conjugação destes dois factores para a definição dos preços dos combustíveis nos Açores, sendo que, independentemente desta questão, a Região e o Governo assumem o encargo decorrente dessa variação durante este período de forma a que garanta sempre aquilo que é o nosso princípio essencial: o preço dos combustíveis nos Açores será sempre para as gasolinas e para o gasóleo rodoviário 11% inferior ao continente, sempre com preço máximo de venda e será sempre 21% inferior no gasóleo agrícola e no gasóleo pescas, assumindo o Governo Regional os encargos decorrentes de garantir estes preços máximos de venda, tendo em conta a variação dos encargos nos mercados internacionais que assumimos, tendo em conta os princípios que referi.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César tem a palavra. Prescinde.

Sr. Deputado Pedro Medina.

***Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito breve a minha intervenção, atendendo a algumas explicações feitas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo.

Mas também como referi na minha intervenção fiz exactamente referência à questão do ISP, que o Governo Regional mexia um bocadinho no ISP para compensar as alterações que eram feitas a nível nacional na questão dos combustíveis.

Se nós olharmos para o que se passou nos últimos 12 dias aqui na Região Autónoma dos Açores verificamos uma oscilação anormal – se assim podemos dizer – em relação ao preço desses mesmos combustíveis, porque no dia 24 de Junho o Governo decidiu aumentar em 1 cêntimo o gasóleo, em 2 cêntimos o gasóleo agrícola e em 2 cêntimos o gasóleo pescas, contrariando uma baixa que houve a nível nacional neste mesmo período em relação a esses mesmos produtos.

Deputado Lizuarte Machado (PS): O Sr. Vice-Presidente acabou de explicar isso.

O Orador: Em relação à gasolina manteve inalterado.

No dia 28 de Junho o Governo diminuiu a gasolina 95 em 3 cêntimos, diminuiu o gasóleo rodoviário em 1 cêntimo, o agrícola em 1 cêntimo e o das pescas em 1 cêntimo.

No dia 6 de Julho, uma notícia saída ontem, o Governo diminuiu o rodoviário em 1 cêntimo, o agrícola em 1 cêntimo e o pescas em 1 cêntimo. Isto são muitas subidas e descidas de 1 cêntimo.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): É um desassossego para si.

O Orador: Isso para dizer que na situação actual, o reflexo dessas variações e dessas oscilações, de aumentos e descidas por parte do Governo Regional nos últimos 12 dias resultou que a gasolina 95 baixasse em 3 cêntimos e o gasóleo rodoviário em 1 cêntimo.

A questão que se levanta é: por que é que no dia 24 de Junho o Governo não tomou directamente esta medida e esperou 12 dias para aumentar e depois descer progressivamente o preço desses combustíveis?

Essa era uma questão que gostaria de deixar aqui levantada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

***Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É muito rápida a explicação.

O nosso preço, como acabei de explicar (mas volto a fazer com todo o gosto, pode ser que à segunda vez perceba)...

Deputado João Costa (PSD): Que falta de respeito! Olha que isto: pode ser que à segunda vez perceba! Ao que isto chegou!

O Orador: ...que o valor de referência...

Nós temos dois mecanismos. Por um lado, o custo dos combustíveis para os Açores que são definidos e quantificados ao mês e que é fixo durante todo o mês, é o que nos custa. Durante o mês, a variação resulta da variação do ISP e o nosso compromisso com os açorianos é manter sempre um diferencial de 11% nas gasolinas e no gasóleo rodoviário e de 21%, pelo menos, no gasóleo agrícola e pescas.

Decorre que o valor de referência para definição deste diferencial é o preço máximo de venda dos combustíveis, definido à segunda-feira, pela GALP.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): A GALP baixou 3 cêntimos a 24 de Junho.

O Orador: Portanto, essas variações a que o senhor se refere resultam exactamente das variações a nível nacional do preço de venda pela GALP, que é o valor de referência para o mercado, e consequentemente para manter o diferencial que está aqui definido, mínimo definido, há esse ajustamento feito durante a mesma semana. À segunda-feira é publicado o preço da GALP e durante a semana fazemos os ajustamentos de forma a assegurar este diferencial mínimo de 11% e de 21%.

O que o senhor deveria ter dito é que nós estamos a cumprir integralmente o nosso compromisso de ter uma discriminação positiva dos açorianos em termos de combustíveis...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: ...usando como instrumento a redução fiscal sobre os combustíveis, ao contrário da opção nacional que é manter fixa a estrutura fiscal e imputar nos cidadãos e nas empresas qualquer variação dos mercados. Nós assemelhamos essa variação dos mercados, tendo em conta que asseguramos um diferencial e um benefício para os açorianos de ter combustível mais barato, porque a carga fiscal sobre os combustíveis nos Açores é substancialmente inferior àquela que é no contexto nacional.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Presidente: Muito bem Sras. e Srs. Deputados, vamos terminar os nossos trabalhos por agora.

Vamos fazer o nosso intervalo para almoço. Regressamos às 15 horas com a Agenda. Bom almoço e até logo.

(Eram 12 horas e 59 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradecia que reocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 12 minutos)

Vamos reiniciar com a Agenda e com a **continuação do debate na generalidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/2011 – “Sistema Portuário dos Açores”**.

Tenho a impressão que tinha inscrito o Sr. Secretário Regional da Economia. Então passa a estar.

Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

***Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a uma das questões que ficou por esclarecer, pelo menos de uma forma clara, no debate de ontem e que tem a ver com algumas das questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, penso que estaremos a falar

de coisas distintas. O Sr. Deputado está a falar de verticalização no sentido da gestão; eu estou a falar de verticalização do trabalho portuário.

No sentido de gestão efectivamente tem razão, mas tem razão quando digo que este aspecto, essa questão da fusão não se refere a esta matéria.

Do ponto de vista da organização do trabalho e da organização da estrutura da Portos dos Açores a ideia é de valorizar os elementos que estão actualmente a prestar serviço. Reitero aquilo que foi referido ontem no sentido de dizer que as pessoas que estão neste momento a trabalhar nos diversos sectores são efectivamente aproveitadas e há uma reorganização da própria estrutura da empresa, havendo serviços que estarão localizados na sua sede e serviços que serão localizados nas outras direcções gerais e que por essa via permitirão também a própria rentabilização dos recursos humanos e técnicos, que nessas direcções gerais estão instalados.

O facto é que se olharmos a um, vamos supor, departamento de manutenção ou um departamento informático, esse departamento informático não tem a sua função apenas em relação à direcção geral onde está incluído, mas estende a sua acção e terá a sua acção alargada a todo o âmbito geográfico da empresa.

Apenas esse aspecto que me parece importante clarificar.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Do conjunto de esclarecimentos e dúvidas que coloquei ao Sr. Secretário Regional da Economia, uma das questões tinha a ver com os resultados da administração dos portos de São Miguel e de Santa Maria.

O Sr. Secretário Regional devolveu-me a pergunta com uma resposta e eu queria então precisar a pergunta ao Sr. Secretário Regional da Economia. Quais é que são os resultados líquidos relativos ao exercício de 2008, 2009 e 2010?

Muito obrigado.

Presidente: Não tenho inscrições neste momento.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

***Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, o PSD colocou uma série de questões que não estão, neste momento, nem de perto, nem de longe, esclarecidas.

Nós sabemos neste momento o que é que temos, queremos saber para onde o Governo quer levar a gestão dos portos dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: O PS ontem insinuou que esperava que acontecesse qualquer coisa, mas é precisamente neste debate que as nossas suspeitas, que são em tudo semelhantes às suspeitas, às dúvidas que o PS ontem manifestou, e queremos reiterar todo um conjunto de perguntas que foram suscitadas por uma declaração do Sr. Secretário Regional da Economia quando disse que aquilo que se tratava e que ia acontecer nos portos dos Açores não era uma verticalização.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Mas eu acabei de explicar isso!

O Orador: Tentou emendar à mão agora na sua primeira intervenção, mas Sr. Secretário, o senhor ontem deixou a bola a pular em cima da marca do *penalty*. Agora vai ter paciência, mas vai ter de ir para a baliza para tentar defender. Eu prometo que não faço a paradinha.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não percebi nada!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É uma imagem futebolística.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas V. Exa. vai ter de esclarecer o que é que vai acontecer com a gestão futura dos portos dos Açores.

Deputado Luís Garcia (PSD): Aí é que está!

Deputado Hernâni Jorge (PS): O Sr. Deputado teima em não perceber as coisas!

O Orador: É porque fica a dúvida, se não mesmo a percepção muito vincada e forte, que nem o Sr. Secretário sabe o que é que vai acontecer; nem o Sr. Secretário sabe para onde leva a gestão dos portos dos Açores.

Esta foi a convicção do PSD ontem, esta é a convicção do PSD hoje, porque aquilo que afirmou na sua primeira intervenção não esclarece minimamente as dúvidas que foram colocadas. E digo porquê. Porque se o Sr. Secretário insiste que não se trata de uma verticalização, o contrário da verticalização é a situação actual horizontal, que vai desaparecer naturalmente. Então resta uma terceira via, uma terceira hipótese, que é manter estruturas ou acrescentar, criar estruturas centralizadas. As estruturas centralizadas têm de ser esclarecidas quanto ao que vai acontecer aos trabalhadores que neste momento desempenham determinadas funções em cada um dos três pólos, que gerem os portos dos três grupos de ilhas dos Açores.

Esse esclarecimento não foi prestado e o PSD insiste que quer saber o que é que vai acontecer. Não sendo uma verticalização, quer saber aquilo que vai acontecer com os trabalhadores, porque só há 4 hipóteses: ou os trabalhadores são centralizados e têm que se deslocar do seu actual local de trabalho para as futuras áreas centralizadas, coisa que nós não acreditamos que seja a intenção do Governo; ou os trabalhadores serão reafectados a outras áreas no seu actual local de trabalho; ou os trabalhadores vão ficar no fundo do corredor sem nada para fazer, com a secretária limpa e com uma cambiara de 50 watts, com uma lâmpada de 50 watts em cima da cabeça; ou então, situação que nós não queremos sequer acreditar, é que *a posteriori* poderão ser entendidos como dispensáveis e serem dispensados.

Dessas 4 hipóteses eu quero, o PSD quer, que o Secretário Regional da Economia hoje, nesta casa, esclareça de uma vez por todas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque se bem percebeu, na minha primeira intervenção nós entendíamos que se tratava de um processo de verticalização. Aí não haveria nenhum problema. Os trabalhadores continuavam a exercer as suas funções

respondendo directamente a um director centralizado, esse sim, ou a um administrador centralizado que tinha esse pelouro.

Não sendo assim, nós exigimos que seja completamente esclarecido o que é que vai acontecer, porque nem é conhecido o organigrama da empresa presente e futura. Mas se o presente não é, neste momento, muito pertinente discutirmos aqui, o futuro é muito pertinente nós conhecermos todos os seus contornos para que não haja a mínima dúvida relativamente àquilo que vai acontecer.

Esta casa vai votar um diploma, diploma esse que tem uma série de contornos, uma série de ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Consequências!

O Orador: ... consequências que têm de ficar esclarecidas hoje e aqui nesta casa.

A sua resposta de há pouco foi uma resposta tipo saída pela esquerda baixa que não nos satisfaz minimamente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

***Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, quanto à questão da verticalização, julgo que na minha intervenção de hoje fui muito claro.

Nós estávamos ontem a falar de coisas diferentes. Foi isso que eu disse. O senhor estava a falar de verticalização de gestão e eu estava a referir-me a verticalização do trabalho portuário, que é um conceito diferente.

Portanto, para a verticalização do trabalho portuário este diploma não traz nada de novo; para a verticalização da gestão efectivamente traz.

Está respondida a questão da verticalização?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Minimamente!

O Orador: Se o senhor acha que não está respondida não sei como é que lhe hei-de dizer de outra maneira. Já disse claramente o que é que está aqui em causa.

Segunda questão: o que é que vai acontecer aos trabalhadores?

Primeiro: também já tive a oportunidade de referir que a racionalização de recursos humanos faz-se pelo decurso normal do tempo. Nós entendemos que existem todas as condições para que não seja necessário proceder a outro tipo de medidas para a racionalização de recursos humanos que não seja a normal e natural saída de pessoas para a reforma. Está esclarecido?

Deputado João Costa (PSD): Só falta dizer “jamais”!

O Orador: Terceira questão: ao fundo do corredor não fica ninguém. Aliás, esta metodologia de trabalho já há muitos anos que não ouvia falar nela.

Quanto à questão da deslocação de trabalhadores dos seus locais de trabalho, também não vão ser deslocados dos seus lugares de trabalho. E o que eu referi na minha primeira intervenção hoje foi que os trabalhadores, que por exemplo, trabalhavam no sistema informático em Ponta Delgada, outros que trabalham no sistema informático na Horta, outros que trabalham no sistema informático em Angra, esses trabalhadores ficam integrados numa estrutura do organograma da Portos dos Açores, SA, que tem a sua abrangência sobre todas as ilhas da Região. Essa gente continua a ter trabalho para fazer, continua a ser necessária para trabalhar, mas têm uma estrutura hierárquica que supervisiona os objectivos e o seu trabalho em relação a todo o âmbito territorial da empresa, ou seja, em relação a todos os portos da Região Autónoma dos Açores.

Não percebo qual é a dúvida em relação a isso, nem percebo qual é a questão que se levanta desse ponto de vista. Porque se actualmente essas pessoas já desempenham - quem disse a parte dos sistemas de informação, diz outras áreas - um trabalho que é necessário na sua estrutura, o que vai acontecer é que ficam integradas num departamento da Portos dos Açores que tem a sua área de abrangência não compartimentada em relação a Ponta Delgada, à Terceira e à Horta, mas sobre todos os portos da Região Autónoma dos Açores. Isso não quer dizer - e é bom que fique claro e inequivocamente esclarecido neste debate - mudar trabalhadores de uma ilha para outra, nem fazer o que quer que seja daquilo que o Sr. Deputado Jorge Macedo quer agitar neste debate.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quero é que esclareça!

Deputado Clélio Meneses (PSD): A sua falta de clareza é uma rigidez!

O Orador: Julgo, aliás, que na intervenção inicial tinha sido particularmente claro quanto a esta matéria.

Quanto à questão de para onde se leva o sistema portuário. Sr. Deputado, o diploma que aqui está e a audição que tive a oportunidade de realizar na Comissão de Economia responde a esta questão. Agora se o Sr. Deputado entendeu que não devia, na Comissão de Economia, prestar atenção às explicações que foram dadas, isso aí já não é comigo, Sr. Deputado. Mas ficou claro do ponto de vista da gestão e da racionalização do funcionamento do sistema portuário regional, coisa que com a actual estrutura nós entendemos que temos ainda caminho para andar.

Não percebo qual é a dúvida.

Do ponto de vista de investimentos o que é que se pretende fazer com essa alteração? O que se pretende fazer com essa alteração é que exista uma ponderação global daquelas que são as necessidades de investimentos nos portos de toda a Região Autónoma dos Açores, para desta forma se dotar todos os portos com um conjunto de meios que são adequados à sua actividade.

Portanto, em vez de as opções de investimento serem em última instância compartimentadas por administrações portuárias há uma consideração, uma ponderação - aquilo que o senhor lhe quiser chamar - regional em relação a essas necessidades.

Qual é a dificuldade de perceber isto?

Do ponto de vista de gestão de tarifas foi-me colocada uma questão pelo Sr. Deputado do CDS/PP. Respondi que o que se pretende é caminhar para uma situação em que os portos da Região Autónoma dos Açores não façam concorrência entre si, como actualmente. Não é que seja um objectivo, mas que o sistema proporcione.

Qual é a dificuldade de perceber isso?

Sr. Deputado Jorge Macedo, o senhor é livre de agitar os fantasmas que quiser e de fazer os enredos que entender, agora o que está em análise aqui proposto

pelo Governo, nesta Assembleia, não tem nada a ver com aquilo que são as dúvidas e os fantasmas que o Sr. Deputado Jorge Macedo pede.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): A sua falta de clareza é que levanta as dúvidas!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

***Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o teatrinho normal continua a não colar. Tenha a santa paciência! Porque quando o Sr. Secretário refere que o PSD agita fantasmas foi o próprio Sr. Secretário Regional da Economia, ontem – V. Exa. – que afirmou peremptoriamente não se tratar de uma verticalização.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Outra vez! E ele a dar-lhe!

O Orador: Ou não sabia o que queria dizer verticalização e aí – perdoe-me a imodéstia – o problema é seu...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ...ou então, hoje tentou emendar à mão. Mas continuam muitas dúvidas.

V. Exa. falou, por exemplo, dos serviços informáticos. Evidentemente que se trata de uma área operacional e muito bem. É importante que os recursos humanos localizados neste momento nos três pólos, nas três empresas, possam convergir para um único serviço que preste serviços em todos os Açores. Estamos perfeitamente de acordo.

E agora diga-me uma outra coisa: e os serviços de contabilidade? É que os serviços de contabilidade não são uma área operacional. Neste momento, existem serviços de contabilidade na administração do porto de São Miguel e Santa Maria, Terceira, Graciosa, triângulo e Grupo Ocidental. No futuro como é que é?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Já respondi a isso.

O Orador: O Sr. Secretário diz que vai haver uma concentração, que é o inverso de verticalização. Esses funcionários das quatro, uma: ou vão ter que se centralizar numa ilha; ou vão ter pouco que fazer; ou vão ter que se deslocar para outra área de serviço na mesma ilha; ou então podem ser dispensados. São as 4 hipóteses que existem, algumas mais académicas do que outras.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Eu já lhe respondi a isso! Não, já lhe expliquei!

O Orador: São umas mais académicas do que outras, mas o Sr. Secretário tem que explicar.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não, já lhe expliquei!

O Orador: Explicou relativamente à informática, mas tem de explicar relativamente à contabilidade, relativamente aos recursos humanos e de explicar relativamente às finanças. Tem de explicar tudo direitinho, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Já lhe respondi!

O Orador: Nós não vamos passar o cheque em branco em cima daquilo que o senhor afirmou peremptoriamente não se tratar de uma verticalização. É preciso ter tudo muito bem esclarecido, porque outras dúvidas nos suscitam: as suas declarações.

O Sr. Secretário ontem disse que “as estimativas de poupança são numa área” que posso rapidamente tentar encontrar o número certinho, mas eram quinhentos e tal mil euros e depois acrescentava cêntimos.

Mas desde quando é que se fazem estimativas ao cêntimo?

Ainda ontem, depois do nosso debate, um colega Deputado desta bancada disse que o filho que está na escola secundária, quando foi pedida uma estimativa, que ele quantificou ao cêntimo, teve errada a pergunta. As estimativas não se fazem ao cêntimo, ...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Isto é uma questão!

O Orador: ...por isso mesmo nós cada vez nos convencemos mais que aquilo que o senhor diz com ar aparentemente convencido não convence o PS, nem convence o PSD. Não convence ninguém, porque dá ideia que o senhor não sabe aquilo que vai acontecer e o PSD quer saber em rigor o que é que vai

acontecer. Não se esqueça de responder à questão que coloquei há pouco relativamente aos serviços de contabilidade, recursos humanos e financeiros, o que é que vai acontecer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Clélio Meneses (PSD): O que faz a falta de explicações do Sr. Secretário!

Presidente: Sr. Deputado Lizuarte Machado tem a palavra.

***Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

De facto, isto começa a ser estranho, porque nós estamos aqui a discutir um diploma que é estruturante e fundamental para o sistema portuário regional; abandonamos o diploma propriamente dito e começamos a enredar aqui numa teia de pequenas questões...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grandes questões!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não dá jeito!

O Orador: ...que não contribuem nada para o esclarecimento do diploma e não contribuem em nada, efectivamente, para coisa nenhuma nesta discussão.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Contribui!

Deputado João Costa (PSD): Não lhe dá jeito!

O Orador: Primeira questão: é bom lembrar que os serviços informáticos nas questões portuárias não são uma área operacional. Os serviços informáticos são um instrumento de apoio à gestão. As áreas operacionais são a operação portuária, a pilotagem, os serviços de amarração, os reboques, etc. Os serviços de informática são tudo menos uma área operacional.

Deputado Jorge Macedo (PSD): São uma área operacional, sim senhor!

O Orador: E portanto não vale a pena confundirmos estas coisas.

O que é que se pretende no fundo com este diploma?

O Sr. Secretário já esclareceu isso. Não há mais nada a esclarecer. O que se pretende é uma ponderação rigorosa das necessidades globais, reais, dos portos da Região.

Para que isso aconteça o que é que se faz? O que se faz é, em termos de gestão, centralizar aquilo que tem funcionado de forma centralizada e descentralizar aquilo que tem funcionado de forma descentralizada. Descentralizar através das direcções gerais aquilo que é a gestão operacional corrente dos diferentes portos, aquilo que é a elaboração dos planos funcionais, dos planos estruturantes e planos de desenvolvimento de cada porto e centralizar aquilo que tem de ser centralizado, em termos de um conjunto de serviços que, funcionando de forma centralizada, permitem uma redução muito significativa de recursos a que o Sr. Secretário já ontem aludiu e foi muito claro e rigoroso, até ao descer ao cêntimo foi muito correcto, contrariamente ao que se quer dizer agora.

Portanto, é isso que estamos aqui a discutir. Este diploma é estruturante, este diploma é fundamental, só não o percebe quem não quer perceber e para quem não o quer perceber penso que não são necessárias mais explicações.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar o facto que o Sr. Secretário Regional não respondeu à questão que coloquei. Gostaria de saber se há de facto essa disponibilidade ou não de responder à questão muito concreta que coloquei. Havendo essa disponibilidade, fico a aguardar; não havendo essa disponibilidade, depois utilizarei outras figuras regimentais para o efeito.

Muito obrigado.

Presidente: O PCP terminou o seu tempo.

Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar ao debate e votação na especialidade.

Os artigos 1.º a 3.º não são objecto de qualquer proposta de alteração. Colocá-los-ia à votação em bloco, não havendo oposição da Câmara.

Assim será.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para o artigo 4.º há uma proposta de alteração do BE. Dou a palavra ao Sr. Deputado José Cascalho.

***Deputado José Cascalho (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para melhor contextualizar estas nossas propostas de alteração deixem-me só de forma breve fazer uma referência à resposta ontem dada pelo Secretário Regional da Economia à que colocámos se o Governo Regional tinha intenção de privatizar os portos da Região. É óbvio que o objectivo desta alteração deste diploma não é a privatização dos portos, esta foi aliás a resposta dada pelo Sr. Secretário Regional, que de forma hábil se escudou, de uma forma directa, em responder à nossa questão.

No entanto, como eu tinha afirmado ontem, não há dúvida que esta proposta em discussão, no seu articulado, abre portas para uma futura privatização da gestão dos portos e também para a abertura para o capital privado nos portos dos Açores. Estas são opções que nós entendemos erradas, porque prejudicam o interesse público e o interesse regional. Daí que nós temos um conjunto de

propostas no sentido de garantir que esse desiderato não vai para a frente, que isso não aconteça.

No que respeita a este artigo 4.º, em particular o n.º 2, nós com a alteração que propomos, em que acrescentamos à frase “atribuir usos privativos de serviço acessórios do objecto da actividade principal”, garantimos que a actividade principal dos portos, a gestão portuária, se mantém no domínio público.

Já agora posso fazer, uma vez que todas as nossas alterações vão no mesmo sentido, referência a todas as outras que o Bloco propõe.

No caso do artigo 18.º, nós retiramos a expressão com que começa o n.º 6, “enquanto a totalidade das acções de Portos dos Açores, SA pertencer à Região”. Portanto, retiramos essa expressão, porque no nosso entender elas devem, na totalidade, sempre pertencer à Região.

No que respeita ao anexo I dos Estatutos dos Portos dos Açores, quer no artigo 5.º, os n.º 6 e 7, que pressupõem a existência de mais do que um accionista, nós retiramos ambos os números; quer o artigo 8.º, n.º 5, que tem esse mesmo propósito, em que diz “os restantes accionistas indicarão em carta redigida etc., etc.”

Portanto, estas são as orientações das nossas propostas de alteração relativamente a este documento.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Lizuarte Machado tem a palavra.

***Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Evidentemente este diploma que estamos a discutir abre tanto as portas à privatização dos portos dos Açores, como o diploma de 2003, portanto não há nenhuma novidade relativamente a essa matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah!

O Orador: É evidente, é óbvio que os portos dos Açores não vão ser privatizados. Isso não faz qualquer sentido. Isso seria um absurdo. Mas também é evidente e é óbvio que à semelhança do que acontece já em alguns portos há serviços que funcionam em regime de *outsourcing*, muitos serviços de

transporte, dos pilotos para bordo dos navios, de amarrações, etc., etc. Muitos portos por essas ilhas já funcionam nesse regime. É perfeitamente normal.

Deputado José Cascalho (BE): Mas nós aceitamos.

O Orador: Não há que ter complexos. Os trabalhadores que prestam esses serviços são seres humanos com direito a trabalhar, que é exactamente o mesmo dos trabalhadores dos quadros das administrações portuárias. Portanto, não há que ter complexos relativamente a isso. Não há que ter complexos nenhuns relativamente a isso. Portanto, ninguém está com isto a querer privatizar os portos dos Açores, porque ninguém com o mínimo de bom senso perceberia que isso é possível. Os portos dos Açores têm uma função determinante de serviço público que prestam às populações que não é compatível com a sua privatização, com a privatização da estrutura portuária em si.

Deputada Zuraida Soares (BE): A ANA também.

O Orador: Penso que isto é perfeitamente perceptível por toda a gente, o que não invalida que dentro desses portos haja muitos serviços que são serviços que não são serviços públicos, que são serviços concessionados, licenciados, etc., etc. e não devemos ter complexos relativamente a isso, nem devemos distinguir trabalhadores que prestam esse tipo de serviço sob a forma de licenciamento, ou trabalhadores que o prestam pertencendo aos quadros das empresas.

Portanto, não devemos ter esse tipo de complexos, para esclarecer esta situação. Relativamente à proposta de alteração do Bloco de Esquerda para o artigo 4.º é óbvio que nós não estamos de acordo desde logo, porque “serviços acessórios do objecto da actividade principal” é isso que existe nos portos. Nos portos, as únicas actividades que existem são actividades exactamente nesse âmbito, portanto isto é uma redundância, não acrescenta nada do nosso ponto de vista, não faz qualquer sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

***Deputado José Cascalho (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que com esta intervenção do Deputado Lizuarte Machado nos parecia que o Partido Socialista ia aprovar as nossas propostas de alteração uma vez que nós, nas nossas propostas de alteração, não excluimos serviços privados prestados ao nível dos portos dos Açores. Apenas o que nós queremos é limitar que esses serviços sejam relativamente a serviços acessórios do objecto da actividade principal, portanto esperava que o Partido Socialista ...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Só podem ser!

O Orador: ...aprovasse as nossas alterações.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia.

***Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às propostas de alteração que são apresentadas pelo Bloco de Esquerda eu gostaria de reiterar aquilo que já foi dito aqui.

Os artigos que o Bloco de Esquerda pretende alterar, vendo nisso uma grande ameaça e vendo isso como que um indício da privatização eminente dos portos,...

Deputado José Cascalho (BE): Não é a privatização eminente.

O Orador: ...são artigos que já estão, com a sua exacta formulação, no diploma de 2003.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Exactamente!

O Orador: Portanto, desse ponto de vista, nem a proposta que agora é submetida à apreciação da Assembleia Legislativa traz nada de novo, nem do ponto de vista do Governo houve qualquer alteração política em relação a esta matéria.

Aliás, sobre essa questão das privatizações existem declarações do Governo, nomeadamente do Sr. Presidente do Governo, que são particularmente claras quanto a esta questão e que foram proferidas ainda bem recentemente.

Mas, há para além destes aspectos, outros que têm a ver com alguns problemas, com propostas de eliminação apresentadas pelo Bloco de Esquerda e que não fazem qualquer sentido. Os senhores partem do pressuposto que a empresa só

pode ser pública se tiver um único accionista público. Dou-lhe o exemplo da Atlânticoline que é uma empresa 100% pública e que tem mais do que um accionista. O artigo que os senhores pretendem eliminar não deve ser eliminado porque vem contrariar... Não tem nada a ver com a questão da privatização, é do ponto de vista jurídico – na minha modesta opinião – um erro e uma falha grave.

Quanto à questão que radica em relação às propostas do Bloco de Esquerda, penso que está esclarecido.

Em relação à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires - porque parece que releva também do ponto de vista da discussão este esclarecimento – a administração dos portos de São Miguel e de Santa Maria têm tido resultados operacionais positivos ao longo dos tempos. Os resultados têm variado em função daquilo que são algumas medidas que têm sido tomadas. Recordo, por exemplo, que foi decidido um congelamento do valor das tarifas e das taxas a pagar pelos operadores, obviamente isso tem reflexo ao nível das próprias receitas dessa empresa. Mas ao nível daquilo que são os resultados operacionais da administração dos portos de São Miguel e de Santa Maria, têm sido resultados positivos.

Colocam-se outras questões do ponto de vista daquilo que é um conjunto de investimentos que a própria empresa está a fazer e que naturalmente se repercutem naquilo que são depois os seus resultados finais, mas isso acontece com a administração dos portos de São Miguel e de Santa Maria, como acontece com qualquer administração dos portos ou com qualquer empresa, seja ela pública ou privada.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encontra-se nas galerias o Sr. Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico, a quem saudamos.

(Aplausos da Câmara)

Creio que agora podemos passar à votação da proposta de alteração do Bloco de Esquerda para o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para a alínea a) do n.º 2 do mesmo artigo, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 4.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Não há propostas de alteração para os artigos 5.º a 8.º inclusive da Proposta. Se não houver oposição da Câmara colo-os à votação em conjunto. Vamos então votar em conjunto do 5.º ao 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 9.º.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 9.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento dum artigo 9.º-A apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 10.º.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 10.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Dos artigos 12.º a 17.º inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Há aqui um salto no articulado, portanto é por isso que passamos do 10.º para o 12.º. Esse problema será resolvido ao nível da redacção final.

Portanto, agora vamos mesmo para o 12.º do articulado. 12.º a 17.º vamos votar em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do Bloco de Esquerda para o artigo 18.º.

Srs. Deputados do PS estamos a votar o artigo 18.º do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 18.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Se não houver oposição da Câmara coloco à votação os artigos 19.º a 26.º inclusive que não são objecto de qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar agora ao Anexo I, que é articulado.

Para o artigo 5.º do mesmo há uma proposta de alteração do BE. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Não sei se posso pôr à votação em conjunto as propostas de alteração do BE para os artigos 8.º e 9.º do Anexo. Posso?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração anunciadas foram rejeitadas com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora, também se não houver oposição da Câmara, em conjunto, as propostas de alteração do PS para os artigos 12.º e 13.º do Anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração anunciadas foram aprovadas com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o corpo do Anexo dos artigos 1.º ao 22.º. O corpo do Anexo, portanto o articulado da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O corpo do Anexo foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

***Deputado Berto Messias (PS):** Para pedir um intervalo regimental de meia hora, Sr. Presidente.

Presidente: É regimental. Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas e 20 minutos.

(Aparte inaudível do Deputado Jorge Macedo)

Presidente: Antes disso, para uma declaração de voto o Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

***Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Hoje mais uma vez e à semelhança do que o Governo já nos vem habituando, o Secretário Regional da Economia não respondeu às questões colocadas pelo PSD.

Não respondeu o que é que vai acontecer após a concentração ou a fusão das actuais administrações dos portos, nas áreas, por exemplo, da contabilidade, dos recursos humanos ou na área financeira.

Já nos habituamos a esse comportamento. É que quando a coisa aperta, utilizando novamente linguagem futebolística, chuta-se para canto, o mesmo é dizer, fica-se calado.

Mas não nos consegue tirar a ideia de que veio para esta casa com este diploma sem saber aquilo que queria. Dessa ideia nós não conseguimos ser convencidos do contrário. Não faz a mínima ideia como é que vai fazer a concentração das áreas administrativas e da área operacional da informática, como eu há bocadinho referi (que também é uma área operacional) e confirma-se aquilo que nós suspeitamos, que é: nós agora apresentamos o diploma, vamos fundir as empresas e depois logo se vê. É a típica navegação à vista.

O PSD votou favoravelmente este diploma porque o diploma em si se encaixa na matriz ideológica do PSD: racionalização, agilização, eficácia de procedimentos, coisas que nós esperamos, tal como o PS, que venham acontecer, mas infelizmente, neste debate, mais uma vez se confirmou que o Governo veio para aqui fazer navegação à vista. É uma pena. Esta teria sido uma óptima oportunidade. Esperamos que não haja truques na manga ou algo que no futuro se venha a verificar que no diploma em si vinha subentendido, para não utilizar a palavra encapotado.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Lizuarte Machado tem a palavra.

***Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo, relativamente a este diploma, efectivamente tem razão: fizeram navegação à vista.

O que acontece é que o Sr. Deputado Jorge Macedo não faz a mínima ideia de que navegação à vista é uma das mais seguras que se pode fazer.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e do Deputado Jorge Macedo)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Mark Marques (PSD): Mesmo numa noite de nevoeiro? Oh, Sr. Deputado!

O Orador: O que o Sr. Deputado Jorge Macedo continuou a fazer foi aquilo que é habitual, que foi jogar à batalha naval e mais uma vez não conseguiu acertar no porta-aviões.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já foram 2 ao fundo!

O Orador: O Sr. Secretário da Economia respondeu a todas as questões que lhe foram colocadas. Respondeu e esclareceu todas as questões que lhe foram colocadas. O diploma que acabámos de aprovar é um dos diplomas mais bem elaborados e melhor preparados que chegou a esta casa desde que me lembre e desde que cá estou...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é muito mau sinal!

Deputado João Costa (PSD): Está à vista!

O Orador: ...e é um diploma que vai trazer à Região efeitos muito benéficos; vai trazer ao sistema portuário regional efeitos muito benéficos, muito positivos e que espero que sirva de exemplo...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Espera!

O Orador: ...para muitas outras batalhas que teremos que ter também naquilo que é a reestruturação do sistema público regional.

Portanto, ficou tudo esclarecido, só não percebeu quem não quis perceber e para quem não quis perceber não vale a pena continuar com explicações.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ao ouvir o Deputado Jorge Macedo pensei que o PSD tinha feito alguma confusão e se tinha absterido ou votado contra.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exactamente!

O Orador: Porque as dúvidas que subsistiram, enfim no entender do Deputado Jorge Macedo, também subsistiram pela parte da Representação Parlamentar do PCP que ontem teve a oportunidade de pôr algumas dúvidas e pedir alguns esclarecimentos, aos quais o Sr. Secretário Regional da Economia, enfim, respondeu mas não deixou satisfeita a Representação Parlamentar do PCP e por isso ficámos pela abstenção.

Agora de facto, Sr. Deputado Jorge Macedo, isto eu não compreendo. A vossa posição na declaração de voto parecia de que de facto tinha havido uma rejeição do diploma, mas que conste e para quando começarem a surgir algumas dúvidas sobre a aplicação do diploma, que agora foi aprovado, proposto pelo Governo, é bom que fique claro que quem o aprovou também foi o PSD.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Costa (PSD): Pensava que a abstenção levava à aprovação!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então fazer o intervalo requerido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas e 30 minutos.

Até já.

(Eram 16 hora).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas e 36 minutos)

Passamos para o ponto seguinte da nossa Agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 45/2011 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Entretanto, conforme acabaram de receber, o Grupo Parlamentar do BE fez uma substituição integral, como proponente, da sua proposta e é essa que deve ser considerada.

Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

***Deputado Duarte Freitas (PSD):** Interpelação à Mesa.

A alteração substancial que este texto mereceu, da nossa parte, implica termos de fazer já de novo um intervalo ou então pedir uma alteração da ordem de trabalhos para que nós possamos analisar com atenção, porque isto é de facto uma proposta nova que aqui temos.

Presidente: Eu pedia aos líderes presentes o favor de se acercarem da Mesa.

(Neste momento, os líderes dos Grupos e Representações Parlamentares acercaram-se da Mesa)

Presidente: Atendendo exactamente ao facto de ser uma proposta de substituição integral a proposta do BE, vamos avançar então para o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 43/2011 – “Isenção de taxas moderadoras para os utentes do Serviço Regional de Saúde sem médico de família”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

***Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata justifica-se pela circunstância de desde o dia 1 de Julho deste ano ter entrado em vigor na Região Autónoma dos Açores as taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde. Dado que o Projecto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata se refere a esta mesma matéria e considerando a entrada em vigor no dia 1 de Julho das taxas moderadoras, a urgência e a dispensa de exame em Comissão deste Projecto de Resolução encontra-se justificada por esta natureza.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

***Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

As taxas moderadoras do Serviço Regional de Saúde operadas pelo Decreto Regulamentar Regional 16/2011/A, de 28 de Junho, estão sendo aplicadas na Região Autónoma dos Açores com custos simbólicos, com a definição dos actos valores pela Portaria da Vice-Presidência e da Secretaria Regional de Saúde 49/2011, de 29 de Junho, e com as mesmas isenções definidas pelo Decreto-Lei n.º 173/2003, de 1 de Agosto, no artigo n.º 2, com equilíbrio e com normalidade.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende votar favoravelmente a urgência do Projecto de Resolução, porque entende que o seu conteúdo deverá ser debatido e discutido já no presente plenário e sem perda de tempo.

A saúde é sempre uma prioridade para o Partido Socialista.

(Risos dos Deputados Artur Lima e João Costa)

Presidente: Muito bem, Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então à substância do diploma: **Projecto de Resolução n.º 43/2011 – “Isenção de taxas moderadoras para os utentes do Serviço Regional de Saúde sem médico de família”.**

Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Gomes.

***Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresenta um Projecto de Resolução agora em debate que visa alargar a isenção das taxas moderadoras para os utentes do Serviço Regional de Saúde sem médico de família por razão imputável ao próprio Serviço Regional de Saúde.

Para que este debate seja claro, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata começará por dizer que não se opõe à aplicação de taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde. Partindo deste pressuposto o que queremos aqui dizer é que no nosso entender o regime de isenções das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde, aplicado pelo Governo Regional dos Açores, é insuficiente e sendo insuficiente deve ser alargado a todos aqueles utentes açorianos que não tenham médico de família por impossibilidade do Serviço Regional de Saúde.

O Partido Social Democrata entende que as açorianas e os açorianos, os cidadãos em geral que vivem na Região Autónoma dos Açores, que não têm médico de família por impossibilidade do Serviço Regional de Saúde já estão penalizados no acesso universal a este bem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isto é, por impossibilidade do Serviço Regional de Saúde não tem uma contrapartida, uma prestação que deve ser igual para todos aqueles que pagam os seus impostos e que têm direito a este serviço do Serviço Regional de Saúde.

Há, segundo os dados do Partido Social Democrata, cerca de 60 mil açorianos que não têm médico de família e estes açorianos estando penalizados por esta circunstância, porque querendo, o Serviço Regional de Saúde não pode

disponibilizar o acesso a um médico de família, estão - com este modelo de taxas moderadoras – duplamente penalizados. Por um lado, não têm médico de família e por outro são obrigados a recorrer a uma consulta ou uma urgência num centro de saúde ou num hospital pagando uma taxa moderadora.

Isto constitui uma dupla injustiça, constitui uma iniquidade do sistema que deve ser reduzida, eliminada, até que o Serviço Regional de Saúde consiga disponibilizar para todos os açorianos, para todos os utentes o acesso ao médico de família.

Esta é a essência do Projecto de Resolução apresentado pelo Partido Social Democrata e ele justifica-se, porque estamos discutindo as taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde dos Açores, no plano regional, com uma gama de isenções que está definida também no plano regional.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional dos Açores remeteu, quando definiu as taxas moderadoras para o Serviço Regional de Saúde, para o regime de isenções do plano nacional, mas nós porque estamos nos Açores, porque estamos a legislar nos Açores e para aqueles que estão nos Açores e que acedem ao Serviço Regional de Saúde, defendemos que esse alargamento no plano regional deve estender-se também àqueles cidadãos que tendo o direito a terem um médico de família não o têm por impossibilidade do Serviço Regional de Saúde em satisfazer essa necessidade e esse direito básico dos cidadãos.

É esta a essência da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer o seguinte. As próprias carências e dificuldades que tem o Serviço Regional de Saúde e que são, julgo, reconhecidas

designadamente pelo Governo Regional, são elas próprias (essas carências, essas dificuldades) que justificam a não existência de taxas moderadoras.

Por outro lado, me parece o seguinte: a questão dos médicos de família é uma questão que não podemos associá-la a esta situação das taxas moderadoras.

Aliás, a aprovação deste Projecto de Resolução do PSD teria, eventualmente, um risco: resolvia-se o problema da falta de médicos de família com o escalonamento das taxas moderadoras.

Mas de facto, Sr. Deputado Pedro Gomes, aquilo que nos divide profundamente é o seguinte: é que para o PCP não devem existir taxas moderadoras, para que fique claro esta diferença que para nós é essencial. Para o PCP não tem que haver taxas moderadoras.

Os portugueses, designadamente os açorianos, já são suficientemente penalizados com impostos directos e indirectos para que ainda tenham...

Aliás, os próprios impostos são calculados exactamente para garantir o direito do acesso à saúde e o acesso à educação. Logo, estar a introduzir taxas moderadoras é acrescentar mais tributação, mais uma taxa, neste caso aqui, aos utentes. Isto é fundamental. Esta diferença é fundamental.

Vs. Exas. uma vez mais, embora aqui não o escondendo, num exercício de alguma demagogia, vêm aqui apresentar um Projecto de Resolução tentando minimizar um efeito gravoso e de uma medida gravosa e penalizadora feita pelo Governo Regional.

Mas de qualquer forma, para que fique bem claro, se isto for aprovado, o Governo Regional pode demitir-se de procurar satisfazer as necessidades de médicos de família na Região, porque entretanto Vs. Exas. resolveram o problema com o escalonamento das taxas moderadoras.

Como parece, fica claro que o Partido Comunista Português vai votar contra este Projecto de Resolução do PSD.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

***Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

As taxas moderadoras do Serviço Regional de Saúde são um instrumento moderador e regulador do acesso às prestações de saúde com objectivos bem definidos: serve para equilibrar e disciplinar o acesso às consultas e às urgências; melhorar a gestão; gerar verbas necessárias para diminuir a despesa, para assumir compromissos do sistema de saúde do arquipélago; promover a utilização eficiente dos recursos; proteger os mais vulneráveis, para estes serão sempre colocados no terreno mecanismos de compensação.

As taxas moderadoras são inevitáveis atendendo aos constrangimentos no sector da saúde.

O Partido Socialista dos Açores não se distancia da resolução dos problemas e apresenta sempre soluções quando é necessário. O mundo de hoje é diferente do mundo de ontem. Com o Partido Socialista dos Açores as pessoas mais carenciadas terão o mesmo tratamento seguro e de qualidade nas nossas instituições públicas de saúde, exactamente como os mais favorecidos, sem haver qualquer tipo de diferenciação. O Governo Regional dos Açores teve a coragem política necessária para implementar as taxas moderadoras. Temos que pedir esse esforço aos que podem pagar para que os que não podem, possam ter melhores acessibilidades e uma boa saúde.

Queria dizer aqui que, com o meu vencimento, não me importo nada de pagar como muitos açorianos, para aqueles que não podem pagar as taxas moderadoras não pagarem nem um cêntimo.

É importante o equilíbrio...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é isso que está e causa, Sr. Deputado!

O Orador: ... o compromisso e a coragem política ficam sempre a cargo do Partido Socialista e do Governo Regional dos Açores.

(Apartes inaudíveis de vários Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Eu sei que incomoda!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: O Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores são responsáveis para servir sempre da melhor forma os interesses e as necessidades dos açorianos, aumentando permanentemente a qualidade de vida de toda a população.

Obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

***Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por fazer uma apreciação ao Projecto de Resolução que foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para dizer o seguinte: de facto aqui a discussão que estamos a ter é uma discussão em torno da necessidade de médicos de família para o Serviço Regional de Saúde e não propriamente da aplicação das taxas moderadoras. Isto porque desde que estou nesta bancada nunca vi uma proposta vinda do Grupo Parlamentar do PSD para incentivar o alargamento das listas de utentes, para aumentar o número de médicos de família no Serviço Regional de Saúde.

Mas nós, no Governo, temos feito esse trabalho e promovemos já a contratação de 8 médicos no estrangeiro para virem exercer medicina de clínica geral, aqui, nos Açores; fomentamos e incentivamos o internato médico (temos mais 4 médicos que vão começar brevemente nos centros de saúde da Região e a abrir as listas de utentes), com isto conseguiremos dar médico de família a mais 16 mil açorianos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Até conseguirem!

O Orador: Por outro lado, estamos a discutir um acordo colectivo de trabalho com os médicos e uma das propostas da Secretaria é precisamente a criação de um incentivo remuneratório para o alargamento das listas de utentes dos médicos que existem.

Portanto, o Governo tem feito o seu trabalho nesta matéria e tem tido resultados efectivos. Nós esperamos que no fim deste mês existam, sem médico de família, cerca de 38 mil açorianos. Em condições de pagar taxas moderadoras serão 22 mil açorianos.

Portanto, não estamos a falar de 60 mil açorianos, estamos a falar de 22 mil. É bom relativizarmos esta questão e não nos perdermos neste número dos 60 mil.

Deputado Rui Ramos (PSD): É justo esses 22 mil pagarem?

O Orador: Por outro lado, em relação à discriminação e à dupla discriminação que é dita e afirmada pelo PSD em relação aos utentes sem médico de família, por uma questão de equidade este problema sempre existiu no sistema. Havia pessoas que tinham médico de família e havia pessoas que não tinham médico de família, mas isto foi compensado com uma medida, aprovada em Conselho de Governo, precisamente para promover a melhoria de acessibilidade aos utentes que não tinham médico de família.

É por isso que hoje temos, nos centros de saúde de Ponta Delgada, da Ribeira Grande, em Angra do Heroísmo e até já na Praia da Vitória, programas em horário pós-laboral de consultas para utentes sem médico de família.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Onde?

O Orador: Portanto, um utente que não tenha médico de família tem igualmente acesso a uma consulta de medicina geral e familiar pelo mesmo preço que tem um outro utente com médico de família.

Portanto, não estou a ver aqui as razões da discriminação para poder aprovar ou aconselhar a aprovação desta medida por esta Assembleia.

Por outro lado, parece-me que esta medida, uma vez que isenta completamente os utentes sem médico de família de qualquer encargo com a taxa moderadora, é um convite às pessoas para não pagarem nada nos hospitais, é um convite a desistirem do seu médico de família.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito bem!

O Orador: Ao contrário de ser uma medida moderadora, creio que é uma medida desreguladora do acesso à saúde. Por isso, entendo que esta resolução não deve ser aceite.

Obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Espero não me ter enganado no conteúdo deste Projecto de Resolução, e dando seguimento à chamada de atenção oportuna do Sr. Secretário Regional da Saúde (mas depois também lhe fugiu a ela) que é recentrarmo-nos no texto, no corpo do projecto que é a aplicação das taxas moderadoras na Região, proponho tecer algumas considerações sobre isso.

O Projecto de Resolução do PSD vem propor que a “isenção de pagamento de taxas moderadoras no acesso às prestações de saúde no Serviço Regional de Saúde deve ser alargada aos utentes que comprovadamente não disponham de médico de família por impossibilidade do Serviço Regional de Saúde”.

Ora esta proposta obriga a alguns comentários, começando desde logo por uma afirmação recentemente feita pelo Sr. Presidente do Governo Regional, segundo o qual o preço destas taxas moderadoras aplicadas na Região correspondiam ao custo de maços de tabaco. Não deixando de acrescentar ainda o Sr. Presidente, quanto a nós de forma paradoxal, que e cito “quando há mais dificuldades é preciso termos os governos mais atentos às coisas mais difíceis para as pessoas.” Fim de citação.

Não vou repetir agora o que disse hoje de manhã na declaração política do Bloco de Esquerda, mas não posso deixar de lembrar ao Sr. Presidente do Governo que as populações açorianas, à conta de duplas penalizações a que ultimamente têm vindo a ser sujeitas, já não estão a comprar dois maços de tabaco, mas antes vários pacotes, Sr. Presidente do Governo, pacotes que não são aos preços dos habitualmente comprados nas *freeshops*, nomeadamente dos aeroportos. Pacotes de tabaco dos quais constam o aumento, e novamente o aumento do IVA, do IRS, do IRC, a inflação, etc., etc. e agora também as taxas moderadoras.

Ou seja, seguindo de perto a comparação do Sr. Presidente do Governo Regional, os açorianos e açorianas correm o sério risco de sucumbir por intoxicação tabágica.

Por outro lado, o Partido Social Democrata – e para o caso o CDS também – tem vindo a defender que os serviços têm de ser todos pagos, da SCUTS à saúde...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É verdade!

A Oradora: ...dentro da lógica do utilizador/pagador. Esta lógica aplicada à saúde, e conforme consta do programa de Governo da coligação que protagonizam, apenas contribuiu, quanto a nós, para promover uma saúde para ricos e outra para pobres, transformando a saúde não num direito, mas sim num negócio, por acaso o maior do mundo – como aliás tive a oportunidade de recordar hoje de manhã – antes mesmo do negócio das armas e da droga, nas palavras conhecidas da Sra. Presidente do Grupo BES/Saúde.

Para além disso, tanto o Memorando da Troika, que os senhores assinaram com ou sem negociação nunca aqui o clarificaram, quanto o Programa de Governo, que operacionaliza esse mesmo Memorando, dizem preto no branco que as taxas moderadoras vão aumentar, que as categorias dos doentes isentos do seu pagamento vão ser substancialmente diminuídas e que até os gastos com os transportes de doentes vão ser também reduzidos.

Portanto, sejamos claros, pratiquemos aqui também a tal política de verdade, no sentido de estabelecer com o povo um contrato de confiança: “Primeiro-Ministro *dixit*.”

Assim, o Bloco de Esquerda pergunta: não será legítimo concluir que esta proposta, generosa nos seus propósitos, não passa afinal de um exercício demagógico e populista que não honra o tipo de política que o PSD reivindica como necessária e urgente? Não será no mínimo incoerente propor nos Açores a isenção de taxas que no continente impõem e por isso se comprometeram a aumentar, conforme consta do Programa de Governo?

Estas, são as perguntas que deixo ao proponente.

Mas como diz o povo e bem “enquanto o pau vai e vem, folgam as costas”. Por isso, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores vai votar favoravelmente o Projecto de Resolução proposto pelo PSD.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Considero que estamos aqui perante uma situação prática e estamos aqui perante uma situação ideológica.

A nossa posição, a posição de princípio do PPM em relação ao serviço de saúde público, tem a seguinte premissa: é de que com os impostos que nós pagamos, que é a pressão fiscal mais alta da Europa que neste momento Portugal tem, nós temos a obrigação de termos os serviços de saúde, e também no âmbito da educação, gratuitos. É nisto que nós acreditamos. E são estes os preceitos constitucionais. Tendencialmente gratuito.

Ora a tendência que se tem vindo a registar é a contrária. É que tendencialmente já deixou de ser gratuito e é cada vez mais caro. Portanto, nós estamos a avançar num retrocesso em relação à qualidade dos serviços públicos que são prestados às populações em áreas essenciais como a educação ou a saúde, no presente caso em análise.

Na nossa perspectiva, pela análise que é feita por muito boa gente e por muitos especialistas, pode pensar-se que isto é inevitável, que esta situação financeira do país se originou por uma despesa muito grande nas áreas sociais e que foram as despensas nas áreas sociais que provocaram a situação económica que nós vivemos.

Nós não fazemos essa interpretação. A interpretação que fazemos é que não é inevitável que estes serviços não continuem gratuitos. O que aconteceu foi que, por culpa de mau governo, nomeadamente do Partido Socialista que foi a força política que teve durante mais tempo responsabilidades no território do país, e também por culpa do mau governo deste sector de forma específica, por culpa

de uma má gestão do sector da saúde na Região, nós temos agora uma situação, do ponto de vista financeiro, cada vez mais difícil.

Então aparecem estas taxas moderadoras, que são um eufemismo. Taxas moderadoras são um eufemismo. Taxas moderadoras não são mais do que querer moderar coisíssima nenhuma. As taxas moderadoras são uma forma do Estado, neste caso a Região, introduzir um imposto sobre o consumidor/utilizador e de financiar o sistema. Na prática é isto.

O que é lamentável é que o Partido Socialista não reconheça, de uma forma frontal, que é isto que está a fazer. Está a financiar o sistema porque tem o sector da saúde arruinado por culpa de uma péssima gestão, que realizou ao longo de todos estes anos.

O Partido Socialista deveria assumir isto.

Mas o que é que nós vemos no discurso nacional e no discurso regional? Não. É a defesa do Estado Social. É a defesa intransigente do Estado Social e depois, quando olhamos para as medidas práticas, o que nós vemos é um ataque sem precedentes ao Estado Social. Portanto, é aqui que está a hipocrisia política e é aqui que está a hipocrisia ideológica, porque os senhores não assumem, que neste momento, com a metodologia do ponto de vista da gestão, com a vossa incapacidade de diminuir a despesa excessiva, a despesa que resulta da má gestão, que os senhores já não conseguem financiar o Sistema Regional de Saúde. Portanto, introduzem um imposto.

Colocadas assim as coisas, o nosso posicionamento é muito claro, é de recusa absoluta das taxas moderadoras. Depois, com certeza também há aqui, em relação ao regime de isenções, não só a proposta do Partido Social Democrata, mas também a proposta do CDS, que eu com a devida vénia vou utilizar dois argumentos, que têm a ver com o facto do Governo Regional ter sido incompetente na introdução das taxas moderadoras. Ou seja, os senhores não se deram ao trabalho de regionalizar as taxas moderadoras, de as introduzir tendo em conta aquelas que são as necessidades e os aspectos específicos da nossa Região. Por exemplo, uma das áreas que o CDS chamou a atenção e muito bem, é a doença do Machado-Joseph. Por que é que não está isento? Quando tem

uma incidência particular na nossa Região, nomeadamente, por exemplo no Grupo Ocidental, e os senhores não o fizeram. Querem maior prova de incompetência, diria até de insensibilidade nesta área?

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor leia! O senhor sabe o que é a doença Machado-Joseph?

O Orador: Eu penso que fica demonstrada.

Depois é necessário considerar também que nós somos um território descontínuo, em que existem ilhas que têm hospitais e outras não têm.

As pessoas, os habitantes que vivem nas ilhas que não têm hospital são obrigadas a deslocar-se regularmente às outras ilhas. Isto significa que há uma série de desvantagens do ponto de vista laboral, uma série de despesas acrescidas e agora, para juntar a tudo, ainda lhe juntamos mais as taxas moderadoras. Mais um aspecto que os senhores deveriam ter tido em conta. Deveriam ter tido em conta que não estão a governar a partir do Terreiro do Paço; nós não temos as auto-estradas que eles têm; isto é um território descontínuo; que nós somos ilhas que têm serviços diferentes e que as acessibilidades são difíceis e caras. Os senhores nada! A preguiça legislativa é “não, o regime de isenções é igual ao dos outros sítios.” E mete-se ali, é tudo igual. Portanto, é uma negação também das características da nossa autonomia.

O Governo Regional demitiu-se de ser o Governo Regional. O Governo Regional aqui o que faz é, pura e simplesmente, uma correia de transmissão do que vem de Lisboa e não tem qualquer noção da autonomia, aplicando ao povo medidas absolutamente injustas. É por isso que quem combate os centralistas como o Partido Popular Monárquico considera que os senhores aqui foram negligentes. Os senhores foram negligentes nesta matéria.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que sendo esta a posição de princípio do Partido Popular Monárquico, apesar de tudo, nós vamos votar a favor de propostas que de alguma forma tragam alguma justiça no meio da injustiça. Portanto, vamos votar favoravelmente o Projecto de Resolução do Partido Social Democrata.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

***Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate sobre as taxas moderadoras tem que ser um debate de verdade e de credibilidade.

Nós estamos aqui a pedir aos açorianos que paguem um pequeno contributo para acederem ao Serviço Regional de Saúde em função das taxas que estão definidas. Eu repito: o Partido Social Democrata não se opõe ao pagamento das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos que ser verdadeiros e rigorosos neste debate quando, num momento de dificuldade, nós estamos a pedir aos açorianos que contribuam com os seus poucos recursos, com a sua bolsa sacrificada para que um bem essencial possa ser disponibilizado para todas as pessoas e para todos aqueles que deles necessitam.

É por isso que este debate não pode ser também um debate de fingimentos como tem acontecido. E não pode ser um debate de fingimentos desde logo por aquilo que disse o Sr. Secretário Regional da Saúde aqui e há uns dias atrás quando acusou o Partido Social Democrata de demagogia a propósito desta iniciativa.

Sr. Secretário Regional da Saúde, vamo-nos entender. Este não é um debate sobre o número de médicos de família nos Açores e o número de açorianos que não têm médico de família. Este é um debate sobre o alargamento da isenção das taxas moderadoras àqueles açorianos que não têm médico de família por impossibilidade comprovada do Serviço Regional de Saúde disponibilizar esse mesmo médico.

Deputados Cláudio Almeida e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário Regional da Saúde, é indiferente neste momento, para este debate e para a justiça que é devida aos açorianos, saber se são 10 mil, 5 mil, 8 mil, 50 mil, 30 mil açorianos que não têm médico de família. A essência não é essa.

O Partido Social Democrata reafirma: neste momento há 60 mil açorianos que não têm médico de família. V. Exa. há um ano atrás, a 20 de Abril de 2010, dizia “há 68 mil açorianos que não têm médico de família.” Eu pergunto ao Sr. Secretário Regional da Saúde e ao Governo Regional: como é que desapareceram esses açorianos que não têm médico de família, se o número de médicos de família nos Açores é o mesmo?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Foram os sensos!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não é o mesmo.

O Orador: Não aumentou este ano?

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Então não aumentou?

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é verdade.

O Orador: Então o Sr. Secretário Regional da Saúde irá dizer aqui quantos são os médicos de medicina geral e familiar nos Açores, para nós sabermos e podermos comparar com aqueles que existiam no dia 8 de Abril de 2010, data em que V. Exa. disse que havia 68 mil açorianos sem médico de família.

Deputados Duarte Freitas e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Este debate tem de ser um debate de verdade e de credibilidade. Não pode ser um debate de fingimento.

O Governo Regional dos Açores começou por justificar a aplicação das taxas moderadoras nos Açores – aliás, aplicação que não constava do Programa do Governo, diga-se em abono da verdade e que surgiu com uma pressa inusitada – no dia 12 de Maio de 2011 com as necessidades de financiar o centro de radioterapia para permitir e vou citar: “o tratamento na Região dos doentes com cancro que actualmente se têm de deslocar ao continente.” Palavras do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, jornal “Público”.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Está truncada a sua frase. Não leu a outra parte da notícia.

O Orador: Posso ler a outra parte. Aliás, Sr. Presidente, vou ler tudo.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Já devia era ter lido!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César) e Vice-

Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah!

O Orador: Disse o Sr. Presidente do Governo: “Além do efeito moderador da medida...”. Vou ler tudo.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes faça o favor de continuar.

O Orador: Vou ler a declaração toda, Sr. Presidente.

Vou citar: “Além do efeito moderador da medida, a verba a arrecadar poderá ser necessária para fazermos face a compromissos do sistema e outros, como do pagamento do centro de radioterapia, que permitirá o tratamento na Região dos doentes com cancro que actualmente se têm de deslocar ao continente. – acrescentou.” Fim de citação. São estas as palavras de V. Exa., Sr. Presidente. Estou a ler o jornal.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não foi bem assim!

O Orador: As taxas moderadoras não são um meio de financiar o Serviço Regional de Saúde. As taxas moderadoras são – aliás, como disse o Sr. Deputado Ricardo Cabral e muito bem, desmentindo V. Exa. – um meio de moderação do acesso dos doentes ao Serviço Regional de Saúde. Até porque as taxas moderadoras representam menos de 1% da despesa do Serviço Regional de Saúde.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): É falso!

O Orador: Menos de 1%.

E este debate que tem de ser de verdade e que tem de ser de credibilidade, porque estamos a pedir sacrifícios aos açorianos, não pode ser um debate feito nestes termos. Porque V. Exa., o Sr. Presidente, disse o que disse com a declaração que acabei de ler. O seu Governo esclareceu ao Tribunal de Contas que afinal o Centro de Radioterapia dos Açores ia ser pago com a verba arrecadada pelo imposto do tabaco.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: Em que é que ficamos?

O Governo Regional dos Açores tentou deturpar este debate e fazer com que este debate se transformasse numa coisa que realmente não é. Quando nós pedimos sacrifícios às pessoas, pedimos o contributo acrescido dos açorianos,

nós temos de ser rigorosos e temos de ser verdadeiros e é aquilo que os senhores não são capazes de ser, como este debate recente prova, quanto a esta matéria.

Por outro lado, Srs. Deputados, não é possível acreditar naquilo que disse o Sr. Secretário Regional da Saúde neste debate.

Pergunto: qual é o açoriano que podendo ter um médico de família para ir a uma consulta regular, marcada, em que tem uma relação de confiança directa com o médico de família – porque é essa a essência do médico de família – prefere não ter um médico de família para ir a uma urgência de um hospital ou a uma urgência do centro de saúde?

Deputado Domingos Cunha (PS): O Sr. Deputado! Foi o senhor Deputado que escreveu!

O Orador: Não conheço nenhum açoriano que prefira fazer essa escolha, que goste de fazer essa escolha.

Não é possível argumentar a rejeição desta iniciativa do PSD.

Deputado Domingos Cunha (PS): Foi o Sr. Deputado! Está escrito! Assuma o que escreveu!

O Orador: Não é possível argumentar contra a iniciativa do PSD com um argumento tão falacioso quanto este, porque não conheço, repito, nenhum açoriano que podendo ter um médico de família prefira não o ter ou até desista de ter um médico de família para ir a uma urgência de hospital ou uma urgência do centro de saúde.

Deputado Domingos Cunha (PS): Verdade e credibilidade, Sr. Deputado, é o que é exigido!

O Orador: Não é verdade! É por isso que, repito, este não pode ser um debate de fingimento.

Presidente: Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

***Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Admira-me o Sr. Deputado Pedro Gomes ser o apresentador da Proposta de Resolução e não saber quantos médicos de família, ao longo dos anos, tem a Região Autónoma dos Açores no seu Serviço Regional de Saúde. Admira-me! Mas vou dar-lhe a resposta. O senhor fez a pergunta e vou dar-lhe a resposta. Antes disso queria dizer que o Governo Regional dos Açores está a fazer todos os esforços para fixar médicos de clínica geral e familiar na Região. Em 1996 eram 110; em 2002 eram 117; em 2007 eram 125 e em Março de 2011, 154. Pode anotar, se quiser depois tiro-lhe as cópias.

Nos próximos tempos poderão ser integrados mais 12 clínicos gerais nos centros de saúde da Região mais carenciados desses recursos humanos:...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quantos são?

O Orador: ... Ribeira Grande, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.

O Sr. Deputado Artur Lima já está a começar a fazer as suas perguntas de algibeira, mas já vou responder.

...os centros de saúde da Região com mais necessidade para fazer face à integração das listas.

Cada médico de clínica geral que vai entrar tem 1500 utentes. Estamos sempre a ouvir críticas e os mesmos diagnósticos: falta de médicos de família. Quando é assim alguns são especialistas em capitalizar descontentamento pontual, mas nós, Partido Socialista, estamos aqui para resolver os problemas, arranjar soluções para aumentar a qualidade de vida dos nossos açorianos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Ficamos sempre à espera de estratégias e o que se constata é que há uma ausência de ideias e de sugestões quanto à resolução dos problemas.

Do Partido Social Democrata nem uma ideia, nem uma sugestão para resolver o problema dos médicos de família. Nem uma ideia!

Outra estratégia para diminuir o número de utentes sem médico de família é actualizar...

Deputado João Costa (PSD): De quem será esta resolução?

Deputado Clélio Meneses (PSD): O projecto é do PSD! É preciso ter lata!

O Orador: Quando me deixarem falar, eu falo. Se não eu aguardo.

Outra estratégia é actualizar as actuais listas, retirando pessoas que já não residem na Região Autónoma dos Açores, outros que já estão falecidos, outros que já emigraram. É importante, mediante o comprovativo pessoal nas instituições de família.

Saiu hoje um despacho da Secretaria Regional da Saúde que vai ser benéfico para melhorar as listas e assim estarem mais disponíveis os recursos humanos para atender os nossos pacientes. Será então necessário actualizar as listas, será uma medida de grande importância para o funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

As taxas moderadoras não são um financiamento. Serve – como o Sr. Deputado disse – 1% da despesa. O que nós queremos é diminuir a despesa, arranjar formas de diminuir a despesa para fazer face a outros compromissos da saúde. Não é financiamento como o Sr. Deputado Paulo Estêvão falou.

Transformar o actual sistema público num sistema de saúde moderno e renovado é este o nosso objectivo justo e eficiente, fundamentalmente orientado para as necessidades dos utentes.

Os mais carenciados continuarão a não pagar taxas moderadoras. 40% da população dos Açores não vai pagar nenhum cêntimo.

Deputado João Costa (PSD): Grande orgulho!

O Orador: 40% é muito!

O Serviço Regional de Saúde continua tendencialmente gratuito e isso é importante...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nota-se!

Deputado João Costa (PSD): Querem aplicar taxas moderadoras a famílias carenciadas!

O Orador: ...registar porque nós temos o cuidado de ter sempre atenção para as pessoas que não podem pagar.

O Serviço Regional de Saúde continua a proporcionar tratamentos de qualidade, com segurança e com a mesma dignidade a todos os que necessitam sem diferenciar. Nós não queremos diferenciar tratamentos para ricos e para pobres. Nós queremos um tratamento igual. Os que podem pagar devem pagar para

ajudar aqueles que não podem pagar um cêntimo e é este o nosso propósito de sempre. O Partido Socialista tem tido sempre esse cuidado de chamar a atenção e de aplicar medidas sempre com o cuidado das pessoas mais carenciadas não pagarem nem um cêntimo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Alguma vez dissemos o contrário!

Deputado João Costa (PSD): Está a falar da remuneração compensatória?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: O senhor pode pagar, eu posso pagar e muitos açorianos podem pagar, porque é um preço simbólico e esses vão pagar para que aqueles que não podem pagar um cêntimo terem uma saúde igual à sua, à minha e à de todos os açorianos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não estamos a discutir isso!

O Orador: Agora ficamos sempre à espera de estratégias e de sugestões que possam ajudar as nossas debilidades. Nós estamos sempre a pensar nelas, mas constata-se que nos senhores há sempre uma ausência de ideias para a resolução dos problemas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Nota-se!

O Orador: Nós, não. Pensamos, implementamos, avaliamos e estamos cá para trabalhar, para a qualidade de vida dos açorianos ser cada vez melhor.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

***Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero em primeiro lugar reafirmar em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que para o Partido Socialista a saúde é sempre uma prioridade.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E aproveito e peço desculpa Sr. Presidente de me desviar momentaneamente do tema que estamos aqui a debater, mas não posso, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, deixar de fazer dois reparos e uma contestação às afirmações da Sra. Deputada Zuraida Soares, que naquela tribuna, afirmou o seguinte: “ O Bloco de Esquerda acusa o Governo Regional

de se desresponsabilizar pela segurança dos cuidados de saúde” e disse “ com o estabelecimento desta PP o executivo socialista poderá estar a transferir para os privados os riscos dos actos médicos e a segurança das pessoas.”

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é uma declaração política, Sr. Deputado!

O Orador: E mais, ainda disse que coloca a saúde ao nível de qualquer mercadoria.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer contestar estas afirmações e quer repudiá-las. Nunca o Partido Socialista renega para qualquer situação que não seja a dignidade da saúde, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... não seja o bem-estar dos cidadãos, das açorianas e dos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quero, com a responsabilidade que o Sr. Deputado Pedro Gomes aqui tem vindo a apelar a este debate, com a verdade e com a credibilidade, e antes de me pronunciar sobre a proposta que aqui está, dizer ao Sr. Deputado Pedro Gomes – vou esperar que termine a sua conversação – que no dia 15 de Janeiro de 2004, no “Açoriano Oriental”, escreveu isto, vou citar: “Hoje quem vive perto de um hospital prefere estar duas horas no banco de urgência e ser visto por um especialista do que ir a um centro de saúde para ser visto por um médico da carreira de clínica geral.”

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Convém ler tudo, Sr. Deputado! Leia tudo!

O Orador: Meus Srs. e minhas Sras., que conceito tem o PSD e o Sr. Deputado do PSD relativamente aos médicos especialistas de clínica geral que exercem a sua actividade e suportam o Serviço Regional de Saúde há 30 anos, nesta Região, com a qualidade e com a eficácia que hoje está demonstrada?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Leia tudo, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É preciso falar verdade e ser credível nas intervenções e é isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sempre tem feito quando se debate, quando responde às situações que são colocadas no âmbito da saúde.

Deputado Duarte Freitas (PS): Sr. Deputado, ainda não houve uma palavra sobre o diploma!

O Orador: Quero dizer o seguinte: ironia do destino. Finalmente o Sr. Deputado aqui e o seu Grupo Parlamentar assumiu que é a favor do pagamento de taxas moderadoras.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não foi agora!

O Orador: Esta foi uma questão e uma pergunta que eu próprio lhe fiz quando debatemos o Plano e Orçamento do ano anterior, quando o Governo foi sujeito a um conjunto de perguntas sobre a saúde e o Sr. Deputado aos quesitos – permita-me utilizar esta expressão – disse nada.

Bem-vindo ao ter assumido aqui claramente que é a favor das taxas moderadoras.

Estranhamente, Sr. Deputado, vem com uma proposta que me parece que contradiz as orientações do seu Governo, do Governo da República, que estão aprovadas e que estão em execução e vou ler o que diz o Programa do Governo da República recentemente aprovado: “Rever a política de taxas moderadoras nos termos do Memorando de Entendimento por forma a garantir que apenas se isenta quem realmente necessita dessa isenção...”

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Claro!

O Orador: ...e actualizar o seu valor, promovendo uma maior responsabilização dos cidadãos pela utilização equilibrada dos recursos do sistema.”

Perante isto, gostaria de fazer o seguinte reparo sobre a proposta que aqui está em debate. Nos considerandos deste projecto está escrito que, vou citar: “As taxas moderadoras constituem um meio de prevenir consumos excessivos nos cuidados de saúde.”

Mas então, os açorianos consomem excessivamente cuidados de saúde?

Isto não se percebe, de facto, quando esta afirmação aqui está feita no fundamento deste Projecto de Resolução. Depois à frente diz que afinal é de moderar o acesso. Esqueceu-se de acrescentar e “regular”, que é moderar e regular o acesso.

Depois, mais à frente diz, vou citar: “Os utentes que não dispõem de médico de família sofrem uma dupla injustiça” – aliás, como o senhor já aqui afirmou há pouco.

E depois diz assim: “São penalizados por não disporem daquele médico e são obrigados a recorrer à medicina privada ou às urgências hospitalares ou dos centros de saúde, pagando aqui uma taxa moderadora de valor mais elevado do que a devida pela consulta hospitalar ou no centro de saúde.”

Sr. Deputado, isto não é verdade. O Sr. Deputado sabe que os valores das taxas moderadoras aplicadas na Região estão regulamentados por portaria e são manifestamente inferiores aos aplicados no continente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Nalguns casos!

O Orador: E mais! Estes cidadãos não pagam mais do que aquilo que está na portaria, portanto não pagam mais nenhuns encargos com o ir a essa consulta ou a esses cuidados.

Por isso, Sr. Deputado, é preciso, de facto, falarmos verdade e de termos credibilidade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projecto de Resolução do PSD traz-nos também a nós algumas dúvidas e concordo com o que diz o Sr. Secretário quando, eventualmente, pode aqui existir a tentação de não se ter médico de família. Pode ter efectivamente esse efeito.

Como sabem, nós entregámos também um Projecto de Resolução nesta casa, que será discutido provavelmente amanhã e com argumentos substancialmente diferentes.

Já que centraram os argumentos - e o Sr. Deputado Domingos Cunha ainda agora falou - numa expressão que para mim é muito cara, como deve ser para V. Exa., que é: médicos especialistas de medicina geral e familiar. Isso vai entroncar naquilo que se tem estado a fazer, que é um desprestígio para a carreira de medicina geral e familiar, que é trazer médicos que não são especialistas em medicina geral e familiar a fazer o trabalho de medicina geral e familiar. Esse é que é realmente o atentado à dignidade da profissão. É isso que o Governo está a fazer com os, presumo, colombianos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Tem alguma coisa contra a nacionalidade?

O Orador: O Sr. Secretário referiu 8. Eu só conheço, para já, 3. Em Angra conheço 3.

Eu gostaria que o Sr. Secretário...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima faça o favor de continuar.

O Orador: Podiam ser colombianos, chineses, a nacionalidade que eles tivessem, desde que tivessem a especialidade.

O que eu quis dizer...

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Só falta distingui-los pela cor!

O Orador: ...e vou reafirmar - e o senhor percebeu o que eu quis dizer - ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Não!

Mas então vou-lhe explicar. Desde que tenham a especialidade de medicina geral e familiar.

Agora pergunto ao Sr. Secretário: esses médicos que vieram, os que já estão em Angra, foram reconhecidos como médicos pela Ordem dos Médicos? Esses

médicos que vieram, que já estão em Angra, têm a especialidade de medicina geral e familiar como tal reconhecida pela Ordem dos Médicos? Duas perguntas.

Deputado João Costa (PSD): Quanto é que já lhes pagaram?

O Orador: E depois, Sr. Secretário, o que se tem promovido com a vinda destes médicos é o desincentivo aos médicos portugueses e açorianos, quando o senhor paga por uma tabela aos médicos estrangeiros e por metade da tabela aos médicos portugueses. É isso que acontece e isso é que é grave. Isso é de uma gravidade extraordinária. O que leva a que alguns já tenham abandonado o Serviço Regional de Saúde. Por isso, temos menos médicos de medicina geral e familiar especialistas.

Aquilo que o Sr. Deputado Ricardo Cabral aqui disse... Acho que percebi 154. Um, cinco, quatro? Neste momento existem 154 médicos de medicina geral e familiar. É isso que o senhor quer dizer?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Vou dizer-lhe já!

O Orador: Quero saber quantos especialistas de medicina geral e familiar existem a exercer nos Açores?

Presidente: Não entrem em diálogo, Srs. Deputados.

O Orador: É isso que o senhor me vai responder.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Já lhe respondi há pouco!

O Orador: Porque as suas teorias e se o Partido Socialista estivesse representado por si, pois estava muito mal.

Os que podem pagar efectivamente...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: Posso continuar?

E vou explicar porquê, Sr. Deputado. Exactamente defendendo aquela que é a doutrina socialista...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Doutrina Social-democrata!

O Orador: ...que é aquela que o Sr. Deputado não defendeu e que os senhores não disseram nada: os ricos que paguem a saúde.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Para que os outros não paguem!

O Orador: Não é essa a vossa posição, nem é isso que os senhores concordam. É que quem pode pagar, que pague; quem não pode não paga. Essa teoria não é do Partido Socialista. Percebido?

Agora vamos à frente e nessas matérias o CDS já deu provas...

Deputado Ricardo Cabral (PS): 131 mais 23 no internato dá 154!

O Orador: 134 médicos?

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: O senhor não pode ser desonesto a esse ponto, porque os médicos que estão a fazer o internato não podem, não são autónomos para dar consultas. Há neste momento, efectivamente, 131 médicos. A exercer são esses que existem, os outros o senhor nem sabe se eles vão cá ficar.

A outra enorme medida que o Sr. Deputado Ricardo Cabral refere é a última tomada pelo Governo dos Açores e que é o Despacho Normativo n.º 787/2011. Diz o seguinte: “Os utentes do Serviço Regional de Saúde devem confirmar de dois em dois anos a intenção de se manterem na lista do seu médico de família.” Oh Sr. Secretário, mas então é ou não uma obrigação do Governo ter um médico de família para todos os utentes?

Agora de dois em dois anos vão fazer a prova de vida para terem médico de família?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Podem ter mudado de residência!

O Orador: Oh Sr. Secretário, isto revela a incapacidade absoluta de terem, como nós já sugerimos no passado, ...

Primeiro lugar: isto é um desincentivo. Os senhores estão a querer tirar pessoas dos médicos de família à força e isto é perigosíssimo. É a pessoa esquecer-se de ir, ficou sem médico de família; a pessoa está fora um mês, chegou àquele dia está sem médico de família.

Portanto, o Sr. Secretário vai-me responder então às perguntas que eu lhe fiz relativamente aos médicos estrangeiros...

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Vou, sim senhor!

O Orador: ...se são reconhecidos e devo-lhe dizer só mais 3 coisas.

O CDS já defende há muito tempo, já defendeu nesta casa, a actualização das listas de utentes. Não é agora que o Sr. Deputado Cabral vem dizer isso.

O CDS já defendeu há muito tempo, aqui nesta casa, o reagrupamento por famílias por cada médico de família. O CDS já defendeu nesta casa o aumento do número de utentes por médico de família. A proposta que o senhor está agora a negociar com o sindicato, já defendemos aqui nesta casa.

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Não é igual!

O Orador: O senhor ainda nem era Secretário da Saúde, já o defendíamos aqui.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): E o senhor ainda não era Deputado e já pensava assim!

O Orador: Portanto, da nossa parte, temos dado sugestões e contributos. Os senhores infelizmente têm pensado muito, mas actuado pouco.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

***Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por comentar a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando associa a uma certa ideia de crise a introdução das taxas moderadoras.

Na verdade, as taxas são moderadoras e aquilo que se pretende com a introdução das taxas moderadoras é que consigamos afectar os recursos necessários e indispensáveis às urgências hospitalares, por exemplo. Em que nós temos recursos médicos e tecnológicos muito mais dispendiosos do que nos centros de saúde...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Porquê?

O Orador: ...e temos de algum modo moderar o acesso e a procura por estes serviços, que se faça de uma forma correcta e não ao capricho dos utentes.

Todos nós sabemos que existem situações de abuso no acesso às urgências nos hospitais e até mesmo nos centros de saúde. Muitas vezes porque não se concorda com a prescrição que foi feita pelo médico de família. Isto sobrecarrega o sistema e leva a que nós tenhamos a obrigação e o encargo adicional de ter mais médicos afectos aos serviços de urgência.

Portanto, o efeito que se pretende é precisamente o efeito de moderar o acesso, para diminuir a despesa no Serviço Regional de Saúde.

Evidentemente que esta moderação é feita através da cobrança de uma taxa. Aquilo que o Governo sempre disse é que o resultado da cobrança desta taxa, a receita adicional que sendo de valores simbólicos, será utilizada nas valências e na qualidade que continuamente é assegurada pelos serviços públicos de saúde,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não foi isso que foi dito!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu já lhe vou dizer!

O Orador: ...no qual se destaca o tratamento dos doentes oncológicos na Região Autónoma dos Açores. Isto foi aquilo que foi dito.

Por outro lado, gostaria de lhe dizer que não há qualquer incompetência ao não reconhecer a doença do Machado-Joseph como isenta, ou a possibilitar esses doentes de estarem isentos. É evidente que está isento. Está logo na primeira doença crónica reconhecida pelo Ministério da Saúde. É uma doença genética com manifestações clínicas graves. Nenhum doente Machado-Joseph paga taxas moderadoras.

Portanto, há aqui uma ignorância clara sua ao dizer que houve incompetência. Aliás, é extensiva também ao grupo do CDS/PP, que também diz o mesmo, não o considerando.

Os doentes Machado-Joseph, como muitos outros doentes crónicos, estão isentos das taxas moderadoras.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Onde é que está previsto? Refiria-me à portaria!

O Orador: Relativamente à regionalização das taxas moderadoras, devo dizer que o Governo ponderou muito bem a aplicação das taxas moderadoras ao Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Costa (PSD): Depois do que o Sr. Presidente do Governo disse!

O Orador: E ponderou tanto a nível do preço, do custo como ao nível da quantidade dos actos. Nós só aplicámos, do total de actos que constam das taxas moderadoras no continente, a cerca de 37% dos actos. Excluímos e isentámos muitos desses actos. Para além disso definimos outros preços nos preços das taxas moderadoras na Região.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais?

O Orador: Isto representa uma poupança de 2 milhões de euros para os utentes do Serviço Regional de Saúde. Porque nós não cobramos, por exemplo, por uma TAC; nós não cobramos 21€, como acontece no continente, por uma ressonância magnética...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas pode vir a cobrar! Está previsto!

O Orador: ...não cobramos pela litotricia 66€ como é feito no continente. Houve aqui, de facto, a preocupação de regionalizar a nossa tabela das taxas moderadoras. Apenas não o fizemos em duas situações: foi no caso das isenções, que nós já sabíamos – e aliás, os senhores também sabiam – que essa era uma medida que estava na Troika, que é rever as isenções no 3.º trimestre a nível nacional (nós já sabíamos disto e por isso dissemos que as isenções eram iguais às que vigoravam no continente); e por outro lado, nas análises clínicas também nós já estávamos a preparar a convenção, que ontem foi publicada com os laboratórios privados na Região Autónoma dos Açores, convenção essa que representa uma poupança para o Serviço Regional de Saúde de cerca de 13,5% em relação à situação anterior e nós gastamos por ano 10 milhões de euros em análises clínicas pagas aos laboratórios privados.

Foi com base nestas duas informações que remetemos sempre para a tabela nacional.

Por outro lado, gostaria de responder ao Sr. Deputado Pedro Gomes...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E os colombianos?

O Orador: ...que de facto o número de médicos de família tem vindo a aumentar e o número de médicos de família que tanto se compõe por especialistas em medicina geral e familiar, como médicos de clínica geral...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: Não é falso, não senhor! Não é falso e já lhe explico porquê.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não me explica não!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Oh! Mas que desassossego é esse, agora?

O Orador: O número de médicos varia ao longo do tempo e varia porque existem saídas, existem aposentações e existem entradas de novos médicos. Actualmente existem 149 médicos, incluindo os que estão a fazer o internato médico...

Deputado Pedro Gomes (PSD): 149? O Sr. Deputado Ricardo Cabral deu um número diferente!

O Orador: ... mas é o indicador comparável com os 110 que existiam em 96.

Deputado Costa Pereira (PSD): Já vem com a mesma dança! Ao fim de 16 anos e ainda não têm passado. Estão sempre falando em 96.

O Orador: Em 96, com internos, tínhamos 96.

Actualmente com internos temos 149, mais 35%, Sr. Deputado. É muito ao longo deste período.

Por outro lado, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Pedro Gomes que de facto a vossa proposta é um convite à desistência do médico de família.

Deputado João Costa (PSD): Leia a resolução primeiro!

O Orador: E digo-lhe já porquê. Sabe quantos utentes faltam às consultas programadas nos centros de saúde? 6,88%. Isto parece pouco, mas representa bastante. Nós estamos a falar de 13 mil consultas que ficaram por dar no ano passado, só porque as pessoas faltaram à consulta.

Há muitas pessoas, muitas famílias com alguma carência inclusivamente, que pura e simplesmente vão deixar de ir ao médico, vão deixar de ter uma política

de prevenção e de promoção da saúde como aquela que é advogada no Serviço Regional de Saúde para passarem a ir sempre que necessitarem à urgência, sem sequer se cobrar nada.

Deputado João Costa (PSD): Depois disto tudo e ainda não leu a resolução.

Deputado José Cascalho (BE): Isso não é verdade! Isso não pode ser verdade!

O Orador: Por outro lado, gostaria de responder, se me é permitido, em relação ao Sr. Deputado Artur Lima e em relação à clínica geral e aos especialistas de medicina geral e familiar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Explique isso ao Sr. Deputado Domingos Cunha!

O Orador: Não existem actualmente médicos de clínica geral com listas de utentes no Serviço Regional de Saúde. Não existem?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E? Porquê?

O Orador: Existem. Existem no Centro de Saúde de Ponta Delgada, no Centro de Saúde de Angra.

Quantos médicos não fizeram o internato médico e a especialidade em medicina geral e familiar? São bastantes, Sr. Deputado e são médicos habilitados a prestar esse apoio e essa assistência à população. Tanto é que têm lista de utentes atribuída, como aliás têm médicos de saúde pública com lista de utentes atribuída.

É evidente que nos melhores dos mundos nós tínhamos aqui médicos especialistas em medicina geral e familiar, tal como quer o Sr. Deputado Artur Lima e tal como quer a Ordem dos Médicos. Mas nós temos que dar um médico às pessoas. A formação destes médicos estrangeiros foi comprovada por um grupo de professores da Universidade do Porto, na Colômbia, e eu estive lá presente e vi...

Deputado João Costa (PSD): O senhor é especialista! Ao que isto chegou! O senhor foi lá ver se eles eram bons!

O Orador: ...a satisfação com que eles saíam das reuniões a dizer que 80% dos médicos estavam aptos a exercer medicina.

(Aparte inaudível da Câmara)

O Orador: Como?

Os professores da Universidade do Porto que estiveram a avaliar os médicos na Colômbia. Esta é uma primeira fase da avaliação. É já uma segunda, perdão, é já uma segunda fase da selecção.

E depois ainda fazem uma prova na Ordem dos Médicos nacional e fizeram-na. E passaram, Sr. Deputado.

Deputado João Costa (PSD): Eles precisam é de ter habilitação legal!

O Orador: Passaram. Tiveram quase todos aproveitamento.

Neste momento, a cédula profissional não foi passada por questões administrativas,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não têm cédula profissional!

O Orador: ...quer aos médicos do Serviço Regional de Saúde, quer ao Serviço Nacional de Saúde. O Ministério da Saúde é que tem de resolver este problema e fá-lo-á dentro desta semana. É uma questão de dias até vir a cédula profissional e os médicos exercerem medicina aqui nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quanto é que ganham?

O Orador: Em relação às tabelas salariais, ainda bem que o Sr. Deputado fala nisso. O Sr. Deputado quer pagar sempre mais aos médicos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não quero pagar mais!

O Orador: Até nos incentivos ao internato médico a quantidade de dinheiro que nós não demos aos nossos internos para terem a medicina geral e familiar!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quanto ganha, Sr. Secretário?

O Orador: Oh Sr. Deputado, eu duvido que esse dinheiro todo pago tenha tido de facto o efeito que se desejava e que se queria. Eu duvido que se tenha tido esse efeito.

Nós estávamos a pagar mais de 3 mil euros em incentivos de fixação, no internato médico. Estes médicos agora, ao abrigo de uma carreira que é uma carreira médica, única, nacional têm uma tabela em que passam a receber 1800€.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a autonomia, Sr. Secretário?

O Orador: Faz parte da carreira e está a ser negociada a tabela a nível nacional. É uma carreira médica nacional.

Os médicos colombianos que vêm é ao abrigo da mesma tabela que estão a vir para o continente. Digo-lhe mais Sr. Deputado: se os médicos que estão aqui na Região aceitarem os incentivos que o Governo propõe para o alargamento das listas de utentes vão ganhar muito mais dinheiro, quase 5.000€,...

Deputado João Costa (PSD): Esses médicos vão dar um grande efeito na Graciosa!

O Orador: ...mas também têm que garantir uma lista de utentes considerável e significativa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é isso que consta.

O Orador: Portanto, estes médicos ficarão muito bem se pretenderem também dedicar mais do seu tempo e assistirem mais açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

***Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que esta proposta oriunda do Partido Social Democrata pretende é precisamente alargar a isenção de pagamento de taxas moderadoras no acesso às prestações de saúde do Serviço Regional de Saúde aos utentes que comprovadamente, e não por sua culpa, não disponham de médico de família.

Aliás, para os cidadãos que ainda não têm médico de família a Região Autónoma dos Açores não cumpre uma das suas obrigações e ainda por cima quer agora penalizá-los duplamente, mais uma vez, obrigando esses cidadãos que não têm médico de família a pagarem taxas moderadoras para terem acesso aos mais elementares cuidados de saúde.

Esta realidade nalgumas regiões e nalguns concelhos de São Miguel e dos Açores, desculpem, é mais ou menos intenso. No caso do concelho da Lagoa foi necessário a Câmara Municipal contratualizar com um médico para que fossem

prestados aos lagoenses cuidados de saúde que não tinham, porque na Lagoa, efectivamente, existe uma carência enorme de médicos de saúde.

Vou ler uma das justificações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, oriundo do Partido Socialista como todos sabem, aquando da contratualização desse médico. Ele diz o seguinte: “Esta é uma medida que vem também colmatar a notória dificuldade que muitas famílias lagoenses enfrentam em ter um médico de família e aceder aos serviços prestados no Centro de Saúde da Lagoa por falta de meios que dêem resposta às necessidades da população a este nível.”

O que os senhores querem fazer neste momento, se não aprovarem a proposta do PSD, é dizer aos lagoenses é que “meus amigos, vocês têm de pagar todos taxas moderadoras” sempre que necessitarem de ter acesso a cuidados, porque efectivamente esse médico também já não dá para as encomendas tal é a situação que se vive lá.

O que nós queremos repor aqui com esta medida, enquanto o Estado, a Região não resolver esse problema - esta é uma medida transitória - é que suspendam, alarguem essas isenções. É só isso que pretendemos.

No fundo, o que pretendemos é mais justiça e mais equidade no acesso aos cuidados de saúde.

Muito obrigado.

Deputados João Costa e António Ventura (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

***Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Comecemos por esclarecer o conteúdo e o objecto do Projecto de Resolução do PSD.

Deputado Mark Marques (PSD): Recentrando o debate!

O Orador: Recentrando o debate, como diz o Sr. Deputado Mark Marques em aparte.

A isenção que o PSD recomenda é para os utentes que comprovadamente não disponham de médico de família por impossibilidade do Serviço Regional de Saúde.

Isto exige comprovação. Se há disponibilidade do Serviço Regional de Saúde para fornecer um médico de família ao utente, o utente já não está isento da taxa de saúde. É tão simples quanto isso.

Se houver disponibilidade, se houver capacidade na lista, o utente não está isento. É tão simples quanto isto. Não se vê qual é a dificuldade interpretativa do Governo Regional ou da maioria nesta matéria.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Vê-se apenas má vontade em reconhecer a bondade, a justiça duma proposta que ajuda os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Domingos Cunha - por quem tenho um enorme respeito pessoal e político, devo dizê-lo com toda a clareza – disse e citou o Projecto de Resolução do PSD, a sua parte preambular, dizendo que o PSD escrevia que as taxas moderadoras eram um meio para prevenir consumos excessivos nos cuidados de saúde e para moderar o acesso, e que o PSD se tinha esquecido da parte da regulação.

Deputado Domingos Cunha (PS): Moderar e regular as taxas moderadoras!

O Orador: Pois é, Sr. Deputado, moderar e regular. Pois é!

Deixe-me fazer aqui outra citação. V. Exa. diz que o PSD se esqueceu. Então o que é que devemos dizer do Governo Regional, que através do Decreto Regulamentar n.º 16/2011/A, que aprova as taxas moderadoras diz assim: “As taxas moderadoras têm como principal objectivo moderar a procura pelos serviços de saúde, combatendo a sua má utilização e promovendo a optimização dos recursos.”

Oh Sr. Deputado, então não é a mesma coisa?

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é a mesma coisa!

O Orador: Então o Governo Regional acha que os açorianos utilizam mal o Serviço Regional de Saúde? Não acha com certeza. Está a ver Sr. Deputado!

Às vezes a vontade de querer fazer um combate político leva a estes percalços.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é a mesma coisa!

O Orador: Eu compreendo, mas mais do que isso, Sr. Deputado, eu desculpo, porque estou verdadeiramente generoso neste debate.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Há falta de argumentos, o *fait divers* serve!

O Orador: Eu percebo o enorme incómodo dos Deputados do PS...

Deputado Domingos Cunha (PS): Nenhum incómodo!

O Orador: ...que com o seu coração, aderem a este Projecto de Resolução do PSD, a esta medida do PSD, porque lhe reconhecem justiça.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas?...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor tem de dizer isso sem se rir.

O Orador: Mas estão limitados pela disciplina partidária, que impõe um voto contrário e impõe um chumbo a uma medida justa e que visa ajudar os açorianos.

Deputados Cláudio Almeida e João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Vou fazer uma proposta, usando aliás um método que é há algum tempo usado pelo Sr. Presidente do Governo Regional neste Parlamento: os Srs. Deputados do PS não precisam de verbalizar aquilo que lhes vai na alma, aquilo que lhes vai no coração...

Deputado Domingos Cunha (PS): É só com os olhos!

O Orador: ...podem apenas acenar com a cabeça. Aqueles que concordam com a justiça da proposta do PSD acenem com a cabeça e digam que sim.

Muito obrigado.

Vozes de Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Ricardo Cabral, tem a palavra.

***Deputado Ricardo Cabral (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ocupar só trinta segundos na minha intervenção.

Em primeiro lugar, queria responder ao Sr. Deputado Artur Lima que estão a trabalhar, actualmente, no Serviço Regional de Saúde 131 médicos mais 23 do internato, 154 a soma.

Tenho tido o cuidado de visitar as instituições e os centros de saúde da Região Autónoma dos Açores. Só existe um problema na Ribeira Grande, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Em Santa Cruz da Graciosa não há problemas de médico de família. Nas Flores não há...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: A Lagoa faz parte do centro de saúde de Ponta Delgada. Se o senhor não sabe, não...

Deputado Rui Ramos (PSD): Eu sei, debati para que fosse autónomo, Sr. Deputado!

O Orador: O senhor não sabe!

Presidente: Sr. Deputado Ricardo Cabral faça o favor de continuar.

O Orador: Sim, senhor.

Só existe um problema nesses três centros de saúde. Portanto, temos de ter políticas direccionadas para esses centros de saúde e estamos a tê-las. Estamos a arranjar forma de fixar médicos de clínica geral e medicina familiar nesses três. Há uma evolução, desde 96, favorável. Nós temos feito todo o esforço e não é fácil, nem aqui, nem em Portalegre, nem em Évora, nem noutros sítios do país. Mas nós temos aumentado e conseguimos fixar e há agora possibilidade de entrada de mais médicos para melhorar os tratamentos e melhorar a qualidade de vida dos nossos açorianos.

Já estou com vinte segundos.

Para acabar, não queria deixar de dizer: V. Exa. ...

Deputado João Costa (PSD): Nem no cronómetro acerta!

O Orador: ...Sr. Deputado Artur Lima, tem por hábito baixar o nível nos nossos debates.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: A minha tolerância diz-me que não devo perder energia com os seus considerandos à minha pessoa. Estou aqui para servir os açorianos, com toda a elevação e dignidade. Há ideias falsas e inúteis, que podem destruir o que se leva anos a construir.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

***Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Continuando o debate e centrando-o objectivamente nas taxas moderadoras – gostaria muito de debater, de facto, a questão da medicina geral e familiar, mas não é o que está em causa –, e pegando numa das afirmações e fundamentações para este Projecto de Resolução por parte do Sr. Deputado Pedro Gomes – também lhe retribuo a consideração e a estima que tenho por si –, diria que o Sr. Deputado disse que a essência não é o número de utentes sem médico de família. Então, se a essência não é o número de utentes por médico de família, qual é o objectivo desta Proposta de Resolução?

Deputado João Costa (PSD): O assunto, Sr. Deputado!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Também não há muitos doentes com a doença Machado-Joseph!

O Orador: Depois, Sr. Deputado, gostaria de lhe pôr a seguinte questão. Já lhe falei no programa de Governo que foi aprovado e dir-lhe-ei – penso que o Sr. Deputado também saberá tão bem quanto eu, ou melhor – que está determinado que as taxas moderadoras serão aumentadas até Setembro de 2011, indexadas à inflação, e as isenções substancialmente reduzidas. Como o Sr. Deputado deve saber, existem actualmente quarenta e sete isenções de utentes que estão abrangidos por taxas moderadoras. Como também deve saber, com certeza, que

em Bragança, em Serpa, em Loulé, há utentes que não têm médico de família. Sabemos que são cerca de um milhão e tal sem médico de família.

O que eu propunha aqui, já agora, ao Sr. Deputado, com verdade e com credibilidade, era que o PSD apresentasse um projecto de decreto-lei, a enviar à Assembleia da República, para que o Governo insira na sua listagem de isenções o milhão e tal de cidadãos portugueses que não estão cobertos pelo médico de família, para que esses também não paguem taxas moderadoras.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Grande argumento, Sr. Deputado!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bom, eu gostaria de voltar a este debate novamente, primeiro porque fui para tal convocada pelo Sr. Deputado Domingos Cunha, e terei o maior prazer em responder a todas as questões que me levantou.

E depois, antes disso, para clarificar o seguinte, porque, na realidade, ouvimos aqui já várias vezes os partidos afirmarem, nomeadamente o PSD e o CDS, que estão de acordo com as taxas moderadoras, apesar de pedirem, de maneiras diferentes, uma isenção e uma suspensão destas na Região Autónoma dos Açores. Eu queria que ficasse bem claro que o Bloco de Esquerda está completamente contra as taxas moderadoras, em qualquer lugar do todo nacional: Açores, Madeira e continente. Vamos apresentar, já agora, algumas razões para isso.

Nós pensamos que tem sido provado até à saciedade que as taxas moderadoras desvirtuam e fazem perigar a universalidade de acesso ao serviço de saúde e a sua natureza tendencialmente gratuita. Não é o Bloco de Esquerda que diz isto. Curiosamente, é um socialista, o chamado pai do Serviço Nacional de Saúde, que se chama António Arnault. E ainda no mês passado, em Junho, o Observatório Português dos Sistemas de Saúde, público, elaborou um parecer onde, elaborada e comprovadamente, mostra, preto no branco, como é que as

taxas moderadoras são o abracadabra para o fim do Serviço Nacional ou Regional de Saúde, para o fim do serviço público e para a privatização, a prazo, de todo o serviço de saúde. Portanto, não é o Bloco de Esquerda, não é uma questão ideológica, Sras. e Srs. Deputados! Porque, comprovadamente, há um socialista que diz exactamente o contrário de outros socialistas.

Também gostaríamos de acrescentar que, quanto a nós, Bloco de Esquerda, a forma justa e equitativa de redistribuir a riqueza não é criando taxas moderadoras para, a prazo, haver uma medicina e uma saúde para ricos e para pobres! Porque é lógico! Quem paga vai começar a pedir outro tipo de condições, outro tipo de atendimento, outra qualidade nos serviços e tem todo o direito, porque paga! E, ao lado, estão aqueles que não pagam! E é aqui que começa, é aqui que está o princípio da medicina e da saúde para ricos e para pobres! É o Bloco de Esquerda que o diz? Não é, não senhor! Mais uma vez, são distintos socialistas e, mais uma vez, é o pai do Serviço Nacional de Saúde! Não há forma de garantir uma redistribuição justa da riqueza? Claro que há! Uma reforma fiscal séria, decente, que obrigue quem tem mais a pagar mais e que poupe aqueles que têm menos a esse pagamento! E, já agora, para os Srs. Deputados do PSD e, no caso, do PS também, por exemplo, uma penalização sobre o enriquecimento ilícito, proposta feita pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República, a que os senhores se opuseram! Penalizar e criminalizar o enriquecimento ilícito é uma forma de ir buscar dinheiro criminosamente conseguido para pagar e atender, exactamente, às necessidades das populações! Neste caso, das populações açorianas.

Voltamos a insistir: não é pedindo a quem tem pouco, é exigindo de quem tem muito! Isso faz-se, no mínimo, destas duas maneiras que acabei de referir.

Agora, a resposta ao Sr. Deputado Domingos Cunha.

O Tribunal de Contas, como o Sr. Deputado bem sabe, elaborou um parecer sobre a constituição da parceria público-privada para o Centro de Radioterapia dos Açores. E refere, na sua página 2, os resultados, as conclusões, dum estudo pedido pelo Governo Regional, chamado Estudo Estratégico da Parceria Público-privada, que o Governo assumiu como sua, e com a qual também

justifica a opção dum parceria público-privada e não uma promoção directa do projecto do centro de radioterapia. Nessas conclusões, que o Governo tomou como suas, consta o seguinte, e passo a citar:

“A implementação do projecto [do projecto do centro de radioterapia] através do estabelecimento de uma PPP, apresenta inúmeras vantagens face à alternativa tradicional de promoção directa do Projecto pela RAA, nomeadamente [uma destas vantagens] o potencial para transferência de riscos do sector público para o sector privado e o controlo de custos de investimento e exploração”.

Na minha declaração política, Sr. Deputado Domingos Cunha, eu disse...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ainda não leu o resto! Leia tudo!

A Oradora: Posso ler até ao fim, mas o Sr. Deputado Domingos Cunha interpelou-me sobre esta afirmação. Se o Sr. Vice-Presidente me quiser interpelar sobre outra qualquer e dar-me tempo para lhe poder responder, fá-lo-ei, também, com todo o prazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É pena não ler o resto, pode ler até ao fim!

A Oradora: Na minha declaração política, Sr. Deputado, eu afirmei o seguinte e repito: “Isto é [dada esta conclusão que aqui está e que o Governo tomou como sua], perante a inexistência de vantagens financeiras [que, na realidade estão reduzidas a setecentos e poucos milhares de euros/ano, portanto, a pouco mais de seis mil e trezentos euros/mês], o Governo Regional decide a (...) desresponsabilização pela segurança dos cuidados de saúde prestados, como factor aliciante para entregar, estes mesmos cuidados, a privados”.

Por que é que eu digo isto? Porque, exactamente, ao transferir os riscos do acto médico do público para o privado, o Estado lava as suas mãos!

Deputado Domingos Cunha (PS): Não, Sra. Deputada!

A Oradora: Sim, Sr. Deputado! E a questão passa a ser uma questão de seguros! É o privado...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Sr. Presidente, eu vou terminar, se o senhor assim o entender. Senão, invoco a figura que nós acordámos na nossa Conferência de Líderes e peço ao Partido Socialista para me dar um minuto ou dois do seu tempo, para eu completar e acabar a resposta para a qual fui solicitada pelo Sr. Deputado Domingos Cunha.

Presidente: Talvez seja melhor pedir, Sra. Deputada.

A Oradora: Estou a pedir, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias?

Deputado Berto Messias (PS): Concedemos um minuto, sem qualquer tipo de problema.

Presidente: O PS tem sete minutos, cede dois minutos?

(Risos da Câmara)

Deputado Berto Messias (PS): Desculpe, não percebi.

Presidente: O PS tem sete minutos, cede dois minutos à Sra. Deputada Zuraida Soares?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Dois minutos, Sra. Deputada.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente; muito obrigada, Sr. Deputado Berto Messias.

Portanto, em conclusão, como qualquer acto médico não é isento de riscos, esta tese tecnocrática é a base para privatizar, a prazo, todo o serviço de saúde. Dois minutos não dá para ler o resto da declaração política, mas ela está, com certeza, disponível.

Mas, Sr. Deputado Domingos Cunha, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Eu compreendo as suas afirmações, ou, no caso, negações das minhas, categóricas, mas quero lembrar-lhe o seguinte: essas suas afirmações só podem ser

confirmadas quando o Governo cumprir – cumprir! Um ano depois! – aquilo que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda lhe solicitou, que o resultado do estudo e o contrato estabelecido com o consórcio que vai cumprir esta parceria público-privada. Há um ano, Sr. Deputado!

E vou dizer-lhe, porque ainda tenho tempo para isso, que a resposta que o Governo deu – este era o segundo pedido feito, em ano e pouco foi o segundo pedido – é curiosíssima. Sabe o que é que o Governo nos responde? Diz que o processo solicitado pela segunda vez, pedido há um ano, a 30 de Julho do ano passado, com a resposta recebida em Janeiro deste ano, diz: “O processo solicitado foi enviado para (...) [o] Tribunal de Contas”. Ou seja, o Governo Regional assume que não tem uma fotocopiadora, para fotocopiar contratos e para fotocopiar estudos que possa disponibilizar aos Deputados desta casa!

Isso também deveria ser uma preocupação sua, Sr. Deputado Domingos Cunha. Porque as perguntas que fez ao Bloco de Esquerda e sobre as quais me inquiriu, se tivesse o estudo...

Presidente: Terminou o seu tempo, Sra. Deputada.

A Oradora: ...e o parecer na mão, provavelmente não as teria feito.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário da Saúde, há pouco referiu-me que era uma ignorância não incluir a doença de Machado-Joseph dentro da doença genética com manifestações clínicas graves. O senhor é economista! Eu sou licenciado em História! A sua interpretação é de que a doença cabe aqui...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não cabe, não!

O Orador: ...a minha é de esperar para ver e verificar o que dizem os especialistas! Sabe o que disse o Ministério da Saúde, até há bem pouco tempo tutelado pelo Partido Socialista? Que não cabia! E quem é que diz isto? Quem o diz é a Associação Atlântica de Apoio ao Doente de Machado-Joseph! Então, o que acontece? Eles estão...

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Pelo amor de Deus! Foram os médicos que atestaram!

O Orador: Desculpe, oiça! Oiça até ao fim!

Eles estão a pagar! Estão a pagar! Portanto, o senhor acha que não. No Ministério da Saúde, a aplicação desta portaria é no sentido de pagar e de não estar aqui incluída!

O que lhe pergunto é: de quem é a ignorância, neste momento, se não é do senhor, que deveria saber, ou que deveria ter acautelado esta situação e tentar saber como deve ser? Ou seja, tentar verificar se, de facto, a sua interpretação era a correcta?

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): É!

O Orador: E o que se verifica, pelos testemunhos, volto a repetir, da Associação Atlântica de Apoio ao Doente de Machado-Joseph, é que eles estão a pagar e não se está a incluir aqui nesta categoria que o senhor acha, mas que, pelos vistos, há quem não ache.

Portanto, nesse sentido, obviamente, o senhor dir-me-á: “Bom, mas eu estou muito surpreendido”! Porque a minha acusação não é de que os senhores, obviamente, tenham insensibilidade em relação a esta questão, muito pelo contrário! O que acho é que existiu aqui uma situação de negligência: o senhor não fez bem o seu trabalho!

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Não, não existiu!

O Orador: Repare bem! Está muito surpreendido que exista alguma insensibilidade. Veja bem: mesmo agora o Partido Socialista, numa notícia de 6 de Julho, o Grupo Parlamentar do PS/Açores congratula-se com a inconstitucionalidade da revogação das leis regionais de apoio aos doentes de Machado-Joseph! Ou seja, o senhor está surpreendido por eles fazerem esta interpretação? Não pode estar, porque há precedentes e são, até, muito recentes! Segunda questão...

Deputada Nélia Amaral (*PS*): Não tem nada a ver com isso!

Deputado Domingos Cunha (*PS*): O que tem isso a ver?

O Orador: Agora, o que espero é que o senhor, pelo menos – pelo menos! – faça a interpretação aqui nos Açores, faça esta interpretação diferenciada. Já não é mau, mas o que deveria ter feito era, de facto, fazer a sua inclusão específica.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): É desnecessário.

O Orador: Devia ter feito a sua inclusão específica e não o fez! Primeira questão.

Segunda questão: as taxas moderadoras não têm nada a ver com a situação financeira e económica em que nós vivemos? Oh, Sr. Deputado, o senhor está a mandar areia para os olhos de quem? É evidente que ouvimos, muitos anos, o Partido Socialista dizer que não concordava com as taxas moderadoras! Por que toma agora esta medida? Toma esta medida, porque vivemos...

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: ... numa situação financeira tremenda!

Eu termino, Sr. Presidente, dizendo apenas isto.

Então, diga-me uma coisa, só para demonstrar que o seu discurso é completamente ilógico. Existem 45% das pessoas que vão ficar isentas, essas podem continuar a ter um comportamento imoderado. As outras, que pagam, então essas é que se vão moderar. Não, o que acho que vai acontecer aqui, citando o Sr. Presidente, é que a única moderação que vamos ter é que alguns vão deixar de fumar! É só isto!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): E isso é bom!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): As isenções não podem garantir que têm acesso à saúde? É para que as pessoas possam ter acesso à saúde!

O Orador: Eu penso que esta é a única moderação verdadeira que irá suceder! Quanto ao resto, é uma falha tremenda!

Portanto, se é para moderar, então não resulta, porque tem buracos para todo o lado! Mesmo este, como os senhores referem, de que ficam 45% das pessoas de fora! Portanto, há quem possa ser moderado...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ...e há quem não possa ser moderado. Evidentemente, esse tipo de argumento não tem qualquer lógica.

Termino, Sr. Presidente.

O Sr. Secretário da Saúde não referiu o outro argumento, a descontinuidade do território, que deveria ter adaptado, evidentemente, as isenções ao nosso território, devido às nossas acessibilidades, devido à nossa configuração do ponto de vista da nossa configuração insular. O senhor também não respondeu a essa questão.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não vejo porquê.

O Orador: Portanto, as taxas moderadoras são um imposto. São um imposto para quem não tem dinheiro e geriu mal o sector.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Saúde:

Obviamente não lhe vou responder ao adjectivo da ignorância, porque teria de ser muito deselegante e não o vou fazer com a leviandade com que o senhor o fez. Talvez sirva para a sua bancada, que se tem armado em “Calimero”, hoje o dia todo, mas a mim não me afecta. O senhor chamar-me de ignorante não me afecta rigorosamente nada! Agora, lamento profundamente o comportamento.

O que se passa é que os senhores foram incapazes de dignificar os cuidados primários de saúde! Os senhores foram incapazes de valorizar os cuidados primários de saúde! E os senhores estão a criar uma situação em que, em 2020, poderemos ter metade dos médicos de família que temos actualmente. Foi essa a resposta que os senhores não foram capazes de dar durante os últimos quinze anos! Daqui a nove anos corremos o risco de ter metade dos médicos de família que temos actualmente! Essa é resposta que o senhor tem de dar. De resto, Sr. Secretário, é isso que os senhores andam a esconder, mas fica aqui revelado hoje: em 2020 corremos o sério risco, se não forem tomadas medidas urgentíssimas, de nos Açores termos metade dos especialistas de medicina geral e familiar que existem hoje!

Depois, rácio nacional é 0.7 de especialistas de medicina geral e familiar por habitante. Nos Açores, vamos a Ponta Delgada, 0.4; Nordeste, 0.4; Vila do Porto, 0.5; Ribeira Grande, 0.3; Angra do Heroísmo, 0.4; e por aí fora. Portanto, é a isto que os senhores também têm de responder hoje e aqui. Essa dos clínicos gerais, fico a aguardar a resposta.

Sr. Secretário, não vou adjectivar aquilo que o senhor fez aqui. Agora, se o senhor se prepara para atribuir listas a médicos que não têm a especialidade de medicina geral e familiar, o senhor vive num Estado de direito e sabe o que acontece às unidades de saúde que atribuírem listas a quem não é especialista em medicina geral e familiar! E, se não sabe, vou dizer-lhe: perdem a idoneidade para formar especialistas! O que quer dizer que, às que integrarem esses médicos estrangeiros, se o senhor lhes atribuir uma lista, o senhor sabe que a Ordem dos Médicos lhes retira a idoneidade!

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Isso é uma interpretação.

O Orador: Vai correr esse risco, Sr. Secretário? Uma lista de utentes, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): O que é uma lista? Isso é um conceito.

O Orador: Não se faça agora de ignorante, porque não lhe vale a pena! E não venha aqui tapar o sol com a peneira, porque não lhe vale a pena! Portanto, o Sr. Secretário vai explicar se vai ou não atribuir lista de utentes aos médicos colombianos! Pergunta!

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Isso não fica mais simples de fazer!

Presidente: Sr. Presidente do Governo Regional tem a palavra.

***Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Não é assim, é no microfone!

O Orador: Oh Sr. Deputado, vamos agora adoptar o seu critério actual de civilidade, que tanto o tem distinguido ultimamente neste Parlamento.

Bem, em primeiro lugar, eu gostava de dizer o seguinte, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente da Assembleia:

Reiterar aquele que tem sido o meu entendimento e que é o meu entendimento político: eu, como cidadão, como político e, se me permitem também a acumulação, como socialista, não concordo com as taxas moderadoras. Sou contra a existência de taxas moderadoras...

Deputado João Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: ...no sistema de saúde, porque elas constituem, é bem verdade, o pagamento por uma prestação de serviços, pela prestação de um serviço que eu entendo que deve ser universal e gratuito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Mas...

(Vozes de Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ...a realidade, por vezes, vence a ambição. A realidade, por vezes, é mais forte do que aquilo que está ao nosso alcance assegurar e garantir. Por isso, eu disse que esta é uma decisão que me custava tomar, que é uma decisão contra aquilo que eu penso, mas que teria de admitir.

Portanto, sejamos francos. Eu resisti quanto pude a tomar a medida, porque era contra ela. O PSD, que é a favor dessa medida...

Deputado Costa Pereira (PSD): Já estava a faltar!

O Orador: ...é que me admira que não a tenha já proposto antes.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Em todo o caso, disse e volto a repeti-lo: as taxas moderadoras que nós aplicámos nos Açores são taxas moderadoras que, para a maioria esmagadora da população, são irrelevantes! Pagar 12€, pagar 1€ por uma sessão de fisioterapia, pagar 5€ não é uma prestação que vede a acessibilidade ao sistema de saúde por parte de qualquer açoriano. Não é!

Deputado João Costa (PSD): E os 20 € dos que ganham 2000 € também não são!

O Orador: Portanto, temos de ser honestos nesta perspectiva.

Cavalgar, do ponto de vista das isenções, aqueles que não têm médicos de família, aqueles que têm uma determinada patologia, aqueles que têm uma determinada condição de residência, ou outra qualquer, é um pouco desvirtuar o que está em causa. Porque não está aqui a diferença entre pagar, por exemplo, 200 ou 30 € e não pagar. Está em causa a diferença entre pagar 12€ ou entre pagar 5€ e não pagar. Ora, essa diferença, temos de ser sérios, não é relevante do ponto de vista da acessibilidade dum pessoa ao sistema de saúde. Mas é – e estou de acordo com o Bloco de Esquerda nesta matéria – um mau prenúncio para o sistema público de saúde.

Por que é que nós adoptámos? Porque, para além, evidentemente, do efeito moderador que uma taxa de pagamento sempre tem na prestação de qualquer serviço, porque é pelo menos psicologicamente inibidor o recurso a um serviço que tem uma determinada taxação; para além desse efeito de moderação, que essas taxas têm, resulta da sua cobrança, uma verba. Que, sendo embora pouco relevante no contexto global da despesa do Sistema Regional de Saúde – representa cerca de 1% da despesa global do Serviço Regional de Saúde –, é no entanto ajustada à existência, por contrapartida, da entrada em funcionamento de novos serviços que nós consideramos essenciais para a moldura de prestação de serviços do Serviço Regional de Saúde. No caso, o tratamento do cancro nos Açores.

E isso, sim, eu disse que, além desse efeito moderador, a verba que vamos previsivelmente arrecadar poderá ser necessária para fazermos face a compromissos do sistema e a outros, como o pagamento do centro de radioterapia, que irá permitir o tratamento do cancro nos Açores. Foram estas as minhas afirmações. É isto que eu hoje reitero, aqui, nesta Assembleia.

E pensámos maduramente quando introduzimos estas taxas. Em boa verdade, tendo embora o seu efeito moderador, foram também moderadas, do ponto de vista da sua aplicação! E até circunscritas, também elas, a uma certa simbologia na prestação dos serviços escolhidos. Veja-se, por exemplo, que nós não introduzimos uma taxa moderadora para as cirurgias, como por exemplo há no

continente. Nós não introduzimos uma taxa moderadora para os internamentos, como por exemplo há no continente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já não há.

O Orador: Portanto, ficámos aquém.

O senhor não pode dizer que já não há e vou explicar-lhe porquê.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Cirurgia, então.

O Orador: Porque o que neste momento está justamente em causa é – razão pela qual o Governo Regional adoptou sem alterações a lista de isenções nacional foi justamente porque, neste momento, está em debate, ou em estudo – a alteração do grupo de isentos quanto às taxas moderadoras. E, daí, não valia a pena introduzirmos uma lista adaptada nesta fase, quando está em causa, justamente, um processo de readaptação ou de reorganização das intenções no plano nacional.

Não significa que o Governo Regional, uma vez mais e nesse caso, siga a orientação que vier a ser a orientação nacional! Porque o que resulta de compromissos eventualmente resultantes do Memorando de Entendimento é que essa lista deve ser revista. Agora, lá não diz como, nem lá diz de que grupos se trata! Portanto, evidentemente, na aplicação genérica dessa orientação a que está também auto-sujeito o Governo da República, por via do seu próprio programa, nós também temos o nosso ponto de vista sobre essa matéria. E, quando fizermos e se fizermos a adaptação dessa lista de isenções, fá-la-emos com o sentido de justiça, por um lado, e com o sentido de adaptação, se for o caso, a qualquer especificidade que resulte da ordem territorial e social regional. Gostava também de dizer o seguinte. Nós temos consciência de que o nosso sistema de saúde tem ainda insuficiências. Mas eu volto a dizer: o nosso Serviço Regional de Saúde é um bom Serviço Regional de Saúde. Mesmo tendo em consideração que existem milhares de famílias, ou de utentes, ou de pessoas, como eu gosto mais de dizer, que não têm médicos de família, mesmo considerando isso, a verdade é que essas pessoas não estão privadas de cuidados de saúde! Essas pessoas não estão privadas da assistência de médicos!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem, Sr. Presidente!

O Orador: Essas pessoas não estão impedidas de recorrer a programas existentes de consulta aberta nos centros de saúde!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Essas pessoas têm acesso a um sistema que ainda é, mesmo com estas taxas moderadoras, tendencialmente gratuito e de carácter universal.

A protecção que, hoje, nós damos aos açorianos no sector da saúde é uma protecção que honra a despesa social do Governo Regional! É uma protecção em relação à qual nós devíamos fazer todos os esforços para a podermos prolongar no tempo! Para que as dificuldades financeiras do presente não pudessem fragilizá-la, como de certeza e em parte a fragilizam, começando desde logo pela existência das taxas moderadoras.

Portanto, o que se pede a todos os responsáveis é que nos ajudem a poupar, que nos ajudem a gastar melhor, é certo.

Deputado João Costa (PSD): Comece pelo seu Governo!

O Orador: É sempre importante e é sempre bom ver propostas que vão no sentido de poupar e de gastar menos! É sempre importante! A verdade, porém, é que as vossas propostas nunca se orientam nesse sentido.

Deputado João Costa (PSD): E as viagens ao Canadá?

O Orador: São sempre, sempre, para gastar mais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e membros do Governo)

O Orador: Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para terminar, eu queria deixar esta posição, da nossa parte, bem clara, sobretudo da minha parte, para que não existam falsos intérpretes daquilo que pode ser com facilidade aqui objecto da interpretação autêntica, que é a minha, sobre aquilo que eu penso e sobre aquilo a que eu aspiro. A verdade é esta: tenho pena que seja necessário introduzir as taxas moderadoras. Tenho pena, não tencionava fazê-lo no exercício de funções governativas com um Governo do PS! Não gostava que isso tivesse acontecido.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é que é!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não gostava? Então esperasse mais um ano!

O Orador: Mas, pronto! É verdade que essas taxas moderadoras têm, evidentemente, uma função moderadora, e é verdade que o resultado da cobrança destas taxas vai permitir que nós possamos satisfazer uma despesa nova que vai surgir na Região, e que espero que surja depressa, que é o tratamento do cancro na Região! Isto não é demagogia, isto é a consciência de que mais recursos podem beneficiar a população dos Açores! Portanto, não há demagogia nenhuma nisso!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e membros do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Pedro Gomes pede a palavra para?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Uma inscrição, Sr. Presidente.

Presidente: Então vou inscrevê-lo, Sr. Deputado, fique descansado. Sr. Deputado Artur Lima é para se inscrever?

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prescindo.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Saúde, Sr. Deputado Pedro Gomes... Entretanto, aproveito para comunicar que o Governo Regional terminou o seu tempo neste diploma.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É pena, mas eu dou-lhe um minuto!

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

***Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já nos habituámos, neste Parlamento, a ver o Sr. Presidente do Governo a intervir em debates parlamentares quando as coisas estão a correr mal para o Governo e para a maioria. Este foi mais um caso.

Deputado Domingos Cunha (PS): Francamente, Sr. Deputado!

No Plano e Orçamento o que é que os senhores fizeram?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Que Presidente do Governo Regional é este, que vem a este debate dizer que é contra as taxas moderadoras, mas que foi obrigado pelas circunstâncias a aplicá-las? Este é o Presidente do Governo Regional que, em 2002, defendia a aplicação das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde. Este é o Presidente do Governo Regional que, em 18 de Fevereiro de 2011, há bem pouco tempo, dizia: “Acho que é razoável em Portugal, não onerando aqueles que têm menores rendimentos, que haja taxas especiais e impostos especiais dirigidos ao financiamento dos serviços públicos gratuitos de saúde e educação”. Este é o Presidente do Governo Regional que diz e contradiz as suas próprias afirmações!

Vozes de Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas este é o Presidente do Governo, também, que há bem pouco tempo dizia: “É preciso que a política de finanças públicas [e estou a citar] na Região continue a ser conduzida com a segurança e o rigor que o PS tem garantido, para que não tenhamos de fazer o que já fazem no continente, que é introduzir taxas moderadoras nas urgências, nas cirurgias e nos internamentos”. A introdução das taxas moderadoras é, afinal, a confissão pública feita pelo Sr. Presidente do Governo Regional...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Do desastre!

O Orador: ...do desastre das finanças públicas regionais!

Vozes de Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Que autonomia é esta que o Sr. Presidente do Governo Regional vem aqui interpretar? O Sr. Presidente do Governo Regional e a maioria da qual ele é líder são a maioria e o Governo que não hesitaram em introduzir uma

remuneração compensatória para os açorianos, invocando que era preciso ajudar os açorianos, e agora rejeita o alargamento modesto das isenções das taxas moderadoras...

Vozes de Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...para aqueles que não têm médico de família, por incapacidade do Serviço Regional de Saúde, gerido pelo Governo Regional dos Açores!

Deputado Domingos Cunha (PS): Demagogia pura! Isso é demagogia pura, Sr. Deputado!

O Orador: O Governo Regional quer compensar uns, mas não quer ajudar os outros! Nós temos a ideia de que a autonomia serve para ajudar as pessoas, serve para ajudar os açorianos! Este Governo Regional e esta maioria, neste debate da saúde, não querem ajudar as pessoas e não querem ajudar os açorianos!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E não quer fazê-lo por uma única razão. Porque a proposta justa e equilibrada de alargar para os Açores a isenção das taxas moderadoras para aqueles que não têm médico de família, por incapacidade do Serviço Regional de Saúde, tem origem na bancada do PSD. Esta é a única razão de fundo que faz com que o Partido Socialista venha chumbar a proposta que aqui apresentamos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é uma maioria sectária, porque usa um critério partidário para rejeitar uma proposta que visa ajudar os açorianos. E o PS não se vai livrar deste voto, por muitas profissões de fé que o Sr. Presidente do Governo faça neste debate. Os açorianos que estão a ver este debate sabem de que lado está a razão. Sabem que a proposta do PSD é uma proposta justa para ajudar as pessoas e que os senhores só por cegueira partidária não a aprovam.

Muito obrigado.

Vozes de Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Presidente do Governo, pede a palavra para?

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Defesa da honra.

Presidente: Sim, sim. Defiro o pedido e dou três minutos ao Sr. Presidente do Governo.

***Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras....

Vozes de Deputados da bancada do PSD: Defender a honra? Homessa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Defesa da honra? Sr. Presidente, cedemos-lhe dois minutos! Não precisa defender a honra, porque não foi ofendido!

O Orador: Não sei se me sente outra vez...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Não, não é! A questão não é essa.

Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uso da palavra para me defender no plano pessoal, porque de nada tenho a defender-me no plano político.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Ora, com certeza!

Deputado João Costa (*PSD*): Não tem defesa!

O Orador: Em primeiro lugar, para dizer que defendi e defendo que o financiamento do sistema de saúde devia ser preferencialmente feito através de um imposto especial, que fosse afecto e consignado exclusivamente ao financiamento do sistema! Já o disse.

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Ora aí está!

O Orador: E a existência desse imposto, aliás, seria motivo, por contrapartida, da inexistência, por exemplo, de taxas moderadoras. Portanto, não faz sentido a sua afirmação.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Foi uma citação!

O Orador: Em segundo lugar, também não tive qualquer incoerência, nem faltei à minha palavra, quando disse que era importante para o financiamento a existência destas taxas moderadoras, porque eu não relacionei as taxas moderadoras com a hecatombe do sistema! Eu relacionei as taxas moderadoras com o financiamento – e acrescento - de um novo serviço...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...para benefício do sistema de saúde.

Em terceiro lugar, finalmente, eu não pus em causa um critério de justiça, que acho indispensável que continue a existir na repartição dos sacrifícios e dos pagamentos pelos cidadãos. Porque eu não acho que seja, como já disse aqui, motivo de inacessibilidade ao sistema que um cidadão pague 4€ numa urgência do centro de saúde, ou 2€ numa consulta dum centro de saúde. Isso está ao alcance da esmagadora maioria, de 99%, dos cidadãos que vivem nos Açores!

Muito obrigado, Sr. Presidente, pedindo desculpa, aliás, às Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Clélio Meneses (PSD): E defender a honra? E a defesa da honra?

O Orador: ... – acarretando, necessariamente, com as respectivas consequências, porque não me poderei defender – de ter de me ausentar nesta fase.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Espere só um minuto!

O Orador: Mas, para que não fique demasiado excitado no seu baile de máscaras, ausentar-me-ei por razões de saúde.

Com licença.

(Aplausos de Deputados da bancada do PS e de Membros do Governo)

Presidente: Diga, Sr. Deputado Aníbal Pires?

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, quero solicitar um intervalo regimental de quinze minutos.

Presidente: Um intervalo regimental de quinze minutos?

O Sr. Deputado pede a palavra para?

(Aparte inaudível do Deputado Pedro Gomes)

Presidente: Creio que sim. Sr. Deputado, tem três minutos.

***Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedia apenas ao Sr. Presidente, se pudesse aguardar um minuto, não demoro mais do que isso, para ouvir o que eu vou dizer, se puder.

Como ficou claro, não tenho por hábito ofender a honra de ninguém, nesta Câmara, e muito menos a honra do Sr. Presidente do Governo. Acho que o Sr. Presidente do Governo inaugurou uma figura regimental nova. O Sr. Presidente do Governo defendeu a honra contra si próprio, contra as suas declarações e contra o seu percurso hesitante nesta matéria.

Vozes de Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sobre o projecto do PSD, o Sr. Presidente do Governo não disse nada.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Já falei!

O Orador: E procurou justificar a introdução das taxas moderadoras com o famoso Centro de Radioterapia dos Açores. Vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Presidente: sou muito sensível a esta matéria, até porque, por uma razão pessoal e familiar sou sensível às questões das doenças oncológicas...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Todos temos! Não há ninguém mais sensível do que eu!

O Orador: ...e não é razoável V. Exa. fazer o que fez com este debate.

Sobretudo, a pergunta que fica para os açorianos é esta: que Governo é este, que, para um investimento a trinta anos nos Açores, que vai custar 34 milhões

de euros, de acordo com os números que o Governo deu ao Tribunal de Contas, procura estruturar este investimento com base numa modesta contribuição oriunda das taxas moderadoras para as receitas do Serviço Regional de Saúde? Que Governo é este, que estrutura um investimento a trinta anos com uma contribuição que representa menos de 1% das receitas do Serviço Regional de Saúde?

Deputado Berto Messias (PS): Isso é queda livre!

O Orador: É um Governo que não tem credibilidade nas suas políticas e um Governo leviano nas suas opções.

Vozes de Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Agora sim, Sras. e Srs. Deputados, proponho transformar o intervalo de quinze minutos, que é o que o Sr. Deputado Aníbal Pires pode pedir, num intervalo de trinta minutos. Retomamos os nossos trabalhos às 19 horas. Até já, muito obrigado.

(Eram 18 horas e 38 minutos)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos então, Sras. e Srs. Deputados.

(Eram 19 horas e 11 minutos)

Devo dizer que neste momento não tenho inscrições. Assim sendo, vamos passar para a votação, vamos proceder à votação deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos para a ordem seguinte da nossa ordem de trabalhos,
Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Querem que o Sr. Secretário repita a votação? Sim, senhor, com certeza. Faça o favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos então ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos,
Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 40/2011 – “Recomenda ao Governo Regional a criação da valência de educação pré-escolar na Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para apresentar o pedido de urgência.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência que estamos aqui a discutir tem a ver com o Projecto de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional a criação da valência de educação pré-escolar na Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira”.

Penso que existem ponderosas razões, do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista da despesa que estão a ter as famílias e também do ponto de vista da reorganização do sistema do pré-escolar na Ilha do Corvo, que beneficiará em muito as famílias do Corvo e os respectivos alunos. Considero que, como é óbvio, dada a natureza da proposta, esta decisão tem de ser tomada antes do arranque do próximo ano lectivo. Por isso é urgente e foi por isso que o PPM fez esta solicitação.

Presidente: Muito bem, creio não haver mais inscrições. Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados vamos passar para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então agora à substância e ao diploma. Para apresentá-lo, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito da discussão desta temática, não há, da parte da Representação Parlamentar do PPM, nenhuma crítica ao Governo Regional nesta matéria. Nós, o que estamos a fazer é uma proposta que tem a ver com a conjuntura e também tem a ver com aquelas que são as nossas prioridades e a nossa tomada de posição, em relação ao que deve ser um serviço público na área da educação, se o pré-escolar faz ou não parte das responsabilidades directas do Estado, se deve ou não ser integrado directamente nas instituições de ensino. O nosso posicionamento ideológico é que o Estado tem essa responsabilidade e que o Estado o deve fazer. Esta é a primeira premissa em relação à área da educação, que o Estado tem.

Aliás, devo dizer que até considero que o pré-escolar deveria integrar a escolaridade obrigatória. Esta é a minha perspectiva. E que o Estado deveria ser responsável pela universalidade, por garantir a universalidade da resposta do sistema.

É igualmente importante referir qual é o papel, então, das instituições particulares e das instituições de solidariedade social. Considero que estas instituições têm um papel junto do Estado, no sentido de garantir este serviço público. Nesse sentido, e indo ao encontro do assunto que aqui nos traz de forma específica, nós temos, na Ilha do Corvo, uma situação que é a de uma instituição de solidariedade social que tem assegurado, ao longo de todos estes anos, este serviço, a Santa Casa da Misericórdia da Ilha do Corvo.

Devo dizer que reconheço o papel, que é muito importante, da Santa Casa da Misericórdia em muitas áreas. Tem sido um papel fundamental. E também devo dizer que até sou irmão da Santa Casa da Misericórdia há dez anos. Portanto, reconheço, obviamente, que é um papel muito importante. Posso ter discordâncias pontuais com quem dirige, o que é normal, com este ou aquele. Mas do ponto de vista daquele que é o interesse da instituição e a importância da instituição, isso não está em causa.

O que está em causa, meus senhores, é a actual conjuntura que se vive na Ilha do Corvo. Por um lado, temos uma escola básica integrada que teria condições para – e, na minha perspectiva, deve – fornecer este serviço. Tem evidentes vantagens pedagógicas, penso que não são discutíveis por ninguém, na medida em que, como se sabe – isso é uma doutrina oficial e é algo que todos nós pensamos, alguém e todas as pessoas que percebam um pouco de pedagogia, da integração do pré-escolar e da necessidade de integrar o pré-escolar com o primeiro ciclo, esta articulação é muito positiva para os alunos –, todos reconhecemos que as valências que tem a escola, devidamente articuladas com o pré-escolar, potenciam a aprendizagem dos alunos, potenciam a integração dos alunos no primeiro ciclo e, de facto, melhorariam a resposta do sistema educativo na ilha. Isso deve ser feito e, esta, penso que é uma perspectiva de análise em que não existem discordâncias.

Depois, por outro lado, temos uma situação concreta, que é o facto de, como as pessoas na Ilha do Corvo não têm um estabelecimento oficial, não têm um estabelecimento da Região e portanto a escola não ministra o pré-escolar, o que acontece é que as pessoas têm de pagar para terem as crianças a estudar no pré-escolar. Pagam uma quantia significativa. E o que acontece é que é uma situação cada vez mais insuportável para as famílias.

Aliás, devo dizer-vos que fui alertado para este problema por um conjunto de famílias, que se dirigiram ao meu gabinete e apresentaram o problema. E devo confessar a minha ignorância em relação ao que se estava a pagar. De facto, não fazia, não tinha uma ideia da despesa que estavam a ter as famílias, não tinha uma ideia concreta. Por isso, ao longo destes anos, ainda não tinha tomado uma

iniciativa neste sentido. Se eu soubesse da dimensão, realmente, do esforço financeiro que estavam a fazer as famílias, já tinha de alguma forma feito alguma intervenção nesta área.

Não vou dizer aqui o nome das pessoas, mas falei com cada uma delas e, portanto, vou dizer-vos só os valores que estão em causa. Vou chamar-lhe: n.º 1, paga 65€; n.º 2, uma outra senhora, paga 70 € (os filhos, portanto); n.º 3, 59€; n.º 4, 97€; n.º 5, 92€; n.º 6, 78€; n.º 7, 86€ por mês; n.º 8, 123€; n.º 9, 82€; e n.º 10, 110€. Portanto, são estes os números, números que me foram dados pelas pessoas. Inclusivamente estão na disposição depois de dar cópia do respectivo comprovativo de pagamento destas quantias. Ora, são estas as despesas e é este o esforço das famílias, que têm contribuições diferentes. Existe uma tabela e obviamente os que pagam mais são os que têm maiores rendimentos. Mas isto é um esforço significativo para estas famílias.

Há, noutras ilhas, quem opte por ficar numa instituição de solidariedade social ou particular, há quem faça a opção. Mas, na Ilha do Corvo, não há opção! Não há opção, portanto, a Região não dá opção, e as pessoas são, todas elas, as que quiserem ter os seus filhos no ensino pré-escolar...

E, na minha perspectiva, deveriam ser todas! Deveriam ser todas, porque senão aqueles miúdos já entram em desvantagem quando entrarem no primeiro ciclo. Aqueles miúdos que não frequentam o pré-escolar já entram em desvantagem. E alguns miúdos já não frequentam, porque as famílias não suportam estas despesas.

Portanto, estamos perante uma situação extraordinária e estamos perante uma situação que é pouco suportável para as famílias.

Depois, vamos então ao cerne da questão. Esta instituição, a Santa Casa da Misericórdia, é especificamente apoiada e tenho aqui os respectivos números. Posso dizer-vos que o montante global de 45 mil euros é dado para a valência, para que possa funcionar a valência de creche, e depois também 27 mil euros para que possa funcionar a valência do jardim-de-infância. Esta instituição recebe também outras participações da Região, para que possam funcionar outras valências que a Santa Casa da Misericórdia tem oportunidade de dar.

Nomeadamente, por exemplo, como sabem, o funcionamento do lar de idosos, que é outra das valências que tem a Santa Casa da Misericórdia da Ilha do Corvo.

Neste sentido, há aqui uma despesa e um esforço, feitos pela Região, que é importante reconhecer. A Região faz um esforço para que aqueles alunos possam frequentar o pré-escolar. Nesse sentido, o que considero é que é possível, e no Corvo temos de começar a pensar assim, articular sinergias entre diversas instituições, não nos fecharmos, não tentarmos que uma capelinha funcione sozinha e tentarmos, realmente, articular sinergias para que as coisas possam funcionar com maior eficácia. Deve ser assim um pouco em toda a Região, mas no Corvo, devido à dimensão demográfica, à dimensão também territorial da ilha, é possível aproveitar estas sinergias.

A proposta que vos trago aqui é que o pré-escolar possa vir a estar integrado na Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira. Depois, também a valência da creche, que são os miúdos que frequentam o infantário até aos três anos de idade, essa valência, obviamente, continuaria a funcionar na Santa Casa da Misericórdia. E, naquele mesmo espaço, que é onde funciona actualmente o jardim-de-infância e a creche, era possível, com o pré-escolar integrado no ensino oficial, integrado já na Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira, continuar a ser contratado, neste caso já não pela Santa Casa mas pelo Estado, um educador de infância. Poderia continuar a desempenhar as tarefas que agora desempenha e, também, aproveitar os recursos que a Santa Casa da Misericórdia já tem a funcionar no infantário. Porque esta medida não se destina a que se despeça ninguém.

A Santa Casa da Misericórdia tem actualmente vinte crianças. Para estas vinte crianças, o infantário tem uma resposta específica, que é a seguinte: uma educadora de infância e quatro assistentes operacionais. Só para vos dizer o que isto significa, isto significa que, por exemplo, a Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira tem...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Postos de trabalho.

O Orador: ...dois assistentes operacionais para um horário de funcionamento diário de catorze horas. Tem apenas dois assistentes operacionais. Estamos a falar duma instituição que tem quatro. Ora, não quero que se despeçam as pessoas. O que acho é que se pode aproveitar, portanto, as pessoas. O que pode acontecer é que o que seria responsabilidade da Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira era a integração das valências do primeiro ciclo, a integração pedagógica, a contratação do respectivo educador de infância; e, depois, as restantes valências da Santa Casa da Misericórdia podem ser integradas, através duma cooperação com a escola, dum acordo e de um protocolo que deve ser feito. Aliás, isso será objecto duma próxima proposta.

Como sabem, por exemplo, a Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira também não tem refeitório. Há uma valência na Santa Casa da Misericórdia que pode funcionar para o conjunto das duas instituições. Portanto, há aqui várias sinergias e podemos dar uma solução que, no fundo, atinge dois objectivos fundamentais. Primeiro, que os pais deixem de pagar estas exorbitâncias, ponto número um. Ponto número dois, que se faça uma integração pedagógica do pré-escolar, aumentando a qualidade da integração do pré-escolar na escola, aumentando a qualidade da integração dos alunos e permitindo que, de facto, estes venham a obter melhor aproveitamento escolar. Obviamente, a integração do pré-escolar numa unidade de ensino é mais eficaz do ponto de vista pedagógico e serve melhor os interesses dos alunos. Podemos fazer isto.

Fui um bocadinho mais descritivo naquela proposta. Depois posso dar-vos mais pormenores sobre a solução, mas a solução, obviamente, será a que a Secretaria da Educação muito bem entender. Eu apenas fiz aqui uma proposta prática de como se podia resolver o problema, sem que esta decisão afecte os recursos que estão instalados na Santa Casa da Misericórdia. Sem afectar, há uma solução prática. Dei-vos esta, há outras duas ou três hipóteses que vos posso, depois, fornecer.

Portanto, é com a maior das boas vontades que quero resolver um problema às famílias. Quero resolver um problema, do ponto de vista pedagógico, para as crianças. É isto e só isto que está aqui em causa.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por dizer que o PCP considera que o ensino pré-escolar deve estar totalmente integrado na rede pública. Aliás, considero também que o ensino pré-escolar, à semelhança do Deputado Paulo Estêvão, deveria fazer parte do ensino obrigatório, do ensino básico obrigatório. E o serviço prestado pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, ou por outras organizações, só deve ser apoiado quando tem um carácter supletivo. Isto é, quando o serviço público não existe em determinado local, mas nunca desresponsabilizando o Estado – ou, neste caso, a Região – de entretanto envidar todos os esforços para que esse serviço seja feito pela rede pública.

Anunciados estes princípios, para que não haja nenhuma dúvida, queria ainda dizer o seguinte: a questão que o Sr. Deputado Paulo Estêvão nos traz aqui é, de facto, pertinente. Há aqui uma situação para a qual é preciso olhar com algum cuidado. No entanto, eu formularei, ou melhor, só vou formular, digamos, a minha posição final, depois de ouvir a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação. No entanto, e numa primeira abordagem, julgo que uma ruptura imediata relativamente àquilo que se verifica no Corvo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a ruptura?

O Orador: É uma ruptura. Oh Sr. Deputado, a questão é esta: é acabar com um serviço que tradicionalmente é feito pela Santa Casa da Misericórdia do Corvo, e passá-lo, enfim, com os efeitos que isso possa ter, para a escola, solução com a qual eu já disse e anunciei que concordo. Agora, julgo é que esta ruptura pode vir a trazer alguns problemas. Portanto, certamente que haverá – e vamos ouvir a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação – uma solução de transição para a resolução do problema, que resolva o problema dos encargos que as famílias têm com a frequência do ensino pré-escolar no Corvo. Mas, digamos que esta ruptura até no contexto da pequena comunidade que é o Corvo...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Oh Sr. Deputado, deixe-me lá! Sr. Deputado, eu ainda nem sequer disse se vou apoiar, se não vou apoiar! Sr. Deputado...

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: Posso?

Portanto, Sr. Deputado, é uma questão de ter aí um bocadinho de calma. Vamos ouvir o que a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação tem a dizer sobre o assunto, porque, como já lhe disse, acho que é pertinente, que é muito importante aquilo que trouxe aqui à discussão.

Na recomendação, relativamente ao objecto da recomendação, tenho algumas dúvidas. Porque, de facto, implica uma ruptura com a situação existente! E já lhe disse e anunciei que este serviço deve ser prestado, deve estar integrado na rede pública. Portanto, disso não tenha dúvidas nenhuma! Agora, há que ter aqui também algum cuidado, atendendo até à própria situação de se tratar duma pequena comunidade no Corvo, onde a Santa Casa da Misericórdia presta alguns serviços, onde emprega algumas pessoas e, portanto, julgo que tudo isso deve ser devidamente atendido! Também não podemos partir, digamos, para...

Julgo que o senhor, agora se me permite, Sr. Deputado, foi irreflectido. Se tivesse feito uma reflexão mais aprofundada sobre este assunto, o objecto da recomendação poderia ter sido diferente. Mas, de qualquer forma e como lhe disse, vou esperar que a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O seu discurso é que foi muito irreflectido!

O Orador: Foi muito reflectido!

...se pronuncie sobre o assunto, para depois ver qual é o sentido de voto que darei à recomendação que aqui nos traz, sendo certo que acho que a ruptura não é o caminho...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas qual ruptura?

O Orador: ...e que tem de haver aqui alguma transição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Costa Pereira, tem a palavra.

***Deputado Costa Pereira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, nós não temos dúvidas de que por trás desta proposta parece-nos que há uma intenção positiva e esta é, naturalmente, parece-nos, uma proposta bem-intencionada, com objectivos que são de aplaudir. Um pouco na esteira daquilo que disse o Sr. Deputado Aníbal Pires, resta é avaliar – e este debate vai ser importante para isso – se os meios que são propostos para a concretização destes objectivos são os meios mais apropriados, atendendo à realidade que existe na Ilha do Corvo e à especificidade dessa realidade.

Por isso, sem antes colocarmos uma questão fundamental também à Sra. Secretária, nós somos muito mais sensíveis e mais favoráveis a que, por exemplo, se encontre de imediato uma parceria e um protocolo entre a tutela e a Santa Casa, para garantir com gratuidade esse serviço, do que rapidamente incluir aqui um factor concorrencial e que pode distorcer a situação que existe na Ilha do Corvo.

Mas, antes de mais e antes de avaliarmos este modelo, que aqui é proposto, neste debate, gostava de perguntar à Sra. Secretária, porque também é um elemento importante, se o Governo Regional recebeu alguma comunicação oficial da escola, dos órgãos da Escola Mouzinho da Silveira, sobre esta situação que estamos aqui a analisar em concreto e sobre a sua disponibilidade, a disponibilidade dos órgãos da escola, de assumir este serviço e este alargamento da sua função.

Presidente: Sra. Secretária Regional da Educação e Formação tem a palavra.

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

***Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é sabido, começando e não indo já à pergunta que me foi colocada pelo Deputado Costa Pereira, mas indo um pouco antes, na Região – à semelhança,

aliás, do que acontece também no todo nacional – a rede de oferta do ensino pré-escolar divide-se entre a rede pública e a rede privada, muitas vezes tendo um carácter de complementaridade. E, até por via do Decreto Legislativo Regional 6/2008, foi consagrada, embora já estivesse anteriormente consagrada, a possibilidade de haver, de serem celebrados, os chamados acordos simples, de cooperação entre Instituições Particulares de Solidariedade Social e o Governo Regional, no sentido de se providenciar aos alunos, nomeadamente ao nível da educação pré-escolar, essa oferta. Isso existe.

Nomeadamente, o que se dispõe num dos artigos desse estatuto é a possibilidade de, desde que essas instituições se integrem naqueles que são os objectivos gerais do sistema educativo regional, serem beneficiárias desses contratos simples. Depois, é formalizado através duma tabela, que todos conhecem, de comparticipação. Essa tabela tem em vista, por um lado, garantir que a parte da componente educativa é integralmente gratuita e, também, adequa-se sempre e é feita com base na capitação por agregado familiar de cada família e, por isso, resulta num montante.

Posteriormente, a Portaria julgo que 6/2006 instituiu um montante a ser suportado, neste caso pela Secretaria Regional da Educação e Formação, de apoio também aos alunos e tendo em vista atenuar, reduzir, os custos e a permanência que a frequência de um aluno desses pode ter para o agregado familiar. É isso, precisamente, que está em vigor, no caso do protocolo assinado entre a Secretaria e a Santa Casa da Misericórdia do Corvo.

Ora, este valor que o Governo comparticipa, e no caso da Santa Casa da Misericórdia do Corvo aplica-se a mesma tabela, consiste por um lado na garantia de que a componente educativa é efectivamente gratuita, e é feito por uma estimativa, ou com base numa estimativa, daquele que é o custo de um aluno no ensino regular na rede pública. Como eu dizia, o grande objectivo é aqui reduzir os custos suportados pela família. Isto tem sido feito, no caso da Santa Casa da Misericórdia do Corvo, desde 2007. Desde 2007, foi entendimento da Secretaria celebrar este acordo, no qual a Santa Casa se

comprometia com a frequência destes alunos e assegurando quer a componente educativa, quer a não educativa – que também assegura – desses alunos.

E, por outro lado, o Governo procedia a esta transferência, deste valor dos 100€ por aluno, a que se somam outras despesas, como sejam despesas que se relacionam com o próprio funcionamento da instituição e que são transferidas, já nesta parte, através da Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

Neste momento, o que nós consideramos relativamente à proposta que o PPM apresenta é que, efectivamente, o serviço que tem vindo a ser prestado pela Santa Casa assegura e dá resposta àquilo que são as necessidades da ilha. Nomeadamente, ao nível do ensino pré-escolar.

Introduzirmos a possibilidade de a escola integrar ou disponibilizar o ensino pré-escolar traria, seguramente, aqui algumas dificuldades. Desde logo, o facto de o quadro que existe, quer ao nível da educadora, quer ao nível dos auxiliares educativos, ser um quadro que é, neste momento, financiado pelo Governo Regional. O que implicaria que nós teríamos de abrir a possibilidade de contratação de mais uma educadora, que ficaria com as nove crianças que estão ao nível do jardim-de-infância. E a educadora que está neste momento a trabalhar ao nível da Santa Casa da Misericórdia manteria as crianças da creche, que são onze. Nós estamos a falar de vinte crianças. Nove delas passariam para a Escola Mouzinho da Silveira e onze delas permaneceriam na creche.

Ou seja, estaríamos a falar dum acréscimo de custos, sendo certo que o Governo, ao abrigo do acordo de cooperação que tem, não o poderia, porque ele vigora durante cinco anos. Foi estabelecido em 2007 e, portanto, ter-se-ia de manter o acordo em vigor e essa comparticipação que é devida à Santa Casa. Por outro lado, assegurar também uma duplicidade de resposta, o que, no caso do Corvo, não nos parece apropriado. E não nos parece apropriado, porque há aqui outros factores.

Por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia fornece actualmente prolongamento de horário, coisa que, como sabem, no ensino regular não seria disponibilizada. E há também outras questões a ponderar. Desde logo, o facto de aqui estarmos a

falar desses valores. Por acaso os valores que eu tenho não são coincidentes com os valores do Deputado Paulo Estêvão, são absolutamente desfasados. Não sei como é possível, mas a verdade é que estes são os valores que tenho e considero que são os reais, porque são os que me forneceram.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estes valores são testemunhados pelos pais!

A Oradora: O valor mais alto pago por um encarregado de educação é 93,75€, o valor mais alto do jardim-de-infância. Ora, estamos a falar do valor mais alto, portanto, uma pessoa que está no 13.º escalão. E, como sabem, isso faz-se sempre espelhando o vencimento das pessoas e é feito por capitação. Quanto mais a pessoa ganha, quanto mais rendimento tem um agregado familiar, mais pagará. Este valor já está deduzido dos 25% da refeição, como sabem, que a Santa Casa da Misericórdia do Corvo não fornece. E também está aqui reduzido, porque é assim que determina a lei no caso de haver frequência de irmãos, deve haver uma redução de 20% nesse valor. Portanto, o valor mais alto, como dizia, que tenho é este, tendo, por exemplo, valores de 17€, e outros, todos abaixo desse, que não são coincidentes com os que apresentou.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Da creche, do jardim?

A Oradora: De qualquer das formas, nós temos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tendência de acréscimo!

A Oradora: ...em vigor um acordo com a Santa Casa. Este acordo dá uma resposta que, do nosso ponto de vista, é suficiente para aquelas que são as necessidades da ilha. Não nos parece fazer sentido, até porque obrigaria, obviamente, a um investimento maior do ponto de vista do Governo Regional nessa contratação, não só da educadora, mas de outros meios que pudessem assegurar o ensino pré-escolar na escola.

Indo à pergunta que me fez o Sr. Deputado Costa Pereira: nós, da parte dos órgãos executivos da escola, não tivemos nenhum contacto nesse sentido. No sentido da abertura do pré-escolar, não tivemos nenhum contacto.

Portanto, aquilo que nos parece é que, neste momento, a resposta que existe é uma resposta razoável e até acomoda algumas pretensões, como é a questão do prolongamento de horário, que é fornecido, até às seis da tarde, a todas as

famílias. Por outro lado, criar uma resposta paralela seria - do nosso ponto de vista, não só obviamente pela questão financeira, mas pela questão de não fazer sentido - dar dois tipos de resposta a um problema, a uma questão, que, no fundo, está a ter uma resposta, neste momento, razoável.

De qualquer das formas e atendendo a que a situação do Corvo tem especificidades, desde logo o facto de o ensino regular não fornecer, penso que a solução para isso seria uma solução doutro tipo. Eventualmente, na renegociação do acordo, ou, eventualmente, perante a criação duma excepionalidade ao nível da portaria, por exemplo. Mas não passaria por esta duplicação, que nos parece que não faz sentido.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

***Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas, para reiterar algumas das coisas que já foram ditas pela Sra. Secretária e rebater alguns dos argumentos apresentados e algumas incongruências apresentadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

No Projecto de Resolução que o Sr. Deputado apresentou, ele fala na rede pública. Mas é preciso não esquecermos que a rede pública é uma parte, como a Sra. Secretária disse, do sistema educativo regional. As crianças do Corvo não estão sem acesso a esta rede e estão, de facto, incluídas no serviço, no sistema educativo regional, se bem que através dum ensino corporativo ou particular. Mas isso faz parte do sistema educativo regional.

Estão e estão também, como foi referido, duma forma beneficiada em relação a outras crianças de outras ilhas, que frequentam ou têm apenas o sistema da rede pública. E digo isso, porque elas têm exactamente aquilo que já foi dito, um horário alargado. Ou seja, podem permanecer no sítio, no espaço onde lhes é ministrado o pré-escolar. E é preciso referir que este espaço é contíguo ao espaço da escola.

Portanto, as sinergias de que o Sr. Deputado falou não estão assim tão discrepantes em relação ao que queria fazer crer. Estas crianças podem permanecer até às 18 horas, o que, evidentemente, é algo que não acontece na rede pública.

E, além disso não acontecer na rede pública, é uma situação que traz uma grande tranquilidade e uma grande segurança às famílias. Ou seja, proporciona que as famílias possam contar com essa disponibilidade.

Também porque, cremos, de facto, que os valores que nós temos não são aqueles que o Sr. Deputado Paulo Estêvão aqui referiu. São evidentemente aqueles a que tivemos acesso e vão ao encontro dos apresentados pela Sra. Secretária. E, se bem que o Sr. Deputado aluda de facto às circunstâncias dramáticas, financeiras, em que vivem as famílias neste momento, nós cremos que uma família com rendimentos ou com uma capitação que a ponha num quinto escalão e que tenha de despende, por via disso, 17,84€ por mês para ter um alargamento e para beneficiar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Além do valor da creche? Seja séria! Isso é o valor da creche, não é o valor do acréscimo!

A Oradora: Não, isso é o valor do jardim-de-infância. Eu estou a falar...

Presidente: Sra. Deputada, faça o favor de continuar.

A Oradora: ...dos valores do jardim-de-infância, porque é de facto ao que se refere o pré-escolar. Portanto, eu não ia – o senhor há-de fazer-me justiça – fazer uma confusão de pôr os valores da creche, quando estamos a discutir o ensino pré-escolar.

Portanto, nós cremos que 17,84€/mês não é, de facto, como diz o PPM, uma exorbitância para que as famílias possam beneficiar deste alargamento que lhes traz a segurança.

Aliás, por exorbitância, folgo em ver que, desde a apresentação do Projecto de Resolução até hoje, o Sr. Deputado já evoluiu. Porque ele, hoje, não se referiu a exorbitâncias nem a exageros, disse “quantia significativa”. Mas o que está escrito no texto que entrou e que está em análise fala em exorbitância. E a verdade é que o Sr. Deputado se esquece de que o aumento será bastante significativo. Numa altura em que temos de rentabilizar recursos financeiros e humanos, vem aqui sugerir, como disse, não mexer com o que está estabelecido com a IPSS que possibilita e presta este serviço, não mexer com esses recursos,

mas de facto quer duplicar, quando fala no Projecto de Resolução (“sem aumento significativo da despesa”)...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: ...porque vai manter o que está acordado e que a Sra. Secretária referiu e bem. Vai manter o que está acordado, que está vigente e tem de ser cumprido, porque não se vai romper os acordos antes deles terem o seu termo ou a sua revisão; e, paralelamente, duplicar a estrutura e prestar o mesmo serviço na escola contígua, que está ao lado. Portanto, não me parece que isto seja uma postura adequada nem sensata, para além de que é uma precipitação, porque não é para introduzir um serviço, é para duplicar serviços existentes.

Portanto, se há melhorias a introduzir, como o Sr. Deputado refere – a questão do fornecimento dos almoços, a questão das melhorias do projecto pedagógico –, essas devem ser feitas e implementadas no que está acordado e no que está vigente e não, pura e simplesmente, a solução de romper com isso e partir para outra, querendo manter os recursos. Portanto, o Sr. Deputado quer as duas coisas. Quer, por um lado, uma duplicação no público mas, por outro lado, quer manter todos os quadros, manter os recursos da Santa Casa da Misericórdia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade! Para que é que está a dizer isso? Seja séria no discurso!

A Oradora: O senhor é que disse que era depois preciso reajustar!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: Disse que depois se pegava nos assistentes...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu disse que eram os educadores de infância? Não disse isso!

A Oradora: Eu não o incomodei, não o perturbei e não o interrompi!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu já lhe respondo!

A Oradora: Portanto, se o senhor me deixar acabar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Deixo.

A Oradora: ...eu agradecia, porque não o interrompi, não é?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já lhe vou responder!

A Oradora: Portanto, o que eu estou a dizer ou o que o Sr. Deputado disse foi: “Eu não quero que se despeçam as pessoas. Quero que se faça uma cooperação, um acordo entre a Secretaria e a IPSS”! E o que existe agora? Não são acordos?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o que foi que eu disse do jardim-de-infância e dos educadores de infância?

A Oradora: Eu não estou aqui para responder às suas perguntas em apartes. O que estou a dizer é que o Sr. Deputado, de facto, quer as duas coisas e, depois, diz que não é um aumento significativo de despesa. É uma incongruência! O seu argumentário foi incongruente, porque, por um lado, fala em reduzir as despesas e proporcionar serviços mas, pelo outro, não propõe cortes nenhuns. Como tal, por esta situação e pelo que já foi explanado e muito bem pela Sra. Secretária, este Projecto de Resolução não merecerá o voto favorável da bancada do Partido Socialista.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção a intervenção da Sra. Secretária na resposta e na, enfim, exposição que fez sobre a matéria. E não ficou muito claro, para mim, e pedia-lhe que, se fosse possível, pudesse garantir se eu percebi bem ou não a disposição da Secretaria Regional da Educação e Formação – portanto, do Governo Regional – em excepcionar uma situação para o Corvo, pela renegociação do acordo, ou pela alteração da portaria a que se referiu, de modo a que eventualmente os encargos que foram apresentados aqui...

Enfim, eu não vou discutir os números que o Deputado Paulo Estêvão tem ou os números que a Sra. Secretária refutou, dizendo que eram mais baixos.

Portanto, relativamente, àquilo que é a preocupação que estive no cerne da iniciativa do PPM, se de facto há essa disponibilidade clara do Governo Regional resolver o problema, excepcionando, ou pela renegociação do acordo como a Sra. Secretária referiu, ou pela alteração da portaria, gostava que a Sra. Secretária, podendo fazê-lo, fosse o mais concreta possível.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estou aqui a defender nenhum *lobby* e não estou aqui a defender interesses particulares. Portanto, é bom que fique esclarecido onde está o interesse público desta questão. Porque a questão é a seguinte, a questão é muito simples:

Reitero e não vou repetir os valores, ficaram gravados, são os valores que me foram testemunhados pelos pais! E tenho o compromisso, por parte dos pais, de ter os respectivos recibos. Portanto, é muito simples: estes são os valores que eles estão a pagar! Estas famílias estão a pagar isto! Não disse o nome delas, mas, Sra. Secretária, posso fazer-lhe chegar depois os recibos dos pais, se os pais me autorizarem. Portanto, estes são os valores! Ponto número um. Estou a falar de 65€, 70€, 59€, 97€, 92€, 68€, 86€, 123€, 82€! Portanto, a questão é esta!

Em segundo lugar, aquela ilha tem ou não tem uma oferta duma instituição pública regional no pré-escolar? Não tem! As outras têm? Têm! Esta não tem! Aqueles pais têm alguma opção de não pagar estes valores à Santa Casa da Misericórdia? Não têm! Têm de pagar estes valores, que são valores muito significativos para muitos açorianos? Não têm! Os das outras ilhas têm? Têm!

No que é que o Partido Socialista acredita? Acredita que estas crianças, estas famílias, não devem ter oportunidade de não pagar e de ter o pré-escolar tendencialmente gratuito, como existe nas outras ilhas? Acredita nisto? Eu acho que acredita! Eu acho que acreditam que o pré-escolar deve ser tendencialmente gratuito em todas as ilhas! Mas os senhores não o fazem na Ilha do Corvo! Porquê? Que interesses estão os senhores a defender?

Estão a defender o interesse público? Não estão! Não estão a defender o interesse público! Estão a defender a igualdade entre as populações açorianas? Não estão! Os senhores não estão! Aqueles pais pagam, os pais das outras ilhas têm oportunidade de não pagar, se inscreverem os seus filhos na rede pública, numa instituição oficial açoriana, portanto, nas escolas açorianas! E não pagam,

têm essa oportunidade; como têm oportunidade do inverso, de inscrever os seus alunos em instituições particulares! Têm essa oportunidade. Mas os alunos do Corvo, Sr. Deputado Aníbal Pires, vivem no capitalismo puro! E, Sr. Deputado, chamo-lhe a atenção para isto! É que ali os pais não têm oportunidade nenhuma! Porque o Estado e a Região não lhes dão outra oportunidade, dão-lhes a oportunidade de pagar!

Isto é o que defende o Partido Socialista? Por amor de Deus, eu sei que não é! Não é isso que está no vosso programa eleitoral! Não são essas as vossas opções! Por isso é que eu me pergunto: que interesses existem aqui?

Depois, veja bem: estamos a falar duma instituição que montou um serviço caro, quatro pessoas mais educadora de infância para vinte miúdos! Portanto, enquanto a escola, que está ao lado, tem quarenta e dois alunos, tem desde o 1.º ano até ao 12.º, um horário tremendo...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Olhe o emprego!

O Orador: ...e tem dois funcionários, dois assistentes operacionais! Dois! Portanto, os senhores o que estão aqui a defender é uma coisa indefensável!

Agora, como vamos resolver este problema? Já vos disse! Alguém falou em dois educadores de infância? É possível contratualizar um educador de infância. O estabelecimento oficial é que contrata um educador de infância. E, obviamente, pode estabelecer-se um protocolo entre a instituição e a escola, servindo os interesses da instituição, no sentido de não aumentar as despesas e aproveitar as valências que já estão instaladas! Até vos falei que esse protocolo poderia expandir-se. Por exemplo, não existe – é a única ilha, a única escola, que também não oferece – um serviço de refeitório! Era mais uma valência que podíamos dar à Santa Casa da Misericórdia. Portanto, ter ali um serviço de refeitório para aqueles alunos, que também é necessário, e uma valência que o Governo Regional podia continuar a ajudar! Enfim, tantas áreas em que estas duas instituições poderiam integrar!

Nesse sentido, obviamente que estou a falar de um educador de infância! Portanto, isso significaria menos despesa! Menos despesa porque, obviamente, a Região deixaria de pagar o que paga para a contratação dum educador de

infância na Santa Casa e passaria a pagar apenas o da Escola Mouzinho da Silveira! Por amor de Deus, onde está aqui a duplicação? Não há duplicação nenhuma!

Depois, estamos aqui a falar de dois serviços completamente diferentes, o jardim-de-infância e a creche! A creche, como sabem, do ponto de vista legal não tem até de ter obrigatoriedade de ter um educador de infância, mas eu defendo que aquele que servir o pré-escolar também pode servir a creche! Portanto, é tão simples como isto: pode estabelecer-se aqui um protocolo e servir e melhorar a eficácia do sistema, racionalizá-lo, incluindo outras valências. Portanto, isto é que acho que é racional!

Senhores, o vosso discurso faz algum tipo de sentido? Não faz sentido, nem sequer com o que os senhores defendem do ponto de vista ideológico! Por amor de Deus! Os senhores não defendem que, naquela ilha, aquela escola não tenha pré-escolar, não tenha uma resposta pública? E que tenha apenas uma resposta particular, que se tem de pagar? Acham isso? Ainda por cima, pagam duas vezes! Pagam como contribuintes, depois os senhores transferem para a Santa Casa e depois pagam como utilizadores! Pagam duas vezes! Pagam o mesmo serviço público duas vezes, como contribuintes e como utilizadores! Acham isto justo? Não acho!

Estou aqui a apresentar uma solução! Se houve crítica, não estou a fazer nenhuma crítica, porque sei que os senhores, também, nesta matéria, não pensam diferente do que eu penso! Não pensam diferente! A maior parte das pessoas não pensa de forma diferente em relação a isto! Penso que isto é lógico e racional. Meus senhores, eu apresentei esta proposta neste sentido. Acho que há muitas valências, há oportunidade de fazer esses protocolos no sentido que acabei de estabelecer, aproveitando as valências de ambas as instituições.

Depois, há uma coisa que me chocou, principalmente para as Sras. Deputadas que têm experiência no ensino e que eu sei, também – posso testemunhar isso pelas várias intervenções que têm realizado ao longo desta legislatura –, que obviamente também privilegiam a parte pedagógica! Estamos aqui a falar da parte pedagógica! É ou não é mais positivo para esses alunos estarem

integrados num sistema público, num sistema em que neste momento estes alunos têm uma melhor integração, uma melhor integração com o primeiro ciclo, com o segundo ciclo, com o terceiro ciclo, com o ensino secundário? Ou seja, uma instituição que lhes permite uma fase de transição entre o pré-escolar e o primeiro ciclo numa forma mais positiva, numa forma que, do ponto de vista pedagógico, com certeza lhes dará mais valências, que lhes dará mais material pedagógico, mais material didático, uma melhor articulação? Existe esta melhoria, do ponto de vista pedagógico, ou não?

É porque se não, se as Sras. Deputadas não defendem isto, então digam-me que tudo o que o Ministério da Educação escreveu sobre a educação pré-escolar e a articulação com o primeiro ciclo está errado! Tudo o que a Secretaria Regional da Educação escreveu sobre a importância da articulação entre o pré-escolar e o primeiro ciclo e a junção de valências está errado! Digam-me isso! Que, do ponto de vista pedagógico, toda a gente está a escrever coisas erradas sobre a integração do primeiro ciclo e do pré-escolar! Digam-me isto!

Portanto, do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista funcional, do ponto de vista ideológico, não há nenhuma razão para ter uma situação que é uma anormalidade na Região e que pode ser resolvida com benefício para os pais, com o benefício de que as pessoas têm direito às mesmas coisas que os outros têm, principalmente nas circunstâncias em que nós vivemos. E fazer isto numa forma inteligente, articulando valências das várias instituições! Ninguém quer prejudicar nenhuma instituição! É aproveitar, juntar esforços, juntar sinergias!

Sr. Presidente, termino já.

Tentei explicar esta ideia. Acho que é uma ideia simples. Não percebo a resistência que tem e, principalmente, acho que o Partido Socialista, comete uma incongruência total com aquilo que tem defendido nos seus programas, no seu ideário, em relação ao que deve ser o tratamento que tem o pré-escolar no ensino oficial. Acho que é isto que é importante dizer!

Presidente: Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental. No entanto, pedia aos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares o favor de se acercarem da Mesa.

Sr. Deputado Artur Lima, agradecia a sua presença.

(Pausa)

Presidente: Regressamos às dez, com a agenda. Mais uma vez, boa noite e até amanhã.

(Eram 20 horas e 05 minutos)

* Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

José de Sousa Rego

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Lizuarte Manuel Machado

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Correspondência

Resposta a Requerimento:

Assunto: [Relatórios e contas de 2009 do Sector Público Empresarial Regional](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.07.05

Referência: 54.03.00 – N.º 281/IX.

Pela Redactora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado